



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

WELLISSON RAFAEL BARROS SILVA

**“A RODA GRANDE VAI PASSAR POR DENTRO DA RODA PEQUENA”:
um estudo do esquecimento e silenciamento das memórias sobre a
Operação Mesopotâmia em Porto Franco-MA**

IMPERATRIZ - MA

2023

WELLISSON RAFAEL BARROS SILVA

**“A RODA GRANDE VAI PASSAR POR DENTRO DA RODA PEQUENA”:
um estudo do esquecimento e silenciamento das memórias
sobre a Operação Mesopotâmia em Porto Franco -MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Carvalho Veras

Co-orientador: Prof. Dr. Gamaliel Silva Carreiro

IMPERATRIZ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Barros Silva, Wellisson Rafael.

A roda grande vai passar por dentro da roda pequena: um estudo sobre o esquecimento e silenciamento das memórias sobre a Operação Mesopotâmia em Porto Franco Maranhão / Wellisson Rafael Barros Silva. - 2023.

127 f.

Coorientador(a): Gamaliel Silva Carreiro.

Orientador(a): Rogério Carvalho Veras.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Esquecimento. 3. Fronteira Amazônica. 4. Memória. 5. Silenciamento. I. Carvalho Veras, Rogério. II. Silva Carreiro, Gamaliel. III. Título.

WELLISSON RAFAEL BARROS SILVA

**“A RODA GRANDE VAI PASSAR POR DENTRO DA RODA PEQUENA”:
um estudo do esquecimento e silenciamento das memórias
sobre a Operação Mesopotâmia em Porto Franco -MA**

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gamaliel Silva Carreiro (Presidente)
Programa de Pós-graduação em Sociologia- PPGS- UFMA

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo (Examinador externo)
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Junior (Examinador interno)
Programa de Pós-graduação em Sociologia- PPGS – UFMA

Dedico este trabalho à Maria José Barros, minha avó (*in memoriam*) e sua contribuição singular em minha educação.

À memória de Epaminondas Gomes de Oliveira e aos familiares daqueles que foram vítimas da repressão durante a Operação Mesopotâm

AGRADECIMENTOS

Todos os resultados deste trabalho são fruto de uma grande rede de relações que se constituíram ao longo dos últimos 10 anos, quando passei a buscar informações sobre as questões políticas em esfera regional e municipal sobre os tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil. A todos aqueles que contribuíram, recebam os meus agradecimentos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Maranhão, e todos àqueles que compõem o seu corpo docente, em especial ao meu orientador e amigo Rogério de Carvalho Veras, que ainda em 2019 tive a oportunidade de cursar, na modalidade especial, a disciplina de Pensamento Social Brasileiro, sou muito grato pela orientação, críticas e paciência comigo ao longo desses dois anos de trabalho, e o mesmo ao meu coorientador, Gamaliel da Silva Carreiro, que aceitou contribuir com a lavra de nossa pesquisa, meus agradecimentos.

Agradeço ao Prof. Jesus Marmanilo, primeiro contato que tive com a UFMA em meados de 2014, e à Prof.^a Vanda Pantoja, a vocês os meus agradecimentos.

Agradeço à banca, Prof. César Alessandro e Clodomir Cordeiro, pelos apontamentos durante a qualificação, que foram fundamentais no processo de correção, norteamento e aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos meus alunos e colegas de trabalho do Centro Educacional Arco Iris, em Porto Franco, muito obrigado.

À minha mãe, Maria da Conceição, e meus irmãos Rodrigo e Anne Caroline, obrigado pelo apoio. À minha companheira Luciana, que muito auxiliou nesta pesquisa em momentos em que me encontrei em situação de exaustão.

Agradeço à CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à FAPEMA-Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão pelo financiamento que me permitiu arcar com os gastos da pesquisa.

A todos os amigos que fiz nesses tempos de pesquisa, aos amigos de minha turma especial, Jonas, Margarida e Natal. Aos amigos de minha turma regular, Rafael, Tamires, Cleyton, Isabela Sacha, Isabelle Ferreira, Edinéia, Luziane, Bianca, Verônica e Mércia, q formaram uma grande rede de apoio e de solidariedade ao longo desses anos.

Agradeço aos meus interlocutores, que me forneceram informações que sem elas, seria impossível este trabalho, Epaminondas Oliveira Neto, grande amigo que nos últimos anos não

mediu esforços para somar com este trabalho, a Cromwell de Oliveira Filho, entusiasta e grande contribuinte de nossa pesquisa, a Vaner Marinho, memorialista e fino conhecedor de história local, a Daniel Lerner, Delegado da Polícia Federal e Ex-Gerente de Projetos da CNV, que nos forneceu informações importantes sobre sua experiência à frente da comissão, a Messias Chaves, que foi levado pela Operação Mesopotâmia, e que abriu as portas de sua casa para ceder o seu depoimento e o mesmo à sua neta Beatriz, que intermediou o nosso contato.

Ao vereador Edidácio Oliveira e à Câmara Municipal, que auxiliaram com informações sobre a indicação do nome de Epaminondas Gomes de Oliveira como patrono daquela casa. A João Carlos Limas Pereira, filho de Claudias Gomes Pereira, o Coló, preso pela Operação Mesopotâmia, e que nos forneceu um memorial redigido pelo seu pai sobre as suas memórias no cárcere.

Aos amigos do grupo de pesquisa MensMemíni-Religião, Memória e Trajetórias, na UFMA de Imperatriz, em especial à amiga Polyana e ao Prof. Salvador, que muito ajudaram fazendo leituras sobre o nosso projeto, e todos os colegas do grupo.

Aos amigos do grupo de pesquisa NEAF-Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a África e os Afro-brasileiros, da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, campus de Tocantinópolis, onde me licenciiei em Ciências Sociais, e aos amigos que fazem parte das atividades do Cineclube também naquela instituição, em especial ao Prof. João Batista, e ao amigo Elvo, os meus agradecimentos. Todos vocês labutaram comigo nessa peleja. Meus agradecimentos.

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar as memórias da Operação Mesopotâmia, que foi uma ação do Exército brasileiro realizada no Bico do Papagaio, região localizada na tríplice fronteira entre os Estado do Pará, Maranhão e Tocantins. Executada na primeira quinzena do mês de agosto de 1971, a operação tinha como objetivo levantar informações e reprimir movimentos sociais e partidos políticos oposicionistas que se organizaram na região. Nosso objetivo é compreender como ocorreram os processos de esquecimento e silenciamento entre os sujeitos e familiares vitimados pela Operação. Para a realização desta pesquisa, utilizamos como metodologia de trabalho a História Oral, por meio de entrevistas com pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas a esse momento, assim como sites na internet, redes sociais e documentários, servindo-nos também, teoricamente, dos estudos sobre as memórias traumáticas e do testemunho, segundo Pollak (1989), Portelli (2006), Seligmann-Silva (2000) e Kehl (2010). Entendemos que essa região da Fronteira Amazônica, em razão de seus conflitos agrários e a grande população camponesa desassistida pelos governos, tenha propiciado as condições necessárias para esses levantes de reivindicação social e o que o silenciamento nas memórias sobre a Operação, bem como o seu rompimento estão relacionados a contextos políticos específicos após a redemocratização.

Palavras-chaves: Ditadura Civil-Militar. Memórias. Esquecimento. Silenciamento. Fronteira Amazônica.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the memories of Operation Mesopotamia, which was an action by the Brazilian Army carried out in Bico do Papagaio, a region located on the triple border between the states of Pará, Maranhão and Tocantins. Executed in the first half of August 1971, the operation aimed to gather information and repress social movements and opposition political parties that were organized in the region. Our objective is to understand how the silencing occurred between the subjects and family members victimized by the operation. To carry out this research, we used Oral History as a work methodology, through interviews with people who were directly or indirectly linked to that moment, as well as internet sites, social networks and documentaries, also serving us, theoretically, the studies on traumatic memories and testimony, according to Pollak (1989), Portelli (2006), Seligmann-Silva (2000) e Kehl (2010). We understand that this region of the Amazon Frontier, due to its agrarian conflicts and the large peasant population unassisted by governments, has provided the necessary conditions for these uprisings of social demand and what the silencing of memories about the Operation, as well as its disruption they are related to specific political contexts after redemocratization.

Keywords: Dictatorship. Memoirs. Forgetfulness. Silence. Amazon frontier.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Em destaque a região conhecida como Bico do Papagaio, localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, área de fronteira entre os estados do Tocantins, Pará e Maranhão. O território demarcado abrange as localidades por onde a Operação Mesopotâmia se desenvolveu.....p. 19
- Figura 2:** Posto de Saúde onde trabalhou Dr. João Carlos.....p.31
- Figura 3:** Da esquerda para a direita: Lêda (esposa do Srº. Pedrinho do Basa) morava na casa ao lado de João Carlos; Maria Barros (de família tradicional da cidade) dançava muito com João Carlos e Lourinha (funcionária da Casa Miranda)p.32
- Figura 4:** Página 16 - Edição de 05 de abril de 1998.....p.41
- Figura 5:** Página 5- Edição de 06 de abril de 1998.....p.44
- Figura 6:** Fotografia do título eleitoral de Epaminondas Gomes de Oliveira.....p.51
- Figura 7:** Sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira, realizado no dia 31 de agosto de 2014.....p.57
- Figura 8:** A Câmara de Vereadores de Porto Franco-MA, 2021.....p.58
- Figura 9:** Anexo do Relatório da Operação Mesopotâmia descrevendo as condições sociais e geográficas da área.....p.79
- Figura 10:** Cópia da certidão de óbito de Epaminondas Gomes de Oliveira, dando como causas naturais os motivos de sua morte.....p.85
- Figura 11:** Documento de retificação da causa morte.....p.86
- Figura 12:** Certidão de óbito retificado, atestando o tratamento de tortura como causa-morte de Epaminondas Gomes de Oliveira.....p.87
- Figura 13:** Carta de Beatriz de Oliveira Ribeiro filha de Epaminondas, solicitando ao presidente Emílio Garrastazu Médici a remoção do féretro a Porto Franco (MA).....p.89
- Figura 14:** Decreto Legislativo nº 009/2014.....p.109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

COLINA – Comando de Libertação Nacional

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ESG – Escola Superior de Guerra

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JUC – Juventude Universitária Católica

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PIC – Pelotão de Investigações Criminais

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

VAR- Palmares –Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SNI – Serviço Nacional de Informações

SBDTFP –Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REPRESSÃO MILITAR NA FRONTEIRA: PORTO FRANCO NO CONTEXTO MILITAR 24	
1.1 O processo do Golpe e a Ditadura Civil-Militar.....	23
1.2 Porto Franco antes da Operação Mesopotâmia	29
1.3 A fronteira amazônica como espaço de luta contra a repressão.....	36
1.4 “Entre rios”: o desenvolvimento da Operação Mesopotâmia.....	40
2. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: O TRAUMA E O SILENCIAMENTO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA 60	
2.1 Operação Mesopotâmia e o seu esquecimento frente à memória coletiva	59
2.2 Trauma e silenciamento: analisando as memórias traumáticas	65
3. MEMÓRIA E TRAJETÓRIA: SOBRE OS IMPACTOS E PERDAS CAUSADOS PELA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA.....	71
3.1 “Onde enterraram o nosso morto”: Epaminondas Gomes de Oliveira, do desaparecimento ao sepultamento.	71
3.2 O que lembrar e o que esquecer: depoimentos de um preso político pela Operação Mesopotâmia	93
3.3 O que resta da Operação Mesopotâmia: a memória oficializada e o rompimento do silêncio.....	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
FONTES.....	118
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Ditadura Civil-Militar¹ no Brasil (1964-1985) deixou um lastro sangrento de dor e atrasos sociais, perseguições foram feitas aos opositores, que na clandestinidade ou no exílio, se viram obrigados a abandonar casa e família, ou mesmo foram arrancados pela truculência da força de seus lares. Neste contexto, buscaremos estudar as razões do esquecimento e do silenciamento das memórias sobre a Operação Mesopotâmia, ação realizada pelo Exército brasileiro na microrregião do Bico do Papagaio, localizada entre os rios Araguaia, a Oeste e Tocantins, a Leste; fazendo fronteira entre os estados do Pará e Goiás (atualmente Tocantins), a Oeste, e Maranhão, a Leste. Realizada na primeira quinzena do mês de agosto de 1971, possuindo como objetivo principal reprimir os movimentos sociais e partidos políticos opositoristas que se organizaram na região. Essas forças sociais faziam oposição ao governo que havia chegado ao poder com o golpe civil-militar realizado em março de 1964.

A aproximação com o tema surgiu pelos meus interesses em estudos sobre História e Literatura Regional, chegando então a eventos que ocorreram em Porto Franco-MA, durante o período da Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido, o incômodo me motivou a propor uma pesquisa, considerando que parte desses eventos são desconhecidos, silenciados ou passaram por uma fase de esquecimento.

Sobre os interesses nos estudos de memória, deu-se após a pesquisa nos acervos públicos, como a Biblioteca Municipal Antônio Pereira, das evidências locais sobre a atuação repressiva da ditadura em Porto Franco terem se mostrado insuficientes. Assim, parti para a exploração dos recursos da oralidade, procurando por pessoas que conheciam parte de história local ou mesmo que tenham vivido os tempos dos “Anos de Chumbo”², atividade em que obtive pouco êxito, pois já não havia informações mais precisas sobre esse período na

¹ Partiremos do conceito de Ditadura Civil-Militar, o Cientista Político René Dreifuss, presente na obra “1964: A conquista do Estado”, no qual este autor argumenta que o golpe de Estado ocorrido em 1964 pelas Forças Armadas também contou com o apoio de instituições e da sociedade civil, que por meio de financiamento econômico, contribuiu para um processo formação ideológica tendo os institutos IPES e IBAD como elementos doutrinários e com fortes relações com os Estados Unidos. Fonte: DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.361.

² “Nos últimos anos da década de 60 e início dos anos 70, ao mesmo tempo em que vivia seu período de milagre econômico e de ufanismo modernizante, o Brasil, governado por militares, montava o mais cruel sistema repressor que o país já viveu. Foram os chamados "anos de chumbo". Fonte: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279778-periodo-da-historia-do-brasil-conhecido-como-os-anos-de-chumbo/#:~:text=Nos%20C3%BAltimos%20anos%20da%20d%C3%A9cada,chamados%20%22anos%20de%20chumbo%22>. Acesso em 06/06/2022

memória das pessoas com quem conversava, apenas alguns reflexos ou nomes aleatórios dos que tinham sido presos ou que participavam das reuniões políticas.

O momento culminante, onde foi possível conseguir informações precisas que pudessem amadurecer os interesses em realizar essa pesquisa, remonta ao ano de 2013, quando foi realizada a primeira audiência da Comissão Nacional da Verdade em Porto Franco, a fim de ouvir os familiares e vítimas da Operação Mesopotâmia, foi nesse contexto também que tive conhecimento sobre o nome desta ação. Por ser professor na educação básica, fui convidado por Epaminondas Neto (familiar e atuante na busca dos restos mortais de seu avô, o líder político Epaminondas Gomes de Oliveira) a participar, como ouvinte, das audiências da Comissão.

Entre os militantes políticos que aqui se reuniam, existia um provérbio popular que era comum entre eles, e que colocamos como título desse trabalho, “a roda grande vai passar por dentro da roda pequena”, a frase com tom apocalíptico, era tida pelos camponeses como uma forma de acreditar que o povo, que seria a roda grande, um dia conseguiria superar a elite, que seria a roda pequena, instalando um governo mais justo e igualitário. Ao procurar saber a razão ou a origem deste adágio, não conseguimos uma explicação clara dentre os entrevistados, no entanto, acredita-se³ que a origem do mesmo, esta direcionada ao beato Antônio Conselheiro, enquanto liderava o povo sertanejo em busca de refrigério no sertão da Bahia, e fundando o Arraial de Belo Monte, vulgarmente conhecido com Canudos. Por sua vez, os militantes que se organizavam em Porto Franco acreditavam que o movimento político iria crescer a ponto de ser maior que as elites políticas locais.

A partir desse período, minha relação com a família de Epaminondas Neto se tornou mais estreita, o que me proporcionou acesso a informações importantes sobre este contexto, como o desenvolvimento da Operação Mesopotâmia e o acesso a pessoas que estiveram ligadas a resistência política na região.

Como morador da cidade de Porto Franco, não foi difícil identificar os membros do grupo que aqui se organizava, tais como Sr. Claudias e Sr. José da Marcelina, uma vez que o primeiro era sogro de um de meus tios, e o segundo foi meu vizinho, o qual tive contato por toda a infância e adolescência, ambos já são falecidos. Saber sobre esses envolvimento, me provocou buscar a razão do porquê as famílias não comentavam sobre isso, não relatavam

³ Sobre origem mítica do adágio sertanejo, ver: QUINZEIRO, Givaldo. A roda grande passando pela pequena. Disponível em: <http://novidadaspalavras.blogspot.com/2010/09/roda-grande-passando-pela-pequena.html>. Acesso em 20 de março de 2020.

nada sobre o assunto, ou quando interrogados, diziam nada saber ou já não se lembrarem, como aconteceu em algumas de minhas investidas.

No tocante a esse ponto, me propus a realizar o determinado trabalho, delimitando como campo de pesquisa a cidade de Porto Franco, uma vez que esta foi local direto da Operação Presença da ditadura militar, que é como os militares chamavam a conclusão de suas ações. Neste caso, o local onde foram realizadas a exibição pública das prisões realizadas na região, e que estava sendo monitorada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)⁴. Porto Franco foi também local de entrada dos militantes guerrilheiros que se organizaram para o maior evento armado de resistência à ditadura, a Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

Nosso grande desafio é realizar uma pesquisa nos enquadramentos dos estudos de memória e da História Oral, visto como já foi relatado, da insuficiência de documentos historiográficos escritos sobre o contexto, além de, em Porto Franco, ter apenas um sobrevivente dessas prisões, no qual matemos contatos e produzimos entrevistas, no mais, ouvir parentes e familiares foi um dos recursos basilares dessa pesquisa.

No que tange à inserção desta cidade dentro do panorama de ocupação das Forças Armadas, Pereira (1997) nos diz que o monitoramento tem início após a chegada de um quadro do Partido Comunista do Brasil - PC do B, em Porto Franco-MA, como podemos ver a seguir:

Em 12 de julho de 1967, um moço aparentemente solitário, sem nada que pudesse despertar maiores atenções, desembarcou em nossa cidade. Era o jovem médico Dr. João Carlos Haas Sobrinho, que, aqui chegando, alugou uma casa da família Sá e colocou na porta uma pequena tabuleta com os seguintes dizeres: “DR. JOÃO CARLOS – MÉDICO – CLÍNICO GERAL” (PEREIRA, 1997, p. 115).

Por ser esta uma região do interior do estado e bastante distante da capital São Luís, no vasto território entre Imperatriz, Carolina e Grajaú, cidades que Porto Franco mantinha relações, não se contava com a presença de um profissional da medicina. A chegada de João Carlos, que possuía em sua formação treinamentos de alta complexidade realizados na China, para onde foi enviado com outros militantes do partido a fim de realizar treinamentos de

⁴ SNI: Serviço Nacional de Informações, criado em 1964, tinha como atividade coordenar e supervisionar as informações acerca das movimentações de grupos contra o governo no Brasil e no exterior. Teve grande atuação nos trabalhos de espionagem durante a Ditadura. Fonte: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni#:~:text=Criado%20pela%20Lei%20N%C2%BA%204.341,do%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional%E2%80%9D>. Acesso em 10/01/2023

guerrilha na Academia de Pequim, altera esse quadro. Seu conhecimento no manuseio com recursos limitados para realizar os procedimentos cirúrgicos é fato narrado por pessoas que o conheceram, trabalharam ou foram atendidas por ele.

O jovem médico João Carlos, gaúcho nascido na cidade de São Leopoldo no ano de 1941, e membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi destacado para essa região interiorana do país, onde segundo a filosofia política defendida pelo partido, o maoísmo, seria necessária uma guerrilha que se fundamenta na organização camponesa para a tomada das áreas urbanas. É importante destacar que, segundo informações que levantamos com Epaminondas Neto, a vinda de João Carlos Haas Sobrinho para Porto Franco, teria ocorrido por intermédio de seu avô, Epaminondas Gomes, que possuía uma rede de contatos políticos em esfera nacional, e que havia solicitado a presença de um médico para atender nesta região.

Em 1969 o PC do B, partido no qual Dr. João Carlos é militante, encontra uma lista de procurados pelas Forças Armadas, estando seu nome dentre dos procurado. O médico recebe ordens do partido para se retirar de Porto Franco, e parte para as matas da região do Araguaia. A partir desse período, Porto Franco e região passam a fazer parte de uma grande área monitorada pelo Exército, sendo, em 1973⁵, criado o Batalhão de Infantaria e Selva, o 50ª BIS, com sede na cidade de Imperatriz, instalado já com o propósito de atuação e combate antiguerrilha.

A região localizada entre o sul maranhense e o antigo norte goiano, tinha condições propícias para o desenvolvimento de um foco guerrilheiro contra o governo militar, uma vez que neste território, a população era formada por trabalhadores do campo, lavradores, garimpeiros, vaqueiros e pequenos posseiros, que poderiam, por meio da formação política, aderir ao movimento de resistência. A abertura da rodovia Belém-Brasília, contribuiu para que militantes políticos dos grandes centros urbanos, como São Paulo, migrassem para essa região a fim de instalar e desenvolver focos de guerrilha rural. No documentário, Guerrilha do Araguaia - As Faces Ocultas da História, de Eduardo Castro, Lício Augusto Maciel, major do Exército naquele tempo, recebeu a missão de localizar e identificar os militantes que atuavam na região, ele diz que:

essa busca se estendia inicialmente, de Brasília, Goiânia até Belém, pela Belém-Brasília antiga, de barro, pioneira, e desconfiamos que era ali na área em torno de

⁵ BATALHA, Sara. 50ª Bis celebra 45 anos de atividades em Imperatriz. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/homenagens/o-aniversario-de-45-anos-do-50-bis-e-celebrado-com-festa.html> Acesso em 8 de maio de 2023.

Araguaína, eu recebi ordens para prender um elemento do MOLIPO⁶, Jeová Assis Gomes, então, com a procura dessa grande área nós eliminamos o MOLIPO, eram vinte e oito do MOLIPO, vinte e três foram mortos.

Nesta localidade, por onde passava a nova rodovia que desbrava o país, se instalaram grupos de opositores ligados à Ação Popular (AP) e ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que na clandestinidade, realizavam suas reuniões em defesa da reforma agrária e dos movimentos camponeses. O reconhecimento dos trabalhos médicos prestados à comunidade local e da região, não tardou a chegar, como nos informa Pereira:

Devido à imensa procura por seus serviços, o então prefeito Gerônimo de Souza Milhomem, vislumbrando os grandes feitos que o doutor poderia prestar na área da saúde, cedeu-lhe gratuitamente, as dependências do antigo prédio do SESP, na praça Getúlio Vargas, onde provisoriamente, foi instalado um mini-hospital, com alguns leitos, sala de cirurgia e de consultas, mas com poucos recursos técnicos (PEREIRA, 1997, p. 115).

O médico João Carlos Haas, dois anos antes de se instalar em Porto Franco havia passado por treinamentos de guerrilha e práticas médicas para a selva, onde foi destacado pelo partido, compondo o grupo que iria para Pequim (China) em meados de 1966, viagem no qual aprendeu técnicas de primeiros socorros utilizando poucos recursos. Foi como desenvolveu suas atividades durante o período em que esteve na região, onde atendia tanto no hospital que foi preparado, quanto nos sertões em que era solicitado a realizar intervenções médicas em pacientes que não dispunham de recursos para se deslocarem até a cidade (MORAIS; SILVA, 2002; FRANKLIN; LIMA, 2016; MOURA, 1985).

A fama de bom médico corre o sertão e a sua participação em eventos sociais da cidade faz com que o mesmo venha a se tornar amigo de outras lideranças da região. Dentre eles estava João Meneses, prefeito de Imperatriz entre os anos de 1961-1964, que estava radicado em Tocantinópolis, após ter o seu mandato cassado com o golpe de 1964 e aguardava em liberdade o seu julgamento no Superior Tribunal Militar (STM).

Esta região do Maranhão já estava sendo monitorada pelo Centro de Informações Exército (CIE)⁷ devido a presença de alguns grupos armados de esquerda, tais como o

⁶ “O Movimento de Libertação Popular –Molipo, foi uma organização comunista revolucionária fundada em São Paulo, Brasil, por estudantes universitários durante o ano de 1970”. Disponível em: <https://almanaqueDOSconflitos.wordpress.com/2018/04/03/movimento-de-libertacao-popular-molipo/> Acesso em: 8 de maio de 2023.

⁷ CIE: Centro de Inteligências do Exército, é unidade militar que presta serviços de inteligência ao Exército Brasileiro, criado em 1967, teve firme atuação enquanto aparato repressivo durante a Ditadura Civil-Militar. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Intelig%C3%Aancia_do_Ex%C3%A9rcito. Acesso em 10/01/2023.

Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)⁸ a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR–Palmares)⁹ e a Aliança Libertadora Nacional (ALN)¹⁰ estarem formando quadros de atuação nessa região, o que fez com que as Forças Armadas deslocassem esquadras para sobrevoar a região impondo pavor e pânico à população. (OS ARQUIVOS SECRETOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. Documento 2. Operação Mesopotâmia).

É possível que a truculência causada pela violência de Estado, nesse período, tenha feito com que esses eventos caíssem no esquecimento coletivo e em um silenciamento por parte de quem as vivenciou, fazendo com que a sociedade não possuísse informações sobre esse tempo, chegando alguns a acreditar que as narrativas sobre as prisões nesta cidade, não fossem dignas de veracidade ou mesmo negando a existência dos fatos.

Desta feita, destacamos a relevância desta pesquisa pelo viés sociológico dos estudos da memória social, trazendo esses eventos escusos para o conhecimento da população, seja no conhecimento histórico local, seja nas mídias educacionais, em que este contexto passa por despercebido.

As memórias sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) estão ainda carentes de pesquisas mais específicas e que repercutam na educação escolar. Explorar esses eventos pela perspectiva da Sociologia da Memória, e introduzir essa discussão no âmbito escolar, é um elemento que fortalece a compreensão por informações de como a pressão militar atuou no país e como essas ações reverberaram na Região Tocantina¹¹. Logo, é importante considerar que, esse desfalque no contexto escolar contribui para o desconhecimento dos eventos sócio-políticos e da identidade do país nas últimas décadas.

No caso de Porto Franco, no contexto da repressão, tem-se através dos relatórios da Operação Mesopotâmia, o mapeamento e o desenvolvimento dos planos estratégicos de

⁸ MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário, teve suas atuações entre os anos de 1966-1967, e foi uma organização da via armada atuante contra da Ditadura no Brasil, dentre os seus quadros, estavam muitos militares que foram cassados pelo governo ditatorial. Fonte: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/luta-armada>. Acesso em 10/01/2023.

⁹ VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, foi uma organização de esquerda que lutou contra a Ditadura no Brasil, “surgiu em 1969 com a fusão do grupo Colina (Comando de Libertação Nacional), em que Dilma Rousseff militava, com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do capitão Carlos Lamarca”. Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/355053/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10/01/2023.

¹⁰ ALN: Organização criada em 1967, a Ação Libertadora Nacional, foi um grupo guerrilheiro ligado à via armada no Brasil durante a Ditadura. Oriunda de uma ruptura dentro do PCB - Partido Comunista Brasileiro, é considerada a maior organização de resistência ao regime, devido à quantidade de militante que formava os seus quadros. Dentre suas atividades, destaca-se o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 1969. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>. Acesso em 28/04/2023

¹¹ Região Tocantina é assim denominada por ser uma localidade de cidades banhadas ou que possuem relações com o Rio Tocantins, no caso de Porto Franco, a cidade está localizada à margem direita do rio.

redefinição do direito de propriedade”, um reflexo classista direto representado pelos grandes latifundiários da região, uma vez que:

Isso explica o papel fundamental que os proprietários de terra tiveram no encaminhamento do golpe. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi organizada pela Sociedade Rural Brasileira. Foram eles que deram o apoio da mobilização social fortalecida na ação golpista. (...) O golpe foi preparado e conduzido com a finalidade entre outras, de evitar uma revolução agrária no Brasil (FERRAZ, 1998, p. 61).

A marcha da Família com Deus pela liberdade, que ocorreu em várias cidades do Brasil no decorrer do mês de março de 1964, organizada por setores conservadores de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, contou com o apoio de segmentos da Igreja Católica e da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (SBDTFP)¹², contribuindo para a eclosão do golpe de 31 de março daquele ano, uma vez que este evento propagou nacionalmente, um suposto levante comunista que tomaria o país, destruindo a pátria, a família e expropriando a propriedade privada.

Não faz parte de nosso propósito analisar a logística da Operação Mesopotâmia, mas como ela ficou marcada na memória coletiva e individual, principalmente dos familiares, presos e demais pessoas que foram impactados por ela em Porto Franco-MA. Mas para tanto, é fundamental conhecermos a sua estrutura e objetivos, uma vez que a mesma teve como função primordial desarticular os grupos de resistência que se encontravam nesta região e conseqüentemente a prisão de seus membros, e assim, eliminar o foco de resistência que se organizava na região, bloqueando qualquer tentativa de levante contra o governo regente. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade¹³, esta ação foi:

desencadeada pelo Exército entre 2 e 12 de agosto de 1971, contou com cerca de 40 agentes, incluindo nove oficiais, pertencentes ao CIE, Comando Militar do Planalto, 11ª Região Militar e 3ª Brigada de Infantaria, sob o comando do general de Brigada Antônio Bandeira de Mello, (...) serviu como experiência, em termos operacionais e de doutrina militar, para incursões posteriores na região do Araguaia. Os agentes percorreram a área, aportando em cidades como Imperatriz, Lagoa Verde, Porto Franco, Tocantinópolis, Araguaatins, Trombas e Buritis. Dezenas de militantes e

¹² Fundada em 1960, é uma organização social civil, de caráter conservador, tradicionalista e anticomunista, tem no catolicismo a religião professada por seus membros. Foi uma das mais aguerridas instituições na defesa da ditadura. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade> Acesso em 18/04/2023

¹³ CNV: A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 “e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça abaixo a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632.” Fonte: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>

simpatizantes (a maioria camponeses) foram presos. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – relatório – Vol. 1 – dezembro de 2014, p. 614-615).

Em termo de atuação e doutrina militar, a operação contou com um efetivo formado por oficiais e sargentos à paisana, disfarçados de madeireiros ou compradores de arroz, para não levantar suspeitas sobre os objetivos da ação. Sem fardas, os oficiais procuravam identificar os membros da “célula subversiva” que aqui estava funcionando. As prisões foram realizadas em Porto Franco, todas à revelia, sem justificativas para o preso ou para os familiares, que diante da ação armada, ficaram impossibilitados de agir. Dentre os presos, muitos não estavam ligados ao grupo político local, mas por terem relações pessoais com alguns dos membros, foram levados sob suspeita.

O trabalho está estruturado em três capítulos, nos qual apresentaremos na seguinte sequência. No primeiro capítulo, apresentaremos o contexto histórico de Porto Franco antes da realização da Operação Mesopotâmia, destacando a relação da cidade com a rota da Guerrilha do Araguaia, assim como a chegada dos primeiros militantes políticos, que tinham como atividade levantar informações sobre o conhecimento da área por onde se buscava implantar um foco guerrilheiro contra o governo militar. Por ser uma área de fronteira¹⁴, formada pelo encontro de Goiás, atual Tocantins, Pará e Maranhão, seria um campo propício para um levante popular de origem camponesa contra o autoritarismo governamental que havia se institucionalizado com o golpe militar.

No segundo capítulo, apresentaremos uma concepção de viés teórico acerca da memória e do esquecimento, que são os pilares de sustentação de nossa pesquisa. Para tanto, pensar o silenciamento e o esquecimento serão critérios pontuais para a compreensão das memórias das pessoas e das circunstâncias que as motivaram a se calar. Este silenciamento, como veremos, está presente também no sistema educacional, visto que as discussões concernentes ao período ditatorial no Brasil não são tratadas com profundidade na educação básica, e se limitando à repressão nas grandes cidades.

Portanto, as contribuições de Maurice Halbwachs (1990), Eclea Bosi (1994), Michael Pollak (1989), Alessandro Portelli (2006), Primo Levi (1988), Verena Alberti (2013), Miriam Sepúlveda (2007), dentre outros autores que abordam as relações entre memória, oralidade e

¹⁴ Sobre o conceito de fronteira, aqui nos fundamentaremos em José de Sousa Martins, a partir de seu livro “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” (MARTINS, 2009).

regionalismo em Sociologia, serão acionadas no sentido de compreensão da memória coletiva e individual.

Desta feita, trabalharemos no terceiro capítulo as análises das entrevistas realizadas, assim como depoimentos já produzidos com os familiares e com presos da Operação Mesopotâmia. Buscaremos apresentar elementos sobre a prisão e morte do militante Epaminondas Gomes de Oliveira, militante político preso e morto nas dependências do Exército.

Por anos, os familiares não se pronunciaram sobre esse período, em razão das dores trazidas pelas memórias de sua morte, assim com também pela não entrega do corpo para o sepultamento, provocando um luto de décadas, por não poderem realizar o ritual de sepultamento, que só pode ser feito quatro décadas depois de seu assassinato. Epaminondas foi o único militante encontrado durante a atuação da CNV-Comissão Nacional da Verdade¹⁵.

Ao longo da construção desse trabalho, utilizamos vários recursos de comunicação para contatar os nossos interlocutores, sendo o principal, o aplicativo de internet *WhatsApp*, também fizemos uso de documentários, sites, jornais e dos depoimentos presentes no canal da CNV no *You Tube*. Assim sendo, teremos como norte do desenvolvimento deste trabalho, a problemática que nos motivou à elaboração de nosso projeto de pesquisa. Primeiramente, quais razões levaram ao esquecimento e ao silenciamento na memória local portofranquina sobre a execução da Operação Mesopotâmia? E subsidiariamente: que forma as memórias traumáticas atuaram sobre os ex-presos políticos e suas famílias? Como ocorreu o processo de localização e sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira? Durante o processo de construção dessa pesquisa, buscamos investigar esses questionamentos aos quais estamos nos propondo a responder.

¹⁵ Sobre a localização e exumação dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira, Pedro Dallari, então coordenador da CNV, diz em reportagem publicada dia 29 de agosto de 2014: "este é o primeiro caso em que a CNV consegue restituir à família os restos mortais de uma pessoa desaparecida por força da conduta do regime militar". Pouco mais de três meses depois, a Comissão encerrava suas atividades. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/08/cnv-identifica-1-desaparecido-da-ditadura-com-corpo-localizado.html>

CAPÍTULO I - REPRESSÃO MILITAR NA FRONTEIRA: PORTO FRANCO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

1.1 O processo do Golpe e a Ditadura Civil-Militar

Após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República em agosto de 1961, existe uma forte resistência por parte da sociedade com viés mais conservador, e das Forças Armadas, contra a posse do seu vice, João Goulart, na época, em visita oficial à China, que recentemente havia passado pelo processo de Revolução Cultural coordenado pelo então líder comunista, Mao Tsé-Tung.

Nas décadas anteriores, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra e a elaboração de uma nova Constituição de 1946, os trabalhadores camponeses continuavam excluídos das garantias trabalhistas, fato este que motivava um crescente posicionamento mais à esquerda por parte da classe trabalhadora. Doravante, o governo Dutra apresentava grandes preocupações com o desenvolvimento eleitoral do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁶, em razão de seu desempenho eleitoral nas eleições de 1945, no qual conseguiu 2,3% dos votos para o Senado, e 4,8% dos votos para a Câmara dos Deputados (FREIRE, sd). Deste modo, o então presidente, observante a crescente simpatia pelos movimentos comunistas entre os trabalhadores, fortalece as suas relações diplomáticas com os Estados Unidos, o que ocasionaria a cassação do citado partido, e conseqüentemente a perda de mandatos dos parlamentares.

Portanto, ao regressar de sua viagem à China, Jango reivindica o seu direito legal de tomar posse, enfrentando resistência dos militares, da ala conservadora da Igreja Católica e de parte do congresso que suspeitava de suas convicções comunistas, mesmo não sendo este um político vinculado ao PCB, muito menos partidários de concepções de viés socialista.

De acordo com Schwarcz e Starling, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹⁷, no qual Jango era membro, e herdeiro direto do legado de Vargas, entre “1945 e 1964, o PTB investiu numa aproximação com o socialismo de cunho democrático, contrapôs seu projeto sempre que possível às pretensões dos udenistas entre os trabalhadores, e viu sua representação no Congresso aumentar [...]” (2015, p. 394). Nota-se então, que o vice-presidente era partidário

¹⁶ Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro é um partido de esquerda brasileiro, possui em seus quadros militantes formados na luta de classes, na organização do proletariado e na superação do Capitalismo, conhecido como Partidão, não fez parte da linha armada ou das guerrilhas. Fonte: <https://pcb.org.br/portal2/658> Acesso em 15 de abril de 2023.

¹⁷ Refere-se à antiga fundação do partido, em 1945, e teve o seu registro cassado em 1965.

das relações políticas com países de blocos políticos antagônicos, algo bastante difícil de ser considerado, no limiar da Guerra Fria.

Nesse sentido, o mesmo PTB, durante o governo de Vargas, flertou uma curta aliança com o Partido Comunista, mesmo não estando entre os projetos deste governante o estímulo ao crescimento do PCB. Como bem nos informa Delgado (1989, p.45), “o movimento queremista foi a expressão fiel da aliança de curto prazo feita entre Getúlio e os comunistas. Formado principalmente por bases trabalhistas ligadas ao Ministério do Trabalho, este movimento (...) ganhou as ruas e a adesão dos comunistas”.

Goulart passou a enfrentar uma forte onda oposicionista a seu governo, ao anistiar os movimentos de insubordinação dos marinheiros em março de 1964. Assim foi considerado um incentivador da desordem e da indisciplina contra as autoridades militares, sua aproximação com países de ideologia comunista causou fortes críticas das alas mais conservadoras de Igreja Católica, assim como também foi considerado um inimigo dos produtores devido sua relação com os movimentos que reivindicavam a reforma agrária.

Com todos esses elementos conspirando contra a estabilidade do governo e para o isolamento do presidente, o golpe estava a caminho, restando ao governo saber como poderia lidar com a situação. No entanto, é preciso entender que muitos setores que o apoiaram, romperam no limiar da crise política, logo o seu governo não estava, no princípio, destinado a ser o que se transformou. Sobre isso Ferreira e Gomes (2021) nos informam como poderia ter sido o destino da nação, caso Goulart tivesse reagido ao levante que o derrubou da Presidência da República:

Vários personagens que viveram aqueles dias como também estudiosos do golpe defenderam que a resistência era possível e que o golpe poderia ter sido revertido. Essa é uma questão interessante, pois envolveu e continua envolvendo uma avaliação sobre as decisões de Goulart. Sobre sua própria figura de homem público. Teria ficado indeciso ou sido fraco ao não resistir? Ou teria sido prudente e um tanto heroico ao não resistir? Como se vê, uma imagem partida, dividida entre um lado bom e outro mau. Algo bastante maniqueísta, já que os homens têm sempre lados bons e maus, ao mesmo tempo. É claro que, se tivesse resistido, a história teria sido outra, como temos insistido, quase como um mantra nesse livro. Nesse caso, como em todos os demais, jamais saberemos o que teria acontecido (FERREIRA; GOMES, 2021, p. 369).

Observamos que a análise dos autores não está focada em um posicionamento de determinismo histórico sobre o golpe militar, mas em uma busca por compreensão do governo ditatorial que se instalou a partir daquele momento, rompendo assim, com as temáticas teleológicas que procuram analisar os eventos por meios de causas e efeitos, desconsiderando outras possibilidades de entendimentos sobre as narrativas dos fatos observados.

Não estava na pauta de Jango uma resistência de caráter armado, o então presidente não tinha o intento de promover um derramamento de sangue. Desta feita, Napolitano corrobora os métodos diplomáticos do governo de Jango, no sentido de que um movimento armado não fazia parte do seu perfil para a resolução de um conflito como o que estava se construindo, o autor nos diz que:

O presidente Jango também deve ter se perguntado “o que fazer?”. Para um homem de seu perfil, ações radicais não estavam no programa, apesar dos seus discursos nos palanques desde o comício da Central. Jango sabia que qualquer decisão de conter o golpe pela força poderia iniciar uma guerra civil sobre a qual teria muito pouco controle. Ao longo de 31 de março, suas ações se limitaram ao que ele mais sabia fazer: conversar para chegar a uma solução negociada. Mas seus interlocutores possíveis estavam cada vez mais escassos. (NAPOLITANO, 2014, p. 64)

Portanto, é possível compreender o perfil político de como Jango procurava resolver as questões contraditórias ao seu governo. Por ser um político adaptado a situações conflituosas, tinha ciência da tragédia que poderia ocorrer no país caso uma guerra civil se instalasse em razão da resistência ao golpe em curso. Assim foi fiel aos seus princípios diplomáticos, o que o levou ao isolamento político cada vez mais consolidado, não resistindo às ações de golpe, foi derrubado e teve seu mandato de Presidente da República cassado, mesmo ainda estando em território nacional. Após a posse interina de Raniere Mazzilli, partiu para o exílio no Uruguai, onde permaneceu até a sua morte.

Ainda sobre as causas que levaram à queda de Jango, Carlos Fico (2008) faz uma minuciosa abordagem sobre os elementos que levaram ao golpe militar, assim também como ocorreu a ruptura entre Estados Unidos e Brasil, visto que ambos firmaram grande parceira econômica desde o governo de Vargas (1930-1945). Existe uma ruptura que irá acontecer após a crise dos mísseis, quando a União Soviética instalou seus mísseis em Cuba em 1962, esse fato fez com que os EUA solicitassem ao Brasil o apoio para uma possível ocupação à ilha socialista, o que não contou com o apoio de Jango.

O autor sustenta que o governo americano inicia a articulação à deposição de Jango ainda em meados de 1962, financiando campanhas eleitorais para opositores ao governo, fornecendo bolsas e capacitação para militares nos EUA, assim como construindo uma forte propaganda ideológica antissoviética no Brasil. Período em que filmes, documentários, livros e outros componentes de conteúdo anticomunista, de exaltação ao nacionalismo ufanista e ao militarismo foram enviados pelo governo americano para fortalecer os seus interesses no Brasil e criar uma massa organizada opositora ao governo de Goulart, e combatendo a suposta “cubanização” do país.

A Operação *Brother Sam*, organizada por Lincoln Gordon e por chefes do Estado Maior dos EUA, foi criada para dar suporte aos militares brasileiros que organizavam o golpe contra o presidente, foi um dos grandes subsídios da logística armamentista para o golpe. Combustível e porta aviões que vieram por mar e se localizaram no litoral paulista, apostos a atacar, assim como armas e munição, que teriam de ser entregues por via aérea. No entanto, essa operação de ocupação ou de combate não se efetivou, visto que não houve resistência por parte das forças legais. No entanto, isso não anula a participação americana, que foi bem atuante durante o governo de Castello Branco. Este, o primeiro ditador do novo governo, já matinha relações com militares americanos desde a Segunda Guerra (FICO, 2008, p. 97).

Retomando o processo anterior ao golpe, em meio a uma intensa agitação política que assolava o país, o então vice-presidente assume a titularidade do cargo, no entanto, o governo passou ser regido por um sistema parlamentarista que perdurou entre os anos de 1961 e 1963, quando por meio de um referendo, tem-se o retorno ao presidencialismo. A esta altura, uma forte crise institucional se consolida no Brasil, e irá culminar com a destituição e cassação de João Goulart, por meio de um golpe de Estado orquestrado pelas Forças Armadas, no dia 31 de março de 1964.

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985), conceito que utilizaremos neste trabalho, se caracterizou por seu forte autoritarismo e institucionalização da violência de Estado contra os opositores, que iam desde a cassação dos mandatos, ao exílio, à prisão e a tortura. Diante dessa intolerância e restrição das garantias civis e dos princípios da liberdade, grupos ligados a partidos políticos vinculados às esquerdas, buscaram formas de derrubar a ditadura instalada no país, e dentre os meios cogitados para isso, estavam as táticas de guerrilha, sendo a de maior destaque, a guerrilha rural. A estratégia de desenvolver um movimento de resistência pela via armada passa a se efetivar após a institucionalização do Ato Institucional N°5, o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968.

Ao ser baixado esse novo ato institucional, tem início o período de maior truculência e repressão da Ditadura Civil-Militar, atuando fortemente para extinguir os movimentos de resistência ao governo ditatorial, intensificando assim a tortura e a censura como uma forma de enfraquecer os grupos opositores. Em contraposição à truculência do governo, os movimentos de esquerda não se retraíram, e fortaleceram as suas atividades de expropriação a bancos e a sequestros de autoridades políticas como forma de troca por militantes que haviam sido presos pela repressão.

Dentre as ações armadas realizadas por esses grupos, podemos destacar o sequestro de Charles Burk Elbrick, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em 1969. Ação foi coordenada pelos grupos ALN-Ação Libertadora Nacional e pelo MR-8¹⁸, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, seu resgate foi realizado após a libertação de 15 militantes que haviam sido presos pela ditadura

Sobre as relações do Estado com os financiamentos e processos de doutrinação da população, cujo uma parcela de empresários e agentes da sociedade civil realizaram apoio ao golpe aplicado pelo Exército, o que ratifica a participação civil neste movimento, o Cientista político René Dreifuss (1981) nos aponta que este foi um golpe de classe, com uma elite orgânica constituída pela classe média brasileira opositora das reformas de base, sustentada pelo financiamento do capital internacional estadunidense. Este autor destaca a relevância de instituições que tiveram a função social de propagar as informações de caráter golpista.

Dentre essas instituições, há importante atuação de duas: o IBAD¹⁹ e o IPÊS²⁰. Segundo Dreyfuss (1981, p. 232), estes órgãos atuaram da seguinte forma:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e

¹⁸ MR8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro é uma organização política de ideologia socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira e tinha como objetivo a instalação de um Estado socialista no Brasil. Surgida em 1964 no meio universitário da cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) foi depois rebatizada em memória ao dia em que Ernesto “Che” Guevara foi capturado, na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/militantes-do-mr8-continuaram-sendo-controlados-apos-anistia/> Acesso em 10 de maio de 2013.

¹⁹ IBAD: O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1959. Era uma organização de natureza política conservadora e anticomunista e estava diretamente vinculada à estação da Agência Central de Informações (CIA), no Rio de Janeiro – sua direção foi entregue a Ivan Hasslocher, ex-integralista e agente de ligação da CIA para o Brasil, Bolívia e Equador. A partir da posse de João Goulart na presidência da República, em 1961, o IBAD intensificou suas ações com o objetivo de estimular na sociedade brasileira um amplo processo de mobilização política anticomunista e de oposição ao governo Goulart. Fonte: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/> Acesso em 15 de janeiro de 2023.

²⁰ IPES: Fundado em 1962 por empresários e militares de alta patente, o IPÊS, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi um dos principais articuladores do movimento que culminou no golpe de 1964. Supostamente criado para fins educacionais, o instituto desenvolveu nos bastidores uma ampla campanha político-ideológica para desestabilizar o governo João Goulart. Dentre as ações estavam o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de publicações, filmes, programas de TV, etc. Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/> Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/> 15 de janeiro de 2023.

informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e de publicidade.

Estas instituições que o autor caracteriza como dois fortes canais de viés doutrinário, atuaram como agentes fortes propagadores das tradicionais ideias de direita, e mantendo oposição resistente a Goulart que, em meio à sua dificultosa administração, procurava dialogar com as classes populares.

Sobre os novos estudos que estão sendo realizados sobre esse contexto, Daniel Aarão Reis (2014, p. 14), em trabalho realizado sobre o cinquentenário do golpe, destaca que após a introdução do regime, os anos de maior radicalização foram em entre 1964-1979, sendo assim os mais turbulentos, tendo ocorrido grandes transformações na economia, na cultura e outros segmentos sociais, nesse período, no país “ganhou a parada o projeto de modernização autoritária, surpreendendo a todos que apostavam na ‘utopia do impasse’. Sob a ditadura civil-militar, construiu-se um modelo cujo legado ainda persiste. Quinze anos. Foi o tempo que ‘fez escuro’”. Esses tempos de escuridão ao qual o autor se refere, foram os períodos marcados pela totalidade da repressão aos antagonistas da ditadura, que na compreensão deste autor, durou 15 anos, considerando que após 1979, com a revogação dos Atos Institucionais, se seguiu um período de 10 anos, culminado assim com a promulgação da Constituição de 1988.

Segundo Reis (2014, p.15), “a ditadura instaurou-se, como se disse, contra um programa nacionalista e popular (...), perdeu-se um tipo de República na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação. Ganhou-se uma ditadura que se radicalizaria com o tempo”. Este autor também corrobora das facetas do governo ditatorial e suas implicações que foram tomando exclusivamente militares em sua gestão, mas que nos anos finais contava com ampla participação civil, concordando com René Dreifuss sobre ter sido uma ditadura civil-militar.

Para Daniel Aarão Reis, tratar a ditadura como exclusivamente militar faz parte de uma atividade de seleção dos fatos realizados pelas memórias deste período que permanecem em disputa. Sobre isso, Reis (2010, p. 172) nos aponta que, “quanto à memória, sabemos todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-lo inexoravelmente seletiva e tendencialmente unilateral. O que importa não é propriamente a correspondência entre ela e o processo histórico, mas a lógica e a consistência interna da versão do depoente”.

Para Demian Melo (2012, p. 40) a ideia sustentada por Reis é que seja revisitado o contexto do golpe, no sentido de se buscar entender, de que modo as multidões foram às ruas

contras as reformas de base de Jango, que para eles, seriam uma fase da introdução do comunismo, daí a origem do clamor e a defesa pela instauração ditatorial e a não “cubanização” do Brasil.

Ainda sobre a discussão conceitual que temos realizado, nos amparamos no trabalho de Marcelo Ridenti (2014, p. 42) que observa as relações dos civis e as instituições de Estado durante o regime. Este autor apresentar a tese de um governo que não fosse genuinamente militar em sua totalidade, uma vez que para este sociólogo,

A organização da ordem produtiva, do Poder Judiciário, do sistema partidário, da Previdência e dos meios de assistência social, da indústria cultural, do complexo de telecomunicações, das polícias, dos bancos, das finanças, do sistema de ensino, inclusive nas universidades e na pós-graduação, tudo isso tem raízes naquele período (...) ela não pode ser atribuída só aos militares, mas também a seus aliados civis. (2014, p.42)

Desta feita, para Ridente, a ditadura procura, em dadas circunstâncias, se afastar dos mecanismos de utilização da força para realização de sua aplicação de poder, o que em algumas situações e dadas as devidas proporções, considerava inclusive algumas manifestações de opositores “cujas demandas procuraram contemplar a seu modo, quer com medidas impostas, quer negociadas, que significa também que elas participaram do processo” (2014, p. 42).

1.2 Porto Franco antes da Operação Mesopotâmia

Nesse contexto de turbulências e perseguições nas grandes cidades, a saída para os militantes de esquerda era a retirada para as regiões mais distantes dos grandes centros, sendo a região da fronteira amazônica, uma área que foi bastante privilegiada para refúgio e organização de resistência. É nesse momento, que a cidade Porto Franco, localizada na margem direita do caudaloso Rio Tocantins, entra na rota dos movimentos de guerrilha rural, funcionando como um ponto importante na organização do movimento insurgente que veio a ser a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) que iremos explorar adiante.

O primeiro militante que viria a se tornar guerrilheiro no conflito que eclodiu na região do Rio Araguaia, foi o médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, quadro do PC do B²¹, que

²¹ PC do B: “O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.” O partido foi um dos grandes grupos de resistência à ditadura, dentre suas atividades, destaca-se a organização da Guerrilha do

foi deslocado pelo partido para a região, a fim de realizar trabalho de formação política com as massas camponesas, e conscientizá-las sobre o que estava ocorrendo Brasil afora com o novo governo que havia chegado ao poder por meio de um golpe no ano de 1964. Ao chegar em Porto Franco no ano de 1967, o jovem médico aparentemente solitário, alugou uma casa da família Sá, nas mediações da atual prefeitura municipal, na região da Beira-Rio, imediatamente, por seu perfil destoante da região, começa a despertar a curiosidade das pessoas, para maior surpresa, o mesmo inicia a prática da medicina em sua casa, onde criou um consultório improvisado para atender as demandas da região, que eram muitas.

Ter um médico na cidade era algo de grande relevância e necessidade para estes sertões de grande população carente por esses serviços, em meados da década de 60. Tamanha foi a procura pelos seus trabalhos, que o prefeito da época, Gerônimo de Souza Milhomem, deslumbrado com as grandes contribuições que o médico estava prestando à comunidade local e região, lhe proporcionou melhores condições para o exercício de sua função, cedendo a ele a estrutura predial do antigo estabelecimento onde funcionava o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), na praça Getúlio Vargas, área central da cidade. O local constava de uma pequena sala de cirurgias, poucos leitos e uma sala de consulta, tudo isso com poucos recursos.

De acordo com o autor portofranquino Waldemar Pereira (1997, p. 115):

devido ao sucesso obtido nas cirurgias e tratamentos dispensados aos pacientes, a fama do Dr. João Carlos ultrapassou os limites do município, chegando, de todas as cidades vizinhas, pessoas doentes para aqui serem atendidas. Operações cirúrgicas, vesícula, apendicite, hérnia, partos cesarianos e outras complicadas intervenções médicas realizavam-se com êxito total. Seus serviços médicos eram assessorados pela enfermeira Dona Delzirê Martins Brito e sua ajudante Dejacy Miranda.

Figura 2: Posto de Saúde onde trabalhou Dr. João Carlos



Fonte: IBGE²²

Deste modo, observamos que alguns procedimentos eram de riscos demasiadamente complicados para serem realizados naquelas condições, a que Dejacy Miranda, em entrevista a Nossa (2012, p. 49) nos informa que,

no início, eu não sabia fazer nada. Só ficava com a lanterninha para ajudar nas cirurgias. Pacientes mortos foram três. Uma garota de quinze anos, de câncer. Ele dizia que a menina tinha de ser levada para São Paulo, porque aqui não tinha recursos; uma mulher de Estreito que já chegou com hemorragia; e uma idosa que apareceu praticamente morta. Eu também lavava a roupa dele e dizia que era outra mulher quem fazia.

João Carlos está presente na memória coletiva como um homem bastante simples, fraterno e prestativo, seu nome é citado com esmero pelas pessoas que conviveram com ele, atualmente é tido como patrono de dois logradouros públicos na cidade, um Complexo Esportivo, localizado no bairro Entroncamento, e no Centro Cirúrgico do Hospital e Maternidade Aderson Marinho. Rapidamente se viu inserido nos grupos sociais, fazendo parte dos eventos culturais e frequentando as confraternizações das famílias tradicionais locais. Assíduo frequentador do Clube Recreativo Ingarana, espaço de sua predileção por ser muito afeito a dançar.

²² IBGE. Porto Franco-MA. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-franco/historico>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

Figura 3: Da esquerda para a direita: Lêda (esposa do Srº Pedrinho do Basa) morava na casa ao lado de João Carlos; Maria Barros (de família tradicional da cidade) dançava muito com João Carlos e Lourinha (funcionária da Casa Miranda).



Fonte: Sul21, 2021.²³

Sobre a interação social do médico com a população da região, Vaner Marinho, que conviveu intimamente com o mesmo, em depoimento no documentário, “Guerrilha do Araguaia: As faces ocultas da História”, dirigido pelo cineasta Eduardo Castro (2008) diz que,

ele chegou em 67 aqui, em julho, e com a ajuda da população ele se estabeleceu, aí ele passou a fazer esses atendimentos, isso nessa época, aqui não existia médico num raio de 100 Km, né? Ele participava de todos os eventos sociais da cidade, participando de jogos futebol, eu mesmo tive a oportunidade de andar com ele muitas vezes em cima de carroceria de caminhão aqui, pela cidade de Estreito, Tocantinópolis, Alto Bonito.

Desta feita, observa-se que João Carlos gozava de grande prestígio social na cidade e na região, e mesmo sendo um futuro comandante guerrilheiro, não deixava que suas convicções políticas fossem conhecidas por aqueles que faziam parte de seus ciclos de amizade. Sempre muito cauteloso, procurava não abordar assuntos concernentes à política nacional nesses meios. Durante o período em que esteve na região, sua identidade política foi totalmente desconhecida. Sempre bastante cuidadoso com a sua vida na clandestinidade, não

²³ SUL 21. São Leopoldo terá ato alusivo aos 49 anos da morte de João Carlos Haas Sobrinho. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/09/sao-leopoldo-tera-ato-alusivo-aos-49-anos-da-morte-de-joao-carlos-haas-sobrinho/>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

deixava que percebessem nem mesmo a sua relação com os membros do PRT²⁴ e da AP²⁵ que existia na cidade, e que também realizavam as suas reuniões numa região afastada, chamada Raposa, às margens do Rio Tocantins.

No citado documentário sobre as memórias da guerrilha, Elza Monnerat, militante e articuladora da guerrilha, “diz que ia tudo muito bem, quando um dia o partido (PC do B) encontrou uma relação de procurados, entre os procurados estava ele, então ele recebeu ordens de sair dali”, uma vez que o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS e demais segmentos da polícia política haviam dado início a busca por reprimir movimentos de oposição.

Dona Dejacy Miranda, no mesmo documentário diz que,

foi um telegrama que ele recebeu, eu pedi para não ir, e ele, não me peça que eu não posso ficar, aí no outro dia eu falei para o prefeito, fui na casa do prefeito e contei, aí fizeram uma discussão, pedindo e gritando, que queriam ele, e ele ficou só em pé na porta, com os braços cruzados, assim para trás, abraçou todo mundo e saiu chorando.

O depoimento de Dona Djacy no citado documentário, corrobora as informações trazidas por Pereira (1997, p. 116), reforçando essa mesma versão, quando o autor diz que,

Certo dia, porém, em meio a um intenso hospitalar, Dr. João Carlos dirige-se ao correio local e recebe a sua correspondência semanal. Um envelope lhe chama a atenção, de acordo com o relato do telegrafista Newton Pinto, que diz ter “notado uma palidez, apreensão e surpresa no seu rosto”, mas nada mais deixou transparecer. Chegando ao hospital, o doutor convoca seus auxiliares e anuncia que teria que deixar Porto Franco imediatamente, em caráter irreversível, sem explicar os motivos de tal decisão. Mesmo diante do pedido desesperado das enfermeiras para que não se fosse, ainda dirigiu as seguintes palavras para a enfermeira Dedé: “Ninguém pode me salvar, nem mesmo o seu Deus [...]”.

²⁴ PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores, criado em 1968, teve sua formação a partir de uma dissidência da AP – Ação Popular. Manteve uma forte ligação com os movimentos das Ligas Camponesas no Maranhão. Após a criação deste grupo, o Padre português, Alípio de Freitas, os líderes camponeses Epaminondas Gomes de Oliveira e José Porfírio passam a fazer parte de seus quadros. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Revolucion%C3%A1rio_dos_Trabalhadores_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Revolucion%C3%A1rio_dos_Trabalhadores_(Brasil)). Acesso em 14/05/2022.

²⁵ AP: “A Ação Popular é um dos desdobramentos do processo iniciado dentro da JUC nos anos de 1959/60, durante os quais, tomando consciência dos problemas brasileiros, lançou-se às lutas políticas e ideológicas. Apesar de não ser muito forte em número de militantes, a JUC era, assim como o Partido Comunista, a força estudantil melhor organizada. Em 1959, sem abandonar completamente o interesse pelos problemas políticos, desenvolvera uma atividade de caráter mais acentuadamente religioso e interno. A partir daquele ano, voltou-se de preferência para o político e o social. Em 1960, alguns de seus militantes chegaram à presidência e outros cargos de direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir de então, formou-se uma aliança com as forças de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passou a predominar na política estudantil”. Fonte: http://www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/acao_popular.html. Acesso em 14/05/2022

Um alvoroço toma conta da cidade, a saída repentina de tão bom prestador de serviços não poderia se aceitar dessa forma, com tanta facilidade, as autoridades locais e regionais se manifestam e imploram pela permanência do médico. Uma manifestação é organizada na praça Getúlio Vargas, discursos, declamações, choro e muita comoção toma de conta da comunidade, abalada pela triste notícia. Melhores condições de trabalho foram oferecidas e a construção de um novo prédio, para melhor comodidade, mas nada era suficiente, João Carlos já estava decidido, teria de partir. João Carlos chorou enquanto ouvia os apelos da população, segundo depoimento de Dejacý Miranda no documentário “Guerrilha do Araguaia: As faces ocultas da História”.

Transcrevo na íntegra, o discurso que o poeta Fortunato Moreira Neto, o Moreirinha, declamou naquele dia:

- Ilustres ouvintes, nobre concidadãos aqui presentes. Aqui me encontro para dirigir-vos em inculta linguagem, expressões e pensamentos, em referência aos elevados e honrosos objetivos deste impotente e cordial manifestação de apreço, e condignamente feita, agora, ao doutor João Carlos, super-homem que, a serviço do bem, há tempos se encontra entre nós, como nobre bem feitor da humanidade. Primeiro, devemos apelar para a suprema vontade da Providência Divina, que trouxe o doutor ao nosso modesto convívio, e para que tão douto e generoso médico prossiga conosco, como preciosa dádiva do céu, e ante as nossas dores e sofrimento. Creio ser de nossa necessidade termos aqui uma importante junta médica, e que lute no sentido de salvar-nos das doenças, e sob o patriótico amparo da Bandeira do Brasil, desfraldada entre as suaves e harmoniosos acordes do Hino. Da junta médica em pálida e obscura sugestão de um rude mestre-escola do sertão, o doutor poderá ser o erudito diretor, tendo o necessário tempo para acompanhar a evolução da medicina moderna. (NOSSA, 2012, p. 51)

Diante de toda sorte de pedidos, João Carlos embevecido de forte emoção apenas agradeceu aos pedidos e aos fortes elos de amizade construídos na cidade durante os aproximadamente vinte meses em que viveu ali. Partiu para Conceição do Araguaia em um monomotor, no dia 23 de outubro de 1968, deixando muitas saudades na população. O Dr. João Carlos Haas Sobrinho, ou Dr. Juca, como ficou conhecido no Araguaia, tombou na guerrilha no dia 30 de setembro de 1972, na região de Piçarra, ele tinha 31 anos.

Sobre a morte de Dr. João Carlos Haas Sobrinho, sua companheira de militância no PC do B, em artigo escrito na revista do partido Elza Monnerat diz que,

Ainda no final de setembro, porém, nas proximidades de Xambioá, João Carlos Haas Sobrinho e mais dois companheiros foram mortos. O general Bandeira, soube que João Carlos exercera a medicina em Tocantinópolis e em Porto Franco e resolveu levar seu corpo para a primeira dessas cidades a fim de que o povo visse o que as Forças Armadas faziam com os “terroristas” como eles chamavam os guerrilheiros. Mas, quando os moradores das duas cidades viram que o morto era o

médico amigo de todos, que os socorrera tantas vezes, que tantas vidas salvara, desfilaram chorando diante do corpo sem vida de João Carlos. (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 91.)

João Carlos Haas Sobrinho foi um dos 62 guerrilheiros mortos durante a guerrilha do Araguaia. No ano de 2009, sua irmã, Sônia Haas, recebeu uma notificação atestando a morte de seu irmão como vítima da violência de Estado, mas o documento não especifica a data exata e o local de onde ocorreu a sua morte. O drama do luto é uma constante entre os familiares, seus pais morreram sem poder fazer o sepultamento do corpo de seu filho. Sônia compõe os movimentos familiares de luta pelos desaparecidos políticos da ditadura militar, assim como é uma guardiã do legado e da memória do irmão.

A memória de João Carlos é bastante enaltecida em Porto Franco, local em que há um Complexo Esportivo e o Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, que recebem o seu nome como homenagem aos grandes serviços aqui prestados. Na literatura regional, sua memória também está presente. No livro “Um verão por terminar”, do escritor porto franquino Étore Santos, se descreve a saga de um jovem médico gaúcho, que por seu idealismo e altruísmo, parte para o interior do país no intento de exercer seu ofício entre os que mais precisam. O mesmo chega a Porto Feliz, uma cidade onde se estabelece e fica até a sua identidade política ser revelada. Na citada obra, em uma dada passagem, o autor descreve o momento em que o médico João Paulo precisa sair às pressas da cidade, pois seria preso em breve. Assim diz o autor, em dado momento em que um companheiro chega para lhe informar que precisa partir imediatamente, segue o diálogo:

- Companheiro, devemos sair já. Não temos mais tempo. A hora é essa.

- Mas agora?

João Paulo esperava por aquela visita, mas não tão de repente. Pensou em Helena. Precisava avisá-la, contar tudo.

- A canoa está no rio. Temos informações de que os policiais virão prendê-lo hoje pela manhã. Minha missão é resgatá-lo imediatamente. Espero que esteja preparado.

- Claro.

João Paulo foi até o quarto, acendeu a luz, calçou uma botina, apanhou uma pequena mochila de lona que guardava no guarda-roupa, e nela colocou uma camisa, um livro, um caderno pequeno, caneta, escola de dentes e um sabonete. Da gaveta do criado, retirou o revólver calibre 38 e um envelope com mil e cem dólares em notas de vinte e de dez.

Saíram em direção ao rio. Andaram sem conversar, sempre procurando evitar que fossem identificados pelas poucas pessoas com quem cruzavam no caminho. Era importante que ninguém reconhecesse João Paulo, pois não queriam que fosse revelado o paradeiro do médico quando a polícia comesse a procura pela manhã. (SANTOS, 2002, p. 60-61)

O diálogo emblemático entre os dois companheiros, remete à saída repentina de João Carlos da cidade, à penumbra para não ser reconhecido e assim evitar causar alarde na

comunidade, sair sorrateiramente na calada da noite, partindo assim para a área de conflito, onde se juntou com os outros militantes que já estavam à sua espera, uma viagem para não mais voltar.

1.3 A fronteira amazônica como espaço de luta contra a repressão

A imensa região Amazônica, pelas suas longínquas distâncias das regiões centro-sul do país, onde se concentram o capital industrial e o poder político, sempre sofreu com ausência do Estado. Nesta região, durante o Governo de Médice e seu projeto de desbravamentos para o norte do país, por meio da abertura de rodovias como a Transamazônica, criou-se um projeto de “ocupação racional” do que a ditadura militar chamava de grande “vazio demográfico” que seria ocupado por grandes investidores financeiros.

Para a ditadura, esta área possuía apenas florestas, que por sua vez precisavam dar lugar a pastagens para a criação do gado, assim como desprezavam a humanidade dos inúmeros povos indígenas que habitavam aquela imensa região visto que muitas etnias sofreram com a violência do Estado: “o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimou em 8.350 índios mortos durante a ditadura militar, destacando que se tratava de um levantamento parcial, que não conseguiu levar em consideração todos os povos afetados. Esse dado, que traduz gravíssimas violações de direitos humanos, é mais um dos que afastam o mito de que a ditadura militar teria sido branda”²⁶.

Eram os tempos de efetuação do Milagre Econômico. Seria a Transamazônica, um grande canal na frente de expansão para o desenvolvimento econômico nacional, promovendo o fluxo migratório dos povos nordestinos “povo sem terra, que iria para uma terra sem povo” no sentido do povoamento e do desenvolvimento da agricultura. “Integrar para não entregar” era um dos lemas do governo naquela época (CAMPOS FILHOS, 2012, p. 128).

Na transição do século XIX para o século XX, esta foi uma região de grande especulação econômica, merecendo destaque nesse período, o intenso fluxo de exploração da borracha, que tinha como finalidade a exportação da produção. Manaus-AM e Belém-PA, foram cidades que viveram gloriosos tempos de movimentação financeira e de efervescência cultural. O ciclo da borracha entra em recessão nos 1910, e após a Segunda Guerra, na década de 1940, a industrialização e o discurso de nacional desenvolvimentismo passam a ganhar

²⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Violação aos direitos dos povos indígenas**. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html> . Acesso em 21/04/2023.

mais força em razão do legado deixado por Getúlio Vargas. Nessa fase, o centro econômico do país passa a ser de cunho mais industrial, concentrando-se nas regiões Sudeste e Centro-Sul.

Devidos às suas dimensões continentais, a Região Norte do país foi cogitada para servir de frente de resistência armada à ditadura civil-militar brasileira, tendo uma inspiração nos movimentos de guerrilha rural que foram vitoriosos em Cuba, na China e no Vietnã. A Amazônia seria um cenário propício como campo de resistência. Os movimentos de resistência localizados ali tinham como uma de suas metodologias de luta, desestabilizar as técnicas de “doutrina de guerra revolucionária”, modelo de formação ensinado na ESG – Escola Superior de Guerra²⁷, contra movimentos anti-guerrilha. Sobre o assunto, Lerner (2018, p. 38) afirma que:

A doutrina da guerra revolucionária, na perspectiva dos militares, diz respeito à forma de guerra empreendida contra um tipo específico de opositor: não se trata de um exército inimigo uniformizado, facilmente identificável, que no campo de batalha se distribui em linhas e tem como objetivo a ocupação extensiva do território, mas uma força – um movimento guerrilheiro, por exemplo – que se distribui de maneira fluida, atuando no seio da população, confundindo-se com ela. Tratar-se-ia de uma força opositora que não apenas se caracteriza pela invisibilidade no meio das massas, como faz dessa invisibilidade a sua principal arma

Um ponto de grande relevância era exatamente a “invisibilidade no meio das massas”, nesse caso, das massas camponesas, que não contando com a presença dos recursos governamentais, abraçariam a causa revolucionária proposta pelos militantes, no sentido de criarem uma grande luta popular que tivesse como desfecho, a derrubada da ditadura.

Por ser uma região fronteiriça, dentre as suas principais características, estão exatamente os conflitos sociais, o trabalho escravo relacionado à peonagem, e a grilagem praticada pelos grandes latifundiários sobre os pequenos posseiros. No final da década de 1950, aldeias indígenas dos povos Paiter Suruí que estão na fronteira entre Mato Grosso e Rondônia e os povos Kayapó, situados no Pará e Mato Grosso, assim como outros povos na atualidade, enfrentaram grandes desafios diante das invasões de madeireiros e garimpeiros em

²⁷ ESG: Escola Superior de Guerra foi criada em agosto de 1949, formada por orientações ideológicas conservadoras e anticomunistas os membros do núcleo principal da ESG foram responsáveis por formular e implementar as diretrizes de governo e o projeto de integração do território nacional, ambos executados pela ditadura militar. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/criada-a-escola-superior-de-guerra>. Acesso em 02/03/2022.

suas áreas de preservação para atividades ilegais. O projeto de frente de expansão, ligados aos grandes investimentos econômicos para a região amazônica, fomenta uma degradação humana e pisoteia a alteridade entre os grupos que estão envolvidos nesse processo. Sobre esse caloroso tema, temos nas análises Martins (2009, p. 132) um referencial necessário, o autor afirma que:

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos e expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra.

Segundo Martins (2009), sociólogo que se dedicou a compreender as relações envoltas na fronteira da Amazônia, os conflitos sociais nessa região são o que há de mais complexo para a análise acadêmica de viés sociológico, sendo esse também um elemento subestimado ou mesmo despercebido dentro dessa discussão. Pois a fronteira é um lugar de encontro das diferenças, no qual o equilíbrio entre as partes forma o elo de convivência. No entanto, os conflitos fizeram com que esta se tornasse uma área de desencontro e intensos conflitos, causados pelas diferentes visões de mundo, culturas, assim como de projetos e visões históricas.

Nesse sentido, a fronteira funciona como uma barreira que precisa ser observada dos dois lados, de dentro e de fora, isto é, sobre o sujeito que já se encontra e sobre aquele que está chegando nesse ambiente. É neste caso, também um espaço de disputa, onde ocorre a separação entre a natureza e a cultura, local onde existe a exploração do homem pelo homem, na exploração do trabalho e da mão de obra, em razão disso, a condições de trabalho análogas à escravidão são bastante comuns. (MARTINS, 2009)

Na fronteira, o critério de civilização é conceito relativo, no qual a epistemologia que define esse termo não é o suficiente para compreender a densidade das relações fronteiriças. Neste caso, a degradação do outro, circunstância presente no local de fronteira, resulta de uma superioridade que de forma bastante simbólica, se apresenta pelo uso da força para legitimar a dominação de grupos com mais capacidade de atuação sobre os considerados por eles os inferiores, como por exemplo, latifundiários, que com grande poder financeiro, levantam seus empreendimentos ameaçando as comunidades de trabalhadores camponeses, ribeirinhos, comunidades indígenas e quilombolas.

Os conflitos causados pelos desdobramentos dos avanços sobre a fronteira, possuem, nesse sentido, um certo ponto de referência messiânica, formado por um grupo que marcha em direção à terra que lhe proporciona uma região em que possa desfrutar do seu trabalho e de sua capacidade de viver sem a opressão de um mais forte, mas que pela frente, encontra-se com o opositor, que guarnecido pelas forças do Estado e pelo aparato militar, lhe sufoca, lhe extingue.

Para tanto, podemos citar casos como o de Canudos, no setrão da Bahia entre os anos de 1896-1897, do Contestado na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, 1912-1916, e por fim, a Guerrilha do Araguaia, na fronteira entre Tocantins (Goiás, na época) e o Pará, entre 1972-1975. Esses conflitos sociais têm em comum a luta pela terra, pela não supressão do direito natural da propriedade, mas que no campo de suas especificidades culturais e suas cosmologias, não foram compreendidos em sua dimensão, restando-lhes a humilhação, a eliminação e o silêncio.

Ao término da Guerrilha do Araguaia, após as operações de cerco e aniquilamento, as regiões onde os conflitos ocorreram passam a ser constantemente monitoradas pelas Forças Armadas, principalmente após a Operação Limpeza, realizada em 1975, ação militar de remoção dos corpos dos guerrilheiros das áreas de combate e traslado para a atual Serra das Andorinhas, onde passaram pelo processo de carbonização, como afirma o coronel da Reserva da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, que serviu durante os combates no Araguaia. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, na edição de 7 de março 2004, este oficial diz que os “corpos de cerca de 40 membros da guerrilha foram queimados pelas Forças Armadas”²⁸, o militar é também autor do livro "Xambioá - Guerrilha no Araguaia", de 1993.

No entanto, os conflitos não cessaram com o fim das ações de guerrilha, como nos informa Peixoto (2011, p.19), quando diz que “uma ‘segunda guerra’ sucedeu a guerrilha, inclusive com severa repressão da sua memória. A recuperação da memória social da guerrilha e de outros conflitos que se desencadearam depois são fundamentais para compreender as raízes dos conflitos agrários nesta região”. Outro fato importante dos efeitos após o final dos conflitos foi que as tensões nos conflitos da fronteira se intensificaram, como a Guerra dos Perdidos ocorrida em 1976, na região de Caianos, antigo local onde existiu uma base da Guerrilha do Araguaia. Sobre a Guerras dos Perdidos, Campos Filho (2012, p. 188) assim caracteriza o conflito:

²⁸ RAMOS, Victor. **Coronel diz que corpos foram queimados**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58900.shtml> Acesso em: 8 de maio de 2023.

O caso dos Perdidos, Santa Luzia dos Perdidos ou Boa Vista do Pará é apenas um dentre outros. A antiga Caianos, dos Guerrilheiros do Araguaia, levantar-se-ia mais uma vez em pé de guerra, agora com ação direta dos próprios camponeses, que defendiam o que consideravam um legítimo direito à posse da terra. A influência dos antigos ‘paulistas’ nas técnicas de emboscada contra os policiais e técnicos do Inca, inegavelmente, será uma herança da Guerrilha e por isso foi duramente combatida.

A repressão aos camponeses que estavam engajados na luta pela reforma agrária, assim como a repressão a povos indígenas que habitavam aquela região, não cessou com o final da Guerrilha do Araguaia. Romualdo Pessoa Campos Filho (2014) fala sobre “uma guerra depois da outra guerra”, isto é, uma luta por direitos, garantias e reparações sociais que foram confiscadas durante a guerrilha. Sobre essa revolta, Campos Filho diz que:

Praticamente dois anos depois do final da Guerrilha, a região ainda convivia com as situações parecidas com as que vivenciaram durante a repressão ao Movimento Guerrilheiro. Mas, desta vez, a população do lugar – migrantes que se deslocaram de longe em busca do sonho da terra, os camponeses que os guerrilheiros tanto haviam tentando evoluir em seus objetivos de conflagrações daquela região – tornava-se ela própria protagonista de um enfrentamento que não seria o último. (2014, p. 191)

Por fim, esta região também ficou marcada por uma sistemática execução de líderes sindicais e religiosos que eram ligadas às causas populares, causando comoção e repercussão internacional. Dentre os quais podemos citar o líder camponês João Canuto, assassinado em Rio Maria-PA em dezembro de 1985; Pe. Josimo Moraes Tavares, executado em Imperatriz-MA em maio de 1986; o advogado Paulo Fonteles, morto em Ananideua-PA, em junho de 1987; Irmã Dorothy Stang, assassinada em Anapu-PA, em fevereiro de 2005; o jornalista Dom Philips e o antropólogo da FUNAI, Bruno Pereira, assassinados no Vale do Javari, no Amazonas em junho de 2022 e Raimundo Nonato Silva de Oliveira, o Cacheado, assassinado em dezembro de 2022.

1.4 “Entre rios”: O Desenvolvimento da Operação Mesopotâmia

A Operação Mesopotâmia como já apresentado na introdução deste trabalho, foi uma atuação do Exército Brasileiro, coordenada pelo Comando Militar do Planalto, e tinha à frente de sua supervisão, o General de Brigada Antônio Bandeira, que no ano de 1972, assumiu a frente dos combates aos guerrilheiros do PC do B na região do Araguaia. Fundamentada em doutrina militar, tinha como objetivos gerais reprimir os movimentos opositoristas que se organizavam ao longo da Rodovia Belém-Brasília, assim como na região fronteira entre Tocantins (Goiás, na época) Pará e Maranhão, área conhecida como Bico do Papagaio. Entre

os dias 2 e 12 de agosto de 1971, esta região foi repentinamente tomada por agentes à paisana, militares do Centro de Informações do Exército (CIE), Comando Militar do Planalto, 11ª Região Militar e 3ª Brigada de Infantaria.

Até meados de 1998 eram desconhecidas informações mais específicas sobre o processo de desenvolvimento da Operação Mesopotâmia, que permanecia desconhecida dentre as discussões sobre o período ditatorial. Toda a história com registros oficiais e desconhecidos até mesmo por muitos oficiais das Forças Armadas, estava em posse do Gen. Antônio Bandeira, em sua residência na Paraíba, o que se convencionou a chamar de Baú do Bandeira. Quem teve acesso a este material, após muitas negociações com o General, foi o jornalista do O Globo, Amaury Ribeiro Jr. que neste mesmo ano teve acesso ao vasto material que estava arquivado.

A filha do General, Márcia Bandeira, foi quem deu as chaves do baú prateado ao jornalista, que teve contato com um grande acervo empoeirado há muito não consultado por outras pessoas. Dentre os documentos, anotações do militar, constavam detalhes sobre a repressão aos movimentos de resistência ao regime no Maranhão, assim como a sua participação nas duas primeiras expedições ao Araguaia. Esse material rendeu ao jornalista, uma série de matérias no jornal O Globo, que foram intituladas como “O baú do General Bandeira”, cujo primeiro número é do dia 5 de abril de 1998.

Figura 4: Página 16 - Edição de 05 de abril de 1998



• PORTO FRANCO (MA) e TOCANTINÓPOLIS (TO). A aposentada Avelina da Rocha, de 83 anos, não se esqueceu do dia 6 de agosto de 1972, quando as tropas do general Bandeira invadiram sua casa, em Tocantinópolis, levando seu marido, Epaminondas Gomes de Oliveira, militante do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores). Avelina nunca mais veria o marido — que morreu sob a tutela do Exército em Brasília. As esperanças de que ele estivesse vivo terminaram um mês depois, quando um soldado do Exército foi à sua casa e entregou-lhe o atestado de óbito. Reconhecida como parente de desaparecido pelo Governo — que lhe pagou a indenização prevista na lei — ela sonha até hoje receber a ossada do marido.

— Eles não tiveram a coragem de entregar o corpo. Só disseram que tinha sido enterrado em Brasília porque ficaria caro trazer para cá — lembra.

Nora de Epaminondas, Joana Pereira da Rocha, de 56 anos, conta que os militares levaram objetos pessoais e álbuns de fotos da família.

Mostrando cicatrizes na barriga que teriam sido resultado da tortura, o funcionário Osmar Pereira dos Santos, de 53 anos — na época simpatizante da AP e da ALN — lembrou que, por ter reafirmado ser comunista, Epaminondas foi quem mais sofreu.

— Os presos, no DNER de Imperatriz, depois de torturados, eram obrigados a chutar a barriga de Epaminondas, que acabou morrendo — disse ele.

Dizendo-se revoltado até hoje com o que sofreu, o presidente do diretório do PMDB no Maranhão, Remi Ribeiro de Oliveira, contou que escapou de levar choques e ser pendurado no pau-de-arara por acaso. Ex-estudante em Imperatriz, foi preso por apoiar organizações que passaram pelo local. Ele lembra:

— Foi o Vasco que me salvou. O sargento que já tinha torturado todo mundo desistiu de me dar choques porque ia começar o jogo do Vasco no rádio.

O aposentado de Tocantinópolis José Pereira da Silva, de 72 anos, foi levado para Brasília pelos militares. Simpatizante da AP, ele disse que os militan-

tes da VAR-Palmares foram os que mais sofreram.

— Além dos três camponeses citados nesse relatório, teve um quarto que acho que também não voltou. Isso eu ouvi dos próprios militares — disse.

Localizado pelo GLOBO em Formosa do Preto, no Sertão da Bahia, o coronel Geraldo Amorim Navarro, ajudante-de-ordens de Bandeira, disse que a tortura foi praticada por sargentos sem o consentimento do general. Ao ver a foto de um camponês encontrada no baú do general ele comentou:

— Este aí é um valente: levou vários choques, esfregava a cabeça no chão, mas não falava. Nas nossas mãos, ficou vivo. Pode ter morrido em Brasília.

Autor do livro "Guerrilheiro Sem Cabeça" — que garante que até Che Guevara esteve na cidade — o secretário de Cultura de Imperatriz, Agostinho Noleto, disse que Bandeira virou uma espécie de xerife nos dois meses em que esteve no município.

— Entre tantas cenas de Bandeira na cidade, uma é inesquecível: o general dando bengalada na barriga do prefeito Renato Moreira, pedindo para que ele arrumasse os buracos da cidade — disse.

Outra passagem, contou Toledo, envolveu um ex-funcionário dos Correios, Alan Kardec. Na caça aos subversivos, encontraram dinheiro na casa de Kardec que havia sido desviado dos Correios.

— Sem saber o que fazer com o dinheiro, Bandeira jogou-o para cima, gritando: "Mau caráter, além de comunista, você é um ladrão". Enquanto isso, Alan Kardec tentava agarrar o dinheiro no ar.

O professor Benedito Batista, o funcionário Osmar Ferreira da Silva e o comerciante Carlos Lima de Almeida ainda se reúnem para lembrar o tempo em que defendiam a luta armada. Na sexta-feira de carnaval, os três levaram os repórteres do GLOBO ao sítio de Lima, onde escondiam metralhadoras, granadas e dinheiro levados por militantes do Sul. ■

• AMANHÃ: NA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA,
UM RASTRO DE TRAIÇÃO E DELAÇÃO

Fonte: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050>

Em destaque ao centro da matéria, temos a viúva de Epaminondas Gomes de Oliveira, Dona Avelina, segurando certidão de óbito de seu esposo, ela tinha o sonho de receber a ossada de seu marido, para que assim realizasse os rituais de sepultamento e despedia: "Eles não tiveram coragem de entregar o corpo. Só disseram que tinha sido enterrado em Brasília porque ficaria caro trazer para cá", relembra.

Nesta série de matérias jornalísticas, realizadas por Ribeiro Jr. (1998) se apresenta o desenvolvimento da Operação, e de como foi possível desmobilizar as organizações ali localizadas. O mesmo argumenta que antes do PC do B enviar seus quadros para a região, outros grupos já a mapeavam com o intento de levantar uma guerrilha rural, fato sustentado pelo jornalista, ressaltando que devido a quantidade de organizações instaladas na região Tocantina, muitos militantes se cruzavam sem saber que eram de organizações diferentes.

Segundo Ribeiro Jr., o sucesso do sufocamento dos grupos opositores ao regime, contou com um forte aparato de delações e posteriormente de infiltrações nas organizações,

sendo esta uma importante ferramenta utilizada pelo Gen. Bandeira. Na Página 5 – Edição de 06 de abril de 1998, ele afirma que “através de arapongas e delatores, o Exército levantou perfis de 32 militantes, que estão entre os documentos encontrados no baú, entregue ao Globo pela filha de Bandeira, como mostrou ontem a primeira série da reportagem”.

E segue descrevendo a situação de um desses casos frutos de espionagem, o relatório da Operação Mesopotâmia assim descreve o militante “Brasil”: “Carlos Brasil. Elemento por demais atuante no Norte de Goiás. Procede do Rio Grande do Sul. Trabalhava na CEL (Centrais Elétricas de Goiás). Militante da VAR-Palmares. Possui uma caminhonete C-14 amarela ou bege. Tem o codinome de Chico”. A escritora Cristina Chacel, em seu livro “‘Seu amigo esteve aqui’: A história do desaparecimento político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na casa da morte” (2012), na qual tive a oportunidade de participar de uma roda de conversas em 2016, em Porto Franco, traz informações que corroboram os dados de Ribeiro Jr, sobre o tema, a autora nos diz que:

Carlos Brasil participou do congresso de Teresópolis, realizado em setembro de 1969, quando a VAR-Palmares sofreu com o “racha dos sete” e foi desfeita a fusão com a VPR do capitão Carlos Lamarca. Tão logo todos saíram de casa, ele foi embora da cidade serrana, na companhia de *Breno*, já com destino certo: seguiria para o Norte, com o objetivo de se instalar, com a mulher e os filhos, em algum povoado localizado no Bico do Papagaio. A escala no Rio de Janeiro serviu para organizar a viagem. Em uma concessionária de veículos, a velha Rural Willys de Brasil foi trocada por uma caminhonete Caravan, zero-quilômetro, da Chevrolet. A diferença entre um e outro carro, *Breno*, pagou à vista, com os dólares do cofre do Ademar, já devidamente convertidos em moeda brasileira. (...), Brasil, que há quatro meses fazia um estágio na Universidade de Brasília, apanhou a família e retomou a viagem, com destino a Imperatriz no Maranhão. Mas, na altura de Estreito, à época uma pequena vila, pegou o rumo de Goiás até dar na cidadezinha de Tocantinópolis, ao sul do Bico do Papagaio, às margens do Rio Tocantins, próxima a Araguatins, onde havia um forte movimento camponês pela reforma agrária, ali o médico começou uma nova vida, clinicando e se relacionando com a sociedade local, o que incluía a oligarquia política. (CHACEL, 2012, p. 109)

Carlos Brasil não possuía formação militar, e o uso de sua arma se limitava a atirar em árvores ou alguns animais. Esteve em Tocantinópolis durante todo o ano de 1970, onde procurou gradativamente conhecer a população e suas relações sociais. Procurava não comentar sobre assuntos políticos, mas tinha conhecimentos sobre a célula de outra organização que se localizava na região, do PC do B, que na cidade vizinha, Porto Franco. Segundo Cristina Chacel, “Brasil julgava que Tocantinópolis era a única área de implantação da guerrilha da VAR” (2012, p. 110.)

Figura 5: Página 5- Edição de 06 de abril de 1998

Segunda-feira, 6 de abril de 1998 • 2ª edição

O GLOBO

O PAÍS-5

O BAÚ DO GENERAL: Joaquim Câmara Ferreira, comandante da ALN, foi capturado graças à ação de um companheiro traidor

Delação e infiltração na Operação Mesopotâmia

Grupo de 28 militantes do Molipo que fez treinamento de guerrilha em Cuba foi dizimado quando começou a voltar



CABO ANSELMO: José Anselmo dos Santos, líder da revolta dos mfarriheiros, que ajudou a derubar o presidente João Goulart em 64. Fez treinamento de guerrilha em Cuba e voltou ao Brasil em 70, como militante da Vanguarda Popular Revolucionária. Passou a colaborar com a polícia e entregou até sua companheira, Soledad.



CUBA: A ilha de Fidel Castro era um dos destinos de guerrilheiros, não só do Brasil, em fuga ou em busca de treinamento. Mas, após o entendimento dos Estados Unidos com a União Soviética, da qual Cuba dependia financeiramente, Fidel teve que suspender o apoio à disseminação do regime socialista que implantara na ilha em 59.

Amaryu Ribeiro Jr.
Enviado especial

• IMPERATRIZ (MA). Num flanco, o bem montado serviço de espionagem do Exército, infiltrando agentes nas organizações de guerrilha que atuavam no Araguaia em 70 e 71. Noutro, militantes desses grupos que, capturados, passavam para o outro lado. Infiltração e delação alimentaram o arsenal estratégico que permitiu às forças de repressão deflagrar a Operação Mesopotâmia. Em 71, sob o comando do general Bandeira, ela desmobilizou esses grupos.

Através de arapongas e delatores, o Exército levantou perfis detalhados de 32 militantes, que estão entre os documentos encontrados no baú do general, entregue ao GLOBO pela filha de Bandeira, como mostrou ontem a primeira reportagem da série.

“Carlos Brasil. Elemento por demais atuante no Norte de Goiás. Procedo do Rio Grande do Sul. Trabalha na Celg (Centrais Elétricas de Goiás). Militante da VAR-Palmareas. Possui uma caminhonete C-14 amarela ou bege. Tem o codinome de Chico”, descreve um espião em seu relatório. “Grupos vêm se articulando em áreas rurais e urbanas, desde a época da abertura da Belém-Brasília, influenciados pela atuação dos ex-deputados José Porfírio e Padre Alípio”, analisa outro documento.

Testemunhas desse trabalho silencioso, os moradores de Imperatriz (MA) e Tocantinópolis (TO) se lembram bem de um vendedor conhecido como Mané do Pastel, que apareceu no fim de 69. Maltrapilho, conversador, Mané tornou-se querido na região. Era, na verdade, um agente infiltrado do Exército.

— Foi uma decepção porque, de repente, aquele sujeito com cara de bobo voltou à região anos depois fardado de sargento, dando pancada em todo mundo — recorda Carlos Lima da Silva, um dos camponeses presos pelo Exército durante a operação.

No grupo dos que passaram para o outro lado estava José da Silva Tavares, tido como o delator de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, comandante da ALN, preso e morto por agentes do DOI-Codi em São Paulo em outubro de 70. Militantes que atuaram na época sustentam que Tavares — capturado ao tentar ir para Imperatriz — fez um acordo com os militares para informar um “ponto” que marcaria com Toledo depois de solto.

— Todo mundo sabe disso. Tanto é verdade que, a exemplo do Cabo Anselmo, Tavares desapareceu — diz José Carlos Gimini, ex-militante do Molipo.

Chefe na época do comando militar da ALN, Carlos Eugênio Paz, o Clemente, autor de dois livros sobre o assunto, acusa Tavares de ter simulado tentativa de suicídio e fuga do hospital, com a conivência dos militares, para entregar o companheiro.

— Eis que, um belo dia, numa padaria de São Paulo, eu e Toledo encontramos com o Tavares por acaso. Ele tinha uma marca de araque no pescoço, e contou a história de fuga, na qual nunca acreditel, e preveni o Toledo. Mas Tavares voltou à ativa, marcou o ponto e apunhalou-o pelas costas — diz Paz.

A versão consta ainda do “quadograma”, que militantes da ALN mantinham nos presídios, com o objetivo de entender o que acontecia e quem entregava quem na organização.

Mistério até hoje, a morte quase simultânea dos integrantes do Grupo dos 28 do Molipo, que começou a retornar de treinamento militar em Cuba a partir de 71, é também atribuída à ação de agentes infiltrados. A tese, de ex-militantes e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, é reforçada por documentos apreendidos no Deepo, que comprovam que o DOI-Codi foi informado da data. Paz estima que as informações foram passadas por um agente duplo tcheco que morava em Cuba. O relatório do agente foi encontrado pela comissão.

Paz acusa o Governo cubano de ter agido com discrição durante o retorno dos brasileiros.

— Aquilo lá era uma porralouque. Davam passaporte falsos com fotos de gente até 20 anos mais velhos. Só está vivo quem ignorou a recomendação dos cubanos, seguindo uma rota alternativa — diz.

As acusações são contestadas pelo presidente do PT, José Dirceu, que dividiu uma casa em Cuba com os militantes do Molipo. Dirceu diz que Fidel Castro, por medida de segurança, procurava, ao contrário, retardar ao máximo o retorno de brasileiros. Mas concorda que a “queda” do Grupo dos 28 é o grande mistério dos “anos de chumbo” a ser esclarecido.

— Temos a obrigação de esclarecer a história do Molipo. É um compromisso com os mortos — diz.

— Até hoje não se sabe quem é o agente infiltrado. Não era o Cabo Anselmo, porque são dadas no relatório informações de gente que não teve contato com ele — analisa Iara Xavier, da Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça ■

• AMANHÃ: NO BAÚ DO GENERAL, A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A CARTA DE MAURÍCIO GRABOIS

Fonte: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050>

Foram efetuadas 32 prisões de um suposto foco guerrilheiro que ali se encontrava. Eram pedreiros, pescadores, lavradores, garimpeiros e demais pessoas simples, que se reuniam com o objetivo de discutir assuntos correlatos ao cenário político nacional, que naquele contexto, era de repressão e supressão das liberdades individuais. Algumas das pessoas que foram levadas pelo Exército não eram correligionárias das ideologias de cunho esquerdista que norteavam os membros da AP e do PRT que aqui estavam localizados em Porto Franco, mas foram levados presos pelo fato de conhecerem os membros atuantes e mais engajados politicamente. (OS ARQUIVOS SECRETOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. Documento 2. Operação Mesopotâmia)

Após a prisão dos militantes, os mesmos foram expostos na Praça Getúlio Vargas, região central da cidade, algemados e acorrentados em um caminhão Alfa Romeo (Feneme), muitas pessoas não sabiam por que estavam sendo levadas, e a população, atônita, assistia passivamente aquela cena de barbárie com pessoas conhecidas da cidade. “Medo, pavor, pânico e trauma” são muitas das formas com que os familiares e amigos dos prisioneiros se remetem àquele período. Eles eram chamados de comunistas e terroristas, porém, ao que é possível notar, parte da população não sabia o significado desses conceitos. Em entrevista,

Dona Dinalva²⁹, esposa de Messias Chaves, comenta que “naquele tempo se falava muito em comunismo, ainda existe isso no Brasil?”. Ela, que estava grávida quando o marido foi preso, perdeu o casal de gêmeos que esperava.

A descrição da Operação Presença, com os prisioneiros que haviam sido capturados, foi registrada na literatura regional, sendo esta um importante referencial sociológico de preservação da memória coletiva. Retornamos à obra de Étore Santos (2002, p. 54), quando o mesmo diz que:

Beatriz e os policiais seguiram para a farmácia de Medeiros. Encontraram o farmacêutico conversando com Durval. Identificaram-se e pediram que os dois subissem na carroceria do caminhão. Durval, assustado com a chegada repentina dos policiais, perguntou o que desejavam. O policial respondeu que precisavam conversar com ele e com os outros comunistas que se reuniam naquele local. Quando Medeiros tentou argumentar, dois outros policiais entraram no balcão, o seguraram pelos braços e o arrastaram para a rua. Ambos foram jogados na carroceria do caminhão, onde outros policiais o esperavam com pedaços de corda e os amarraram na carroceria (...). A Veraneio partiu, seguida pelo caminhão com os prisioneiros amarrados e os policiais a castigá-los. As pessoas saíam de suas casas para assistir ao espetáculo de covardia e brutalidade. Ninguém entendia o que se passava, nem manifestava qualquer tipo de reação. Chegaram à casa de Joaquim Rodrigues, e o retiraram da mesa onde estava com a família e filhos. Foi igualmente espancado na frente da família, rasgaram-lhe a camisa e o amarraram com os dois companheiros na carroceria do caminhão (...). Depois de passarem pelas principais ruas da cidade, os policiais pararam na praça Getúlio Vargas.

Dentre os militantes que foram presos em Porto Franco-MA, Tocantinópolis-TO e Imperatriz-MA, alguns, após a ratificação de que não se tratava de pessoas de fato engajadas na luta contra o regime, foram logo liberados. No entanto, um grupo considerável foi enviado para Brasília-DF, para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Segue a lista de presos, presentes no Relatório Final da Operação Mesopotâmia, de 1971, Folha 6, assinado pelo General de Brigada Antônio Bandeira:

Eliezer Vas Coelho – “Geraldo” – VAR-PAL – Imperatriz;
 Pedro Gomes dos Santos – “João Ferro” – VAR-PAL – Imperatriz;
 Catarino Leal Juair da Silva – “Severino” – VAR-PAL – Imperatriz;
 Antonio Gonçalves Guimarães – “Antonio Aviador” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 Linduarte Machado de Moura – “Lino” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 Inácio Pereira de Macedo – “Pescador” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 Bartolomeu Cassimiro de Albuquerque – “Beto” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 José Pereira da Silva – “Zé Alecrim” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 João Nunes Guimarães – “João Ferreira” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 Pedro Moraes Milhomem – “Ambrozio” – PRT – Tocantinópolis (GO);
 Epaminondas Gomes de Oliveira – “Epaminondas” – PRT – Porto Franco (MA);
 Bartolomeu Gomes – “Bartu” – PRT – Porto Franco e Buritis;
 Pedro Américo de Salles Gomes – Imperatriz.

²⁹ Dinalva Marinho Chaves, oitenta e um anos, entrevista que realizei no dia 11 de maio de 2022.

Em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho para o livro “O Coronel rompe o silêncio” (2004), o então Major Lício Augusto Ribeiro fez parte do grupo de apoio à Operação Mesopotâmia, comandando o destacamento que ficou em Tocantinópolis, conhecido também pelo codinome de Dr. Asdrúbal, que durante 30 anos ficou em silêncio voluntário sobre a Operação Mesopotâmia e a Guerrilha da Araguaia, na entrevista o oficial afirma que:

O General Bandeira e o Coronel (Arnaldo Bastos de Carvalho) Braga estabeleceram o comando em Imperatriz. Eu fiquei em Araguaína, numa equipe de terra, de apoio logístico, responsável pelo serviço de radiolocalização. Soube que houve muitas prisões, mas que todos foram soltos depois de interrogados. Não tinha nenhum cacique, era tudo arraia miúda, moradores da mata e da periferia. (CARVALHO 2004, p. 60).

Confrontando as informações que o oficial fornece em entrevista, podemos observar as contradições presentes entre o seu depoimento e o documento oficial do Exército, que naquele período, era tido como “Secreto”. O major desconhece, ou omite o traslado dos militantes para a capital federal. Fato é que após a ida para Brasília, com exceção de Epaminondas Gomes de Oliveira, todos retornaram para as suas famílias, calados, abatidos, temerosos pela experiência vivida, se calaram, não comentando sobre o que viveram nem mesmo com as suas famílias, muitos morreram em consequências das torturas, outros ficaram com sequelas físicas ou psicológicas.

O relatório da Operação Mesopotâmia confirma categoricamente a prisão, local e data da morte de Epaminondas Gomes de Oliveira. Sua prisão ocorreu no dia 7 de agosto de 1971, no garimpo de diamantes em Ipixuna, Estado do Pará. Epaminondas foi um dos articuladores políticos da região, e tinha um engajamento bastante concreto nas lutas sociais, contra a opressão e abusos das autoridades locais. Tendo uma sólida carreira política, “militante antigo” como é citado no relatório da Operação Mesopotâmia, foi prefeito de sua cidade natal, Pastos Bons-MA, onde nasceu em 16 de novembro de 1902, autodidata foi professor de português e aguerrido defensor da educação, sapateiro e artesão em couro.

Durante a operação em Porto Franco, um dos líderes de oposição ao governo, identificado nos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), era Epaminondas Gomes de Oliveira, seu codinome era Luiz de França, membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Após a sua captura, ele foi encaminhado a Marabá, e posteriormente transportado em avião da Força Aérea Brasileira para Imperatriz, e lá chegando foi submetido a torturas durante os dias 10 e 11 de setembro, em uma base provisória do Exército que ficava

às margens do Rio Cacaú, tais como o uso da palmatória e choques elétricos, como nos falou Epaminondas de Oliveira Neto, em entrevista.

Meu avô foi preso no garimpo de diamantes em Ipixuna, no Pará, de lá foi levado para Imperatriz, onde foi torturado com choques elétricos e palmatória, fizeram um corredor polonês, para que os presos lhe batessem na cara, o que eles não aceitaram fazer.³⁰

Devido às ordens de sua prisão terem partido do Alto Comando Militar do Planalto, Epaminondas Gomes foi levado para Brasília, em que sob a tutela do Exército, sendo barbaramente torturado, faleceu no dia 20 de agosto de 1971.

Foram presas 32 pessoas, expostas na Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade de Porto Franco, em cima de um caminhão, todos amarrados com cordas, causando susto e pânico aos que viam aquela exposição, pois se desconhecia a razão daqueles homens estarem sendo presos. Como uma atividade de levantamento de informações, a Operação Mesopotâmia conseguiu desarticular o foco oposicionista na região, porém não conseguiu impedir o movimento guerrilheiro que se organizava na região do Rio Araguaia, que eclodiu sete meses após a sua realização, este grupo se organizava na região desde 1966, promovendo a adaptação e o conhecimento da área, assim como mantendo cordiais relações com os camponeses.

Rompendo o grupo local que se colocava contra o governo militar, extinguiu-se também os projetos de lançamento de uma candidatura à prefeitura da cidade nas eleições de 1972, um chapa de viés comunista, porém filiada ao MDB³¹, único partido de oposição em legalidade naquele momento, Epaminondas Gomes de Oliveira, que era filiado ao PRT, seria o nome mais cotado entre o grupo para concorrer ao pleito devido sua popularidade e aceitação perante a comunidade, principalmente entre os mais pobres da cidade. A sua proximidade com os menos favorecidos era tão expressiva, que o motivou a procurar recursos para a saúde e educação fora da região e do país para atender às necessidades do povo.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2013, Dona Joana Pereira da Rocha, sua nora diz que:

ele trabalhava pelas pessoas mais necessitadas, ele trabalhava para arrumar remédio até em Cuba, até em Cuba ele pediu remédio para tratar de hanseníase em Porto Franco, ele trazia livros para cuidar da educação dos adultos, que naquela época ninguém falava nisso. O

³⁰ Epaminondas de Oliveira Neto, em entrevista que fiz no dia 20 de setembro de 2020.

³¹ Criado em 1962, para contrapor o Arena, Aliança Renovadora Nacional, partido da ditadura, era formado por opositores ao regime e único partido de oposição permitido após a cassação das outras agremiações pelo Ato Institucional N°2. Fonte: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>. Acesso em 19/04/2023

analfabetismo era bem maior que é agora, né? Ele dividia o pouco que ele tinha no bolso por essas periferias de Porto Franco, para as pessoas mais necessitadas (...) então por isso os políticos não davam valor a ele, por que ele não adulava ninguém, vamos falar na minha linguagem de sertaneja, ele não bajulava ninguém, ele era um homem de opinião, inteligente em grande escala (...) era isso que o povo não gostava no Epaminondas, ele não gostava da classe alta, ele não andava atrás da classe alta, por isso que ele morreu, por que ele andava atrás das pessoas que precisavam do apoio dele (Depoimento à Comissão Nacional da Verdade – CNV, em 21 de outubro de 2013).³²

Portanto, em buscas de melhores condições e recursos para a prevenção e tratamentos de saúde e educação para as pessoas de menor poder aquisitivo da região que, durante os anos de 1970, eram acometidas por crises sanitárias e educacionais, como o surto de hanseníase especificamente na cidade de Porto Franco, Epaminondas entra em contato com articuladores políticos de outras regiões para conseguir o referido apoio. E dentre os aliados da causa, estava um militante do Partido Comunista do Brasil-PCdoB, um gaúcho, que foi destacado pelo partido para essa região, pois a demanda nesses sertões era consideravelmente grande. Foi assim que chegou aqui, o médico e guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, onde permaneceu por aproximadamente dois anos.

A Operação Mesopotâmia foi deflagrada na fronteira entre o sudoeste do estado do Maranhão, e antigo norte do estado de Goiás e o Sul paraense, em região de difícil acesso e de complexa mobilidade. Esta era uma localização formada por uma considerável massa camponesa, garimpeira, pescadora e de outras atividades artesanais, que não contavam com os subsídios do governo, fato este que motivava uma constante disputa por terras, conflitos com os grandes grileiros, por meio da militarização das questões agrárias (MARTINS, 1985), sendo que os grandes latifundiários buscaram criar grupos paramilitares para combater, usurpar e humilhar os pequenos posseiros. Esta é uma situação ainda bastante latente nas regiões onde ocorreram os conflitos guerrilheiros, a pistolagem se tornou um recurso bastante utilizado por grileiros, que quando não matavam, expulsam os camponeses de sua propriedade.

Este mesmo posseiro é o principal agente social originário do processo migratório que, para Martins (2009), é o pequeno lavrador empobrecido, sobrevivendo do cultivo na pequena propriedade lavrada a custo do trabalho familiar, também negocia o excedente que não irá fazer falta em casa. Esse sujeito é fruto dessa frente de expansão, que em muitas condições,

³² Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yrVIJo7Ht9A&list=PL9n0M0Ix12jfSIzabDbZNCQH7rydMoNuL&index=9>.

Acesso em 08/05/2012

localiza-se próximo a grandes empreendimentos, ocasionando constantes movimentos por regiões distintas.

A cidade de Imperatriz-MA é um caso bastante interessante quanto a esse aspecto de isolamento. Isolamento este que funcionaria como uma questão estratégica que dificultava o monitoramento das ações dos movimentos da VAR-Palmares, grupos da via armada e opositores ao regime que estavam naquela região realizando seu trabalho de base.

Dada a considerável distância da capital São Luís, Imperatriz mantinha maiores relações comerciais com Belém-PA, funcionando como um ponto de convergência com outros movimentos que estavam na região, dentre eles, membros do PC do B, que buscavam a implantação de uma guerrilha rural na referida região, evento que veio a eclodir em abril de 1972, a Guerrilha do Araguaia (1972-1975).

Em razão da relevância com que as Forças Armadas estavam engajadas no processo de identificação, localização e repressão dos movimentos oposicionistas, a Operação Mesopotâmia teve atuação fundamental dentro dos recursos metodológicos da ESG – Escola Superior de Guerra que, desde o recrudescimento da Guerra Fria, estava voltada para o processo de formação fortemente anticomunista.

Segundo Daniel Lerner, sobre a Operação Mesopotâmia,

consta que um dos objetivos da manobra não era outro senão “testar a doutrina da guerra revolucionária”, isto é, comprovar sua eficácia, sua aplicabilidade, perante uma situação real de combate. Afirmarções semelhantes podem ser encontradas em relatórios das unidades da Marinha e da Aeronáutica (CISA) (LERNER, 2018, p. 39).

Partindo dessa premissa, é possível compreender o êxito da operação militar, que conseguiu mapear e identificar os focos oposicionistas na região, realizando um monitoramento da área, efetuando encarceramentos e praticando a tortura como meio de aquisição de informações, como consequência, espalhou-se o pânico, o medo e trauma como legados permanentes deste período.

Ao ser preso no Pará, Epaminondas foi encaminhado para Imperatriz-MA, local em que já se encontravam os demais presos políticos capturados nos primeiros dias da operação. Sobre a sua chegada no acampamento da Rodovale, local utilizado como centro de coleta de depoimentos e torturas, o Sr. Messias Gomes Chaves, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, relata que sua prisão repentina causou a perda do casal de gêmeos que sua esposa esperava, Dona Dinalva Marinho Chaves, esta após esse evento catastrófico não pode mais engravidar. O mesmo já se encontrava preso, quando os militares chegaram com

Epaminondas, o qual já havia passado por sessões de tortura num estabelecimento chamado de Casa Azul³³, em Marabá-PA. Sobre o assunto, Sr. Messias diz em seu depoimento que:

Sofremos muito. Eu não gosto de me lembrar de certas coisas. Você ter um amigo tudo o que acontece com ele, você vendo, dói na alma, dói no coração. Ele no meio de muita gente, levantar 30 homens, para todos os 30 darem tapas no rosto dele, 15 de um lado e 15 do outro. Isso aconteceu quando ele estava preso em Imperatriz. [...] Um carro quatro portas da Chevrolet. Chegaram e me levaram. Disseram: vamos fulano para a fazenda Alvorada. Na estrada, um quilômetro e meio, rodaram o carro de uma vez, saíram com as armas nas mãos e disseram: ou tu vais se explicar ou então vai morrer aqui. Aí começou. (RELATÓRIO DA CNV – Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, p. 620).

Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, ocorrido em 23 de outubro de 2013, afirma que apenas naquele momento falou sobre o assunto, por medo, optou pelo silenciamento e em razão do trauma herdado pela experiência da prisão. No mesmo relato, ele afirma que até meados dos anos 80, as Forças Armadas monitoravam a região com o intuito de vigiar os antigos militantes que por aqui viviam. Seu relato é enfático ao descrever as cenas de maus tratos que Epaminondas, à altura dos seus 68 anos de idade, era submetido. Nesta mesma audiência, o Sr. Abelardo Barbosa de Oliveira, à época, vereador, e que não fazia parte do grupo de opositores aqui instalado, encontrava-se em sua fazenda quando os militares, levando o seu filho na condição de refém, chegaram para lhe prender. Relatando sobre a sua prisão, o Sr. Abelardo diz que:

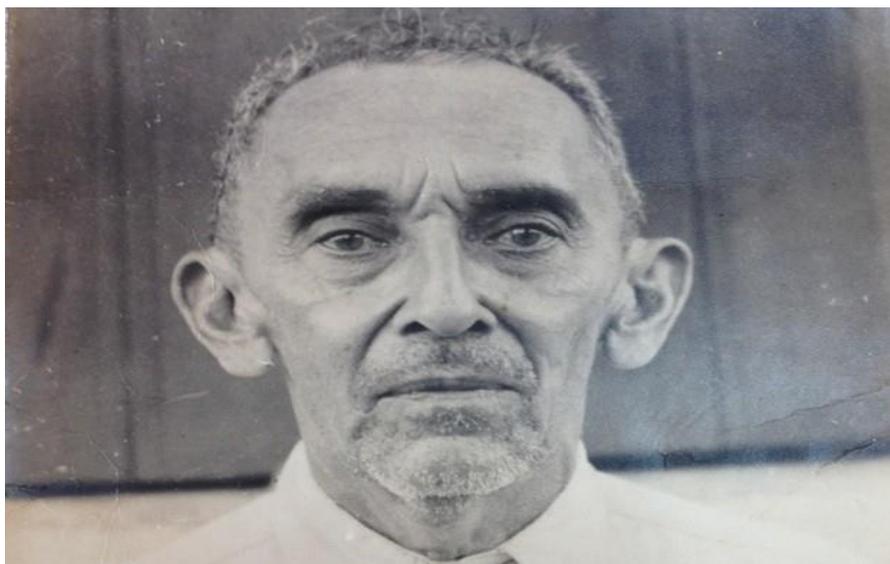
Eu estava no dia 5 de agosto de 1971 na fazenda, de sete para oito horas da noite, chegaram dois cidadãos lá, inclusive eles levaram meu filho como refém, se identificando como funcionários do DNER, eu era vereador nessa época, dizendo eles que precisavam de uma assinatura minha eu estranhei mais eu vim (...) quando chegou aqui em Porto Franco, eles estavam acampados, tinha um acampamento do Batalhão nesse tempo aqui... Batalhão do Exército, ainda chegando eles disseram: – Olha seu Abelardo, é pra levar você para a Segurança Pública (...). Aí eles me levaram lá pra o Batalhão, passar a noite lá. Quando foi no outro dia, dez horas do dia, mais ou menos, chegou um caminhão Alfa Romeu, com Alziro Gomes, que é pai daquele rapaz bem aculá, Pedro Moraes, um bocado, tudo preso. Um bocado que eu não reconheci tudo na hora. Subiram lá no Alfa Romeu, de carroceria, passaram a algema no meu braço, botaram sentado no forro da carroceria do carro, e com as cordas amarradas de um lado para o outro do carro e um bocado de gente algemado e preso na corda. Aí ficamos lá, aí quando foi... passamos um dia... a noite... quando foi a noite na segunda noite, chegaram com o Seu Epaminondas lá, algemado. (ARQUIVO DA CNV - Depoimento de Abelardo Barbosa de Oliveira à CNV, em 22/10/2013, em Porto Franco - MA).

³³ “Utilizada como centro clandestino de tortura e morte, na época da ditadura militar, a Casa Azul foi o destino de muitos guerrilheiros que atuaram no Araguaia e também de camponeses. Para dar um ar de legalidade e evitar desconfianças, lá funcionava também o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Hoje o local abriga a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)”. Fonte: <https://memoria.etc.com.br/noticias/brasil/2014/09/comissao-da-verdade-resgata-historias-de-antigo-centro-de-tortura-em-maraba>. Acesso em 10/03/2023

O relato de Sr. Abelardo e de Sr. Messias são bastantes coerente no que se refere às prisões dos militantes e à de Epaminondas, que não se encontrava na região durante a Operação. Assim como este depoente, Alziro Gomes não fazia parte dos que compactuavam com ideologias contra o regime militar, fato importante para destacar que não era preciso especificamente ser um militante, mas o contato com um era o suficiente para o fichamento e monitoramento por parte do SNI-Serviço Nacional de Informações, fato confirmado por outros depoentes. É o que nos leva a crer que, ter relações de proximidade com Epaminondas foi determinante para muitas prisões. Após a chegada de Epaminondas, e interrogado se o conhecia, ele afirmou que sim, era seu vizinho, muito respeitado e que não entendia a razão de estarem fazendo aquilo com ele. Nesse sentido, ele destaca a situação dos tratamentos degradantes aos quais ele era exposto:

levaram ele pra lá, lá judiaram dele, bateram nele de palmatória, bateram na bunda dele, deram choque no ouvido dele e ele gritava. [...] Torturado algemado e com o aparelho. Eu não recorde se era para cima algemado ou se era para trás, eu não recorde. Ele em uma cadeira, ele com um aparelho magnético com um negócio em um ouvido e no outro. Ele dava gritos horríveis, gritando, dando choques no ouvido dele, batendo nele com a palmatória. Isso eu vi. Eu vi lá em Imperatriz. [...] Eu os vi fazendo isso. Quando foi no outro dia, eles embarcaram ele num transporte lá, que eu não sei que transporte era, e levaram para o aeroporto e de lá foram embora. [...] E até hoje eu não sei por que é que eu fui preso. Eu nunca fiz parte disso, eu fui só amigo do senhor Epaminondas. (ARQUIVO DA CNV- Depoimento de Abelardo Barbosa de Oliveira à CNV em 22/10/2013, em Porto Franco -MA).

Figura 6: Fotografia do título eleitoral de Epaminondas Gomes de Oliveira.



Fonte: <https://observador.pt/especiais/epaminondas-tortura-durou-44-anos/>

Após as prisões e interrogatórios em Imperatriz-MA, o Sr. Abelardo Barbosa de Oliveira e Alziro Gomes foram liberados, pois de fato não possuíam ligações com o grupo político, os demais seguiram para um avião da Força Aérea rumo à Brasília, onde estiveram no PIC-Pelotão de Investigações Criminais, sendo liberados 4 dias depois. Epaminondas, por ser militante com histórico mais antigo, com articulações em esfera nacional e internacional, não retornou, sob tortura, faleceu no dia 20 de agosto de 1971, no Hospital de Guarnição do Exército, em Brasília. Na época, seu atestado de óbito dava como *causa mortis* forte anemia e desnutrição. No laudo cadavérico realizado pela CNV em 2014, o médico legista Aluísio Trindade Filho atesta que estas circunstâncias são causadas por graves violações físicas mediadas por atos de tortura.

Antônio Alves Rodrigues, também conhecido como Antônio Paulino, foi outro homem preso aparentemente sem envolvimento com os movimentos sociais opositores à ditadura cívico-militar, o seu nome também não consta no relatório final da Operação Mesopotâmia. Em depoimentos à CNV, Maria de Jesus Sousa Santos, sua filha, dá relatos de como ocorreu a prisão de seu pai pelas tropas militares, que foi preso em casa, diante da esposa e dos filhos, em seu depoimento, conta que:

Dois homens chegaram, eles não deram ordem de prisão para o meu pai. Quando eles chegaram na porta, aí nós ficamos assim. Eles estavam à paisana. Não estavam vestidos de farda. E a gente achou esquisita a forma como aqueles homens estavam sendo conduzidos algemados. Papai levantou, nós levantamos. Eles se aproximaram, dois homens pegaram em cada braço do meu pai e do jeitinho que pegaram ele, suspenderam e colocaram dentro do caminhão como se joga um porco (...). Daí começou nosso dilema. Foi uma cena muito forte para a minha mãe, que estava no sétimo mês de gravidez e para nós, filhos. (ARQUIVO DA CNV - Depoimento de Maria de Jesus Sousa Santos à CNV em 22/10/2013, em Porto Franco-MA).

Neste caso, depois de cinco dias seu pai foi liberado, ele foi preso por ser considerado um comunista, no entanto, não havia por parte do Sr. Antônio Alves nenhuma relação de engajamento político, muito menos filiação partidária em que a sua prisão estivesse respaldada, sua prisão, como a de grande parte dos que foram levados, se dava por suas relações de amizade com Epaminondas.

Em visita que fizemos a João Carlos Lima Pereira, filho mais novo de Claudias Gomes Pereira, popularmente conhecido na cidade como Coló, também preso, sem que seu nome conste na lista presente no relatório final da Operação Mesopotâmia, ele diz não se recordar da prisão de seu pai, por ainda ser muito novo na época, mas que o seu pai havia relatado a experiência da prisão e como foram os dias de encarceramentos com os demais prisioneiros. João Carlos nos cedeu uma cópia de um documento em que constam as informações sobre

esse período a fim de utilizarmos em nossa pesquisa. Por ser um documento no qual o ex-presos político sente a necessidade de falar sobre a sua experiência, descrevendo com detalhes o contexto em que foi levado pela repressão, assim como era o local do encarceramento, acreditamos que seja um documento de grande relevância testemunhal para este trabalho, portanto transcreveremos na íntegra o seu relato:

Aconteceu no dia 6 de agosto de 1971. Eu estava trabalhando como pedreiro na casa do Sr. José Rodrigues Ramos na Rua 7 de Setembro nº 195 nesta cidade de Porto Franco- MA, sendo testemunha o próprio José Rodrigues Ramos que me ajudava no serviço de ajudante. Quando por volta de 10 horas da manhã recebi a visita de um senhor que disse querer falar comigo lá fora. Ele já estivera em minha casa situada na Rua Custódio Barbosa s/n onde foi informado do local onde me encontrava. Esse senhor dizia ser funcionário do DNER e solicitou que eu o acompanhasse até o Escritório do 2º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção do Exército para assinar um documento relacionado com obras na região. Despedi-me do Sr. José Rodrigues Ramos dizendo-lhe que logo retornaria para prosseguirmos o trabalho e acompanhei o dito Sr. até um veículo tipo Veraneio que se achava estacionada na rua e seguimos para o escritório do 2º BEC situado à Rua Joaquim Pereira s/n em Porto Franco-MA. Ali chegando, imediatamente recebi voz de prisão; fiquei surpreso e atordoado por tudo o que estava acontecendo pois não entendia o motivo daquele ato, considerando que sempre fui um cidadão honesto, respeitado, conhecido e amigo de todos os habitantes de Porto Franco e nunca cometi nenhum ato ilícito ou criminoso que justificasse minha prisão. Fui conduzido ao acampamento do Batalhão (2º BEC) onde fui algemado sem nenhuma explicação e trancafiado em um quarto.

Ali permaneci até as 14 horas quando chegou um caminhão Alfa Romeu (Feneme) cor verde que já conduzia vários presos. Me colocaram na carroceria do citado caminhão e prenderam meu braço direito com algema na grade da carroceria numa situação bastante incômoda. Ali já se encontravam outros homens, alguns conhecidos e outros não. Seguimos pela empoeirada Rodovia Belém Brasília no rumo da cidade de Imperatriz, enjaulados como se fôssemos animais até chegarmos ao destino onde identifiquei como sendo o acampamento da RODOBRÁS.

Ali fomos retirados do caminhão com brutalidade, recebendo pontapés e outras agressões físicas. Eles nos pegavam e batiam nossas cabeças umas contra as outras numa espécie de tortura. Fomos presos num barracão de lona muito quente com o piso de areia fofa, quando se caminhava se enterrava na mesma até o meio da canela. Éramos vigiados por homens armados com fuzis e metralhadoras. Não tínhamos o direito de fazer nem nossa higiene pessoal básica como pelo menos lavar o rosto e escovar os dentes. Não podíamos nos comunicar com ninguém nem mesmo com nossa família, neste local e sob estas condições permanecemos por 4 dias. Durante esse período presenciei muito sofrimento humilhação e tortura que eram impostas aos presos. Não conseguia dormir, pois a todo momento ouvia gritos de clamor e sofrimento. O que mais me comoveu, foi quando trouxeram o Sr. Epaminondas, conhecido da cidade de Porto Franco. Ele chegou algemado e sofrendo todo tipo de agressão com murros, pontapés, pancadas de palmatória. Fomos todos chamados para presenciar o seu interrogatório. Este foi um dos que mais foram torturados, recebia descargas elétricas (choques) em seu corpo. Era humilhado, xingado. Se algum destes se negava a bater no Sr. Epaminondas, era duramente castigado. Nós outros recebíamos também socos e murros na cabeça. No quarto dia, após muito sofrimento, fui libertado e abandonado à margem da Rodovia Belém-Brasília, aproximadamente às 10 horas da manhã, sem nenhum centavo no bolso e como naquele tempo, não tinha transporte regular entre Imperatriz e Porto Franco, só depois de muito tempo consegui uma carona até o entroncamento de minha cidade.

Para falar a verdade, eu nunca pensei em sair vivo dali. Aqueles dias terríveis marcaram muito a minha vida e até hoje sinto traumas e pesadelos. A minha família sofreu tanto ou mais que eu, pois ignorando o que estava acontecendo comigo e sem nenhuma notícia do meu paradeiro durante aqueles 5 dias, só pensava no pior e se desesperava muito. Até hoje não entendi por que fui preso, pois nunca participei de grupos guerrilheiros, sempre fui um cidadão honesto, trabalhador e não tenho e nem nunca tive qualquer antecedente criminal, sempre me pautei pelo respeito aos meus semelhantes.

Assim, afirmo pela minha honra, que todos os fatos relatados aqui são fiéis e verdadeiros. Agora, apenas fazem parte de um passado de terror, época em que nossa liberdade era obstruída pela opressão e ditadura militar que alcançavam até cidadãos pacatos de pequenas cidades como Porto Franco. Indiferentemente sem preocupação de atingir os inocentes.

(RELATO DE CLAUDIAS PEREIRA SOBRE A SUA PRISÃO NA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA, Porto Franco – MA, 21 de julho de 2005)

O amplo e doloroso testemunho em primeira mão de Sr. Claudias é um meio de romper com o silenciamento sofrido por uma grande maioria das pessoas que vivenciaram ou que foram presos durante os períodos de restrições de liberdade causados pela ditadura militar. Ele faleceu no dia 30 de agosto de 2009, com um relato de sua memória para que o povo tivesse conhecimento do que tinha acontecido não só nas grandes, mas também como ele mesmo fala, nas pacatas cidades do interior do país.

A importância dos testemunhos tem ganhado uma grande relevância no debate público nos últimos tempos, principalmente nesses tempos, em quem se buscam as reparações de violações causadas por governos genocidas, ditaduras e demais sistemas que atentam contra a vida e o direito à liberdade. Nesse ponto, segundo Janaina Teles (2011), adquire gradativamente respaldos trabalhos que se propõem a usar as fontes orais nas pesquisas acadêmicas, obtendo assim a mesma importância que as clássicas fontes de procedência escrita, sobre esse desenvolvimento do testemunho, junto à memória e as fontes orais, a autora aponta que:

Ao longo das últimas décadas a noção de testemunha recebeu nova forma de validação. Na atualidade, a memória adquiriu a forma de um mandato ético: o testemunho é cada vez mais identificado com a figura da vítima. Sobreviventes vêm conquistando o direito de expressar a memória da dor e o testemunho tem sido considerado o que mais se aproxima da experiência vivida. (...) a ética ficou condenada a se rearticular e ser pensada a partir da expressão da dor e do sofrimento do corpo humano. A sobrevivência e o testemunho assumem o valor de crítica necessária, pois encerram a possibilidade de trazer à voz a barbárie que a sociedade quer esquecer. (TELES, 2011, p. 17-18)

No que se refere à Ditadura Civil-Militar que se instalou no Brasil, há leis e artigos que dificultam o acesso à informação e o direito à memória e à verdade e reparação, tal como a Lei 9.140/95, que afirma em seu Art. 1º:

São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Em razão da autoanistia realizada pelos militares após a lei de 1979, os membros das Forças Armadas envolvidos com a violência de Estado, assassinatos, sequestros e desaparecimentos se deram ao silenciamento e ao esquecimento sobre os crimes que praticaram durante o período ditatorial. Para Teles (2010, p. 249), “essa situação, porém, dificulta a formação de uma postura de escuta dos sobreviventes, o desfecho de um ciclo e o trabalho de luto dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e da sociedade em geral.” Uma vez que sem informações sobre o familiar desaparecido, o trauma se faz presente e a verdade não se manifesta.

Tivemos a oportunidade de conviver com Claudias Pereira, o Coló, uma vez que existe uma relação de proximidade entre as famílias. No entanto, sobre o assunto de sua prisão, tivemos conhecimentos apenas depois de sua morte, e de forma mais específica, durante as audiências da CNV na cidade, na qual estivemos presentes, e acompanhamos todos os relatos citados, em que Dona Isabel sua esposa, também já falecida, e seus filhos relataram e confirmaram o testemunho presente neste documento.

Dessa forma, dentre os relatos apresentados neste tópico de nossa pesquisa, observamos os pontos de confluência entre os testemunhos, onde é possível concluir que todos mantinham relações com Epaminondas Gomes de Oliveira, e que suas prisões se deram em razão deste motivo.

No livro, “Sem Vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira” (2008), a pesquisadora Taís Moraes apresenta informações relevantes que foram levantadas com um interlocutor que ocultou o verdadeiro nome, mas que a autora ao registrar suas memórias, o identifica na obra com o codinome de Carioca. Este desenvolveu funções em Brasília junto ao pessoal do Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), assim como membros do Centro de Inteligência do Exército (CIE), participou da fase de mapeamento das regiões com focos subversivos na área do Bico do Papagaio, principalmente na área de jurisdição de Imperatriz-MA, onde havia organizações como a VAR-Palmares e a VPR, já citadas neste trabalho. Carioca que fazia parte da equipe de monitoramento de focos de resistência política que visavam a derrubada do regime, trabalhava sobre

coordenação do General de Brigada Antônio Bandeira. Sobre isso Moraes (2008, p.81-82) nos aponta que:

Daquela missão em que participou de um interrogatório cruento bem de perto, ele soube algo mais quando voltou a Brasília. Era a vida nua e crua diante de sua mente buliçosa, mas naquele momento totalmente voltada para o trabalho. Um habitante da região, Epaminondas Gomes de Oliveira, preso com outro morador da área, Osmar Pereira dos Santos, morreu nas mãos dos agentes da equipe. Ele não podia imaginar que pudesse acontecer algo assim tão temível, ainda mais em se tratando de um homem que havia colaborado com tudo o que sabia – era muito pouco, quase nada. Seu crime: afirmar, com orgulho, ser progressista, comunista (...), Aquela vida fora ceifada para que, afinal?

Em seus trabalhos sobre presos e desaparecidos políticos, Tais Moraes e Daniel Lerner procuraram manter contatos primários com o relatório final da Operação Mesopotâmia, sobre as relações dos presos a serem capturados; o relatório diz sobre Epaminondas de Oliveira no Anexo A, p. 7:

3. EPAMINONDAS: Velho, baixo, orelhas caídas, magro, moreno, cabelos lisos, mesclados de branco, usa chapéu de couro com abas laterais viradas para cima, olhos amarelados, tem uma chácara em Porto Franco. É contato do Padre Alípio e José Porfírio. É militante antigo no partido. Fazia reuniões em garimpos, em Porto Franco e São João do Paraíso. Tem ligações com João Ferreira, de Imperatriz. Elo ativo do movimento, realizando reuniões subversivas em sua chácara em Porto Franco. Reside na casa nº 70, descendo a praça à esquerda, em Porto Franco.

O endereço corresponde à sua residência, localizada na Praça Getúlio Vargas, na região central da cidade. Ao chegarem na casa, os militares à paisana, Moraes diz que “levaram o homem à força, sob às vistas da mulher, Avelina Rocha, que ficou lá, impotente, sem nada poder fazer para impedir a prisão. Por algum tempo, alimentou a esperança de vê-lo, mas não obteve nenhuma notícia do marido” (MORAES, 2008, p. 81). No entanto é preciso retificar um dado trazido por Tais Moraes, que diz em seu livro que os militares invadiram a casa em Tocantinópolis, mas a ação ocorreu em Porto Franco. Após a fatídica sena de violação e desrespeito aos direitos humanos e sem encontrar Epaminondas em casa, os militares buscaram elementos que poderiam o identificar, “levaram até o álbum de fotografias” como nos informou nosso interlocutor, Epaminondas Neto.

O suplício de Epaminondas é ratificado em todos os depoimentos, destaques para as agressões morais e físicas, humilhações de todas as formas. Já abatido pelos dias de prisão, sofrimento e tortura, Epaminondas Gomes de Oliveira morre no dia 20 de agosto de 1971. No Relatório Final da CNV, registra-se sobre sua morte:

A morte de Epaminondas Gomes de Oliveira ocorreu em Brasília (DF), em 20 de agosto de 1971, após prisão e tortura por espancamento e choques elétricos, na

Polícia da Aeronáutica e/ou no Pelotão de Investigações Criminais (PIC), ambos situados na capital federal. O cadáver de Epaminondas Gomes de Oliveira nunca foi restituído à sua família, que, após sua prisão no estado do Pará, jamais teve contato com ele, seja em vida ou após o seu sepultamento. A Presidência da República, em 1971, por meio do Gabinete Militar e do SNI, depois de informar à família sobre a morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, recusou-se a realizar o traslado do corpo, tendo comunicado à família um número incorreto de sepultura e atestando a impossibilidade de exumação do corpo antes de cinco anos. (RELATÓRIO DA CNV – Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, p.620)

O corpo de Epaminondas foi devidamente localizado apenas em 2013, ele foi considerado um desaparecido político até o ano de 2014. Após a devida localização de seu corpo, exumação e análises de antropologia forense que confirmaram a sua identidade, foi organizado o traslado para Porto Franco, onde foi realizada a sua despedida quarenta e três anos após seu assassinato, o encerramento do luto e a despedida do ente querido. Seu corpo foi velado no Salão de Eventos da Loja Maçônica Tiradentes, onde familiares, autoridades e a população local participaram da cerimônia de despedidas.

Figura 7: Sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira, realizado no dia 31 de agosto de 2014



Fonte: Foto de Evaldo Jordan.

Após os ritos finais, o cortejo saiu pelas ruas da cidade com o caixão sendo levado pelas pessoas que acompanharam a cerimônia. Como uma forma de homenagem ao ente querido, familiares e amigos acompanharam o cortejo entoando músicas populares que rememoram os tempos de perseguições políticas, em direção ao Cemitério Jardim da Saudade, onde foi sepultado ao lado de sua esposa, Dona Avelina da Cunha Rocha, no dia 31 de agosto

de 2014. Como não havia nenhum logradouro na cidade que lembrasse a memória do falecido líder político, foi aprovado o projeto em sua homenagem, recebendo a Câmara de Vereadores o nome de Palácio Epaminondas Gomes de Oliveira.

Figura 8: A Câmara de Vereadores de Porto Franco-MA, 2021.



Fonte: Arquivo do autor

Portanto, compreendemos que os relatos de testemunho e memória sobre as prisões que ocorreram durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), ainda estão abertos para novas investigações e pesquisas que tenham como objetivo compreender os relatos daqueles que foram perseguidos pela violência de Estado. Neste capítulo, buscamos apresentar os aspectos históricos de como foi realizada a Operação Mesopotâmia em Porto Franco-MA, assim como foram analisados alguns dos testemunhos que foram realizados durante a Comissão Nacional da Verdade. No próximo capítulo, buscaremos apresentar a importância das análises sobre memória e trauma, referencial teórico-metodológico de nosso trabalho.

2. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: O TRAUMA E O SILENCIAMENTO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

2.1 A Operação Mesopotâmia e o seu esquecimento frente à memória coletiva.

No campo de pesquisa que busca analisar eventos correlatos das ações realizadas que culminaram com prisões, torturas mortes ou desaparecimentos durante o período da ditadura cívico-militar brasileira, tem-se utilizado um recurso de grande importância para a compreensão das narrativas sobre as memórias coletivas e individuais, que são os artifícios do testemunho. Sabe-se que a ideia de testemunho remete a uma série de áreas do conhecimento, no qual a confissão sobre uma experiência individual é transmitida a outrem, que não vivenciou a mesma experiência.

Para Seligmann-Silva (2000), o testemunho é cabalmente produto de uma contemplação, a testemunha é sempre testemunha de algo individualmente vivido, o que implica dizer que a pessoa que decide testemunhar, teve a vivência sobre as condições que se prontifica a dizer. Recorrendo às suas lembranças, seleciona as informações que lhe são coerentes de serem compartilhadas com o interlocutor que apresenta interesse pela escuta e por suas versões sobre a história de vida de um sujeito em específico. Sobre isso, o autor diz que:

Em primeiro lugar porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. A situação radicalmente outra, na qual todos deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com este aspecto um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 75)

Durante uma escuta, é importante observar a postura que o informante adquire, se olha para os lados, pega em objetos, muda de assunto ou mesmo omite informações, esse comportamento contribui para o entendimento do ouvinte acerca das buscas por lembranças na profundidade de suas memórias. Nesse resgate por memórias, surgem sentimentos que não podem ser controlados pelo sujeito que fala, sentimentos e emoções podem emergir aleatoriamente, como apontam Santos e Araújo (2007, p. 101), ao dizerem sobre a memória:

Nesse caso, observa-se a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. A memória, portanto, não pode ser reduzida a instrumento político; ela excede as tentativas de controle.

Como o testemunho é recurso que visa o resgate de informações para que não venha a cair em total esquecimento, o francês Maurice Halbwachs acredita que mesmo sendo o fato narrado um produto de uma experiência individual, a memória sobre o evento vivido é coletiva, isto é, para este sociólogo, a memória é sempre coletiva, pois os sujeitos e suas construções de memórias são frutos das interações sociais.

Sobre a possibilidade de construção de uma memória coletiva que vise o não esquecimento dos fatos, Maurice Halbwachs (1990, p. 39) afirma que:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

É preciso então, como nos informa o autor acima citado, que essas lembranças sejam analisadas de forma a compreender as relações entre o coletivo e o individual, para que assim, tenham o reconhecimento dos membros do grupo, procurando uma coerência dentro da coletividade de indivíduos que formam essa memória coletiva. Nesse caso, podemos entender que a memória é construída por meio de interações sociais, no qual a memória individual é resultado desse processo coletivo. Ao observarmos essa situação sobre a Operação Mesopotâmia, dentre os militantes que foram presos, é possível realizar uma ligação direta entre os relatos testemunhais cedidos por esses agentes sociais, a descrição da prisão, o traslado, a tortura na qual foram sujeitos, tudo é descrito de forma bastante coerente.

No caso que nos propomos a investigar, buscaremos levantar hipóteses sobre as razões que levaram as pessoas que foram presas a se calarem ou mesmo buscarem um esquecimento sobre a experiência vivida. Observa-se que este silêncio foi rompido por algumas pessoas durante as audiências da Comissão Nacional da Verdade, uma vez que durante a sua duração (2012-2014) a conjuntura política era favorável para esta discussão. Neste caso, teria o contexto político pós-ditadura contribuído para este silenciamento? Teriam os governos de alinhamentos mais à esquerda, situados entre os anos de 2003-2016 favorecido para que este silenciamento fosse quebrado? Uma vez diante da experiência traumática vivenciada tanto pelos presos políticos quanto por seus familiares, procuramos nos fundamentar em Pollak (1989, p.5) para compreender esta situação uma vez que o autor diz:

este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressos (...). O longo silêncio sobre o passado é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as

lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Soma-se a essa primeira hipótese, outra, a de que o silêncio de parte considerável dos sujeitos, que estiveram direta ou indiretamente ligados a este período de perseguição e suplício em Porto Franco, funcionaria como um silenciamento proposital, para amenizar as dores e as memórias traumatizantes que os acompanharam e ainda acompanham ao longo de suas vidas.

No âmbito da memória coletiva, vale notar que os registros que constem as narrativas dos militantes que foram encarcerados durante a Operação Mesopotâmia são bastante raros, nos materiais didáticos utilizados nas escolas locais, esse é um assunto que não está presente nos currículos de escolas e universidades. Fato este que é comprovado ao ser analisado o Documento Curricular do Território Maranhense para o Ensino Fundamental (2019), no qual é destacado a Ditadura Militar no Brasil, dentro do contexto da Guerra Fria, referenciada pelo título “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, sendo uma competência voltada a “Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (p. 457). Porém no documento não há uma observação mais delimitada sobre a citada operação militar ou demais violações de direitos humanos no estado do Maranhão.

Fato semelhante, sobre as dificuldades de abordar em sala de aula os assuntos relativos à Ditadura Civil-Militar, também são enfrentados por professores no estado do Tocantins. Em sua dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEH, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulada “A GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memória, Esquecimento e Ensino de História na região do conflito”, o professor José Humberto Gomes Barbosa realizou em sua pesquisa uma série de entrevistas com professores de Educação Básica, acerca de como os mesmos abordavam o tema em sala de aula, eles destacaram principalmente a carência de livros didáticos que tratam do assunto, sendo que nos planejamentos, esses professores inserem o tema da Guerrilha em aulas das turmas de 9º Ano do Ensino Fundamental, e 3º Série do Ensino Médio, turmas onde o tema da Ditadura consta no currículo. Sobre isso citamos sua entrevista com o professor Cristiano Gomes da Silva, em que o mesmo compartilha seus desafios dizendo que:

O livro adotado pela escola [já citado em nota de rodapé] faz uma pequena referência sobre a guerrilha, outros nem sequer mencionam. A história regional é esquecida em favorecimento de uma história mais genérica de cunho nacional, até mesmo as questões indígenas e quilombolas são negligenciadas. Os livros de

História do Tocantins são poucos e também quase não referenciam o tema da guerrilha, mesmo assim as referências nesses livros recorrem a jornais e documentos (BARBOSA, 2015, p. 69).

Por assim ser, entendemos que essa é ainda uma discussão diretamente relacionada a uma “história aberta”, como nos informa Lowy (2005, p. 150): “decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural, certamente condicionada pelas estruturas sociais e econômicas existentes, mas capaz de ultrapassá-las, de transformá-las, de perturbá-las, criando o novo”. Uma vez que é preciso buscar soluções para problemas ainda não resolvidos, como a justiça social para os sujeitos que foram prejudicados pelas ações militares, que perderam seus bens, e que tiveram seus parentes desaparecidos. Assim como pela reforma agrária, daí a importância desta pesquisa para compor os referenciais sobre a memória dos camponeses vitimados pela repressão.

Os temas concernentes ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil trabalhados em ambiente escolar se limitam a destacar processo de perseguição pela polícia política aos movimentos de resistência nas grandes cidades, a apresentação do sistema de gerência do governo, os Atos Institucionais, censura, e com um considerável de destaque para a política econômica da transição dos anos 1960 para 1970, que ficou conhecido como Milagre Econômico, período também destacado por ter sido nesse contexto, o momento de maior repressão aos grupos de resistência na Amazônia. Nesse ponto, temos como destaque a já citada Guerrilha do Araguaia, que na História do Brasil é apresentada em alguns livros didáticos, de forma bastante superficial, e não ocupa espaço superior a um quarto de página.

Buscando dialogar com esse contexto local com o nacional, observamos que as operações de desmontes desses movimentos de resistência não são conhecidas pela comunidade estudantil, exatamente por não serem contempladas nos livros didáticos. Sendo assim, temos um apagamento realizado pelas vias institucionais no tocante à repressão militar, principalmente no interior do Brasil, em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. A Operação Mesopotâmia é um exemplo concreto deste assunto, como já citamos a atuação das Forças Armadas no sudoeste maranhense não é assunto tratado com devido critério nas instâncias educacionais do estado.

A importância do trabalho realizado com essas memórias é fundamental para o conhecimento tanto da história como da identidade de um povo, mas não buscando se prender em uma ideia de uma verdade absoluta sobre o tema, mas de modo a procurar, como nos aponta Jeanne Marie Gagnebin, maneiras de abordar esses traumas, pois são mecanismos “que procuram manter juntos a presença do ausente e a ausência da presença” (1998, p. 218).

Manter a memória dos sujeitos presentes, mesmo que estes já não estão mais entre os vivos, é uma forma de permanência da “presença do ausente” de modo que ele não seja submetido a uma segunda morte, neste caso, a morte da memória e pelo ofuscamento do esquecimento.

A importância do testemunho, nesse caso, reforça a necessidade de efetivação de permanência de uma memória que destaque os feitos daqueles que não podem cair em esquecimento. Gagnebin (1998, p. 219), por meio de uma investida na literatura clássica de Homero, em sua *Ilíada*, sobre os cantos e os louvores sobre a morte dos importantes heróis gregos, diz que:

a palavra de rememoração de louvor do poeta corresponde, em sua intenção e seus efeitos, às cerimônias de luto e de enterro. Como a estela funerária, erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis. Túmulo e memória se revezam neste trabalho de memória que, justamente por se fundar sobre a luta contra o esquecimento, ela é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte.

Esse processo de rememoração e de transformação da memória em patrimônio, de modo que estes nomes não sejam esquecidos, mas que eles estejam presentes nos cânticos e nos monumentos como forma de sobreviver ao esquecimento, nos leva a relacionar a memória e a trajetória de vida daqueles que, não sendo heróis, foram presos e vivenciaram o sentimento da dor enquanto estavam encarcerados, e após a libertação, sofreram com os tormentos das lembranças que permaneciam em suas memórias e em seu silêncio, “por que aquilo que vivenciaram não podia ser assimilado com palavras” (GAGNEBIN, 1999, p. 85)

Segundo Jeanne Marie Gagnebin (1999, p. 89),

a rememoração do passado também significa uma pretensão precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa a transformação do presente.

Após a institucionalização e consolidação da CNV, muitos foram os depoimentos de familiares ou de ex-presos políticos, apresentando as suas experiências e destacando a necessidade de estas não serem esquecidas. Os movimentos sociais organizados criaram comitês para lutar em defesa das reparações históricas e pelo direito de enterrarem os seus mortos. O que significa dizer aquele foi um período da História do Brasil que não pode cair no esquecimento. A jornalista Thaíz Paz nos diz que:

não por acaso o surgimento do projeto Memórias Reveladas, a Comissão Nacional da Verdade e a tardia, mas importante, disponibilização e acesso de parte dos arquivos da Ditadura Militar. Com o slogan “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, o projeto Memórias Reveladas foi (...), uma referência nas pesquisas, nos estudos para a memória e para a história da repressão militar no Brasil.³⁴

Quanto a formas de se lembrar, como a nomeação de logradouros públicos, apenas em 2014, por força de decreto, Epaminondas Gomes de Oliveira passou a ser patrono da Câmara de Vereadores, mesmo sem que um memorial, apresentando os seus feitos pela comunidade portofranquina, tivesse sido elaborado, relembrando às pessoas mais velhas da cidade e informando aos mais jovens sobre a repressão naquela cidade. Seus correligionários permanecem no anonimato, tendo suas trajetórias rememoradas apenas por seus familiares.

O processo rememoração dessas memórias e traumas, de modo a não caírem no esquecimento, justifica a responsabilidade social para que esses eventos não voltem e que a dor que ora ocupa a memória e que foi fisicamente provocada pela tortura, funcionando como um testemunho físico, não se repita. Nesse sentido, nos remetemos às palavras de Primo Levi (2022, p. 97) quando este sobrevivente dos campos de contração da Segunda Guerra Mundial nos diz:

Quarenta anos depois, minha tatuagem se tornou parte de meu corpo. Não me vanglorio dela nem me envergonho, não a exibo nem a escondo. Mostro-a de má vontade a quem me pede por pura curiosidade; prontamente com ira, a quem se declara incrédulo. Muitas vezes os jovens me perguntam por que não a retiro, e isto me espanta: por que deveria? Não sou muitos no mundo a trazer este testemunho.

Pollak (1989) realizou as suas análises com sobreviventes de campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, no qual os sobreviventes encontraram escutas disponíveis para ouvir os seus relatos acerca das truculências pelas quais foram expostos durante todo o período de encarceramento nos campos de concentração nazista. No entanto, existe uma evidência importante sobre os campos de concentração e o Holocausto judeu. Esse foi o período histórico bastante explorado midiaticamente, tanto pelo cinema quanto pela literatura, o que impossibilitou o total esquecimento por parte da população, em razão da exploração em massa pelo capital.

³⁴ Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/04/01/opinio-para-que-nao-se-esqueca-para-que-nunca-mais-aconteca> Acesso em 20/04/2023.

Sobre o Holocausto como trauma histórico, Huyssen (2000) afirma que a indústria cultural funciona como uma grande produtora de mercadorias que exploram a memória desse evento, apresentado bens de consumo que emocionam e alcançam um grande público. Neste contexto, existe uma intensa comercialização do trauma, e que possui aceitabilidade entre o público que aprecia essas memórias. Para este autor, “os interesses de lucro dos comerciantes da memória de massa, parecem ser mais pertinentes para explicar o sucesso da síndrome da memória. Trocando em miúdos: o passado está vendendo mais que o futuro, mas por quanto tempo, ninguém sabe” (HUYSSSEN, 2000, p. 23-24).

Assim, acaba sendo a Shoah considerada o parâmetro para outras experiências traumáticas oriundas de conflitos coletivos, o que evoca o ocultamento de outras tragédias, tais como o massacre em Ruanda, em 1994, o Genocídio Armênio (1915-1923) ou à Guerra do Contestado (1912-1916), estas últimas antecessoras à calamidade judaica, mas que não foram tão representadas pelos recursos midiáticos quanto esta.

Esse fato é similar ao que apresentamos em nosso trabalho, na medida em que, em razão dessas memórias dolorosas, por muito tempo ex-presos e familiares se recusaram a falar sobre o flagelo vivido, e a compartilhar a humilhação a que foram expostos. Neste caso, observamos a possibilidade de compreensão, em que medida esse silenciamento foi determinante para o desenvolvimento de memórias traumáticas nessas pessoas.

2.2 Trauma e silenciamento: analisando as memórias traumáticas

A memória de um sujeito pode ser um ambiente profundo formado por elementos que ele não visa mais recordar, a experiência de um sujeito que vivenciou a prisão e a tortura, que foi levado pelas mãos de seu torturador à mais vil condição de desumanidade, desenvolve em sua consciência memórias consideravelmente traumáticas.

Na literatura de testemunho, como nos relatos realizados pelo químico judeu italiano Primo Levi (1998), destaca-se o período em que ele esteve como prisioneiro no campo de concentração em Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial. Levi apresenta que a sobrevivência no campo de concentração é um processo seletivo de convívio de espera pela morte, mas não apenas a morte física, mas a morte da personalidade, das identidades dos sujeitos que estavam confinados naquelas circunstâncias, tal qual uma forma de tortura, uma vez que o torturador tem o poder sobre o corpo, ele procura também atuar sobre a consciência do sujeito, se colocando como senhor da vida e da morte, o expondo à humilhação, ao medo e ao pânico.

Ter vivenciado aquela experiência, de onde fora originários traumas que lhe acompanharam para o restante de seus dias, faz com que Levi se indague se seria positivo levar esse sofrimento para fora dos muros, ou se os deixariam para morrer lá mesmo, envolto em desgraças e angústias. Para este autor, era difícil entender que o “homem chegou a fazer ao homem” (LEVI, 1988, p.55).

Nesse sentido, observamos que a carência de materiais sobre a Operação Mesopotâmia é considerável, o que nos faz crer que é um campo bastante propício para a utilização da História Oral como metodologia, onde as entrevistas são o recurso mais adequado entre o pesquisador e o interlocutor. Durante a construção de uma entrevista, é preciso atenção, tolerância ao tempo do entrevistado, e compreensão em momentos em que o mesmo se furte a relatar ou a mudar de assunto durante a entrevista. Alberti nos ensina que:

O entrevistador deve aprender a lidar com recuos e avanços no tempo, pois os temas são abordados conforme vão sendo suscitados pela conversa e não necessariamente em ordem cronológica. São frequentes também as repetições, que podem trazer informações importantes para a análise da entrevista. (ALBERTI, 2005, p.179)

Sobre isso, a autora nos informa que quando certos acontecimentos são narrados de maneira bastante semelhante pelos entrevistados, isso significa que eles estão consolidados na consciência dos sujeitos daquele grupo, o que leva a avaliar a formação de uma memória coletiva sobre esses sujeitos. Do mesmo modo com que podemos no decorrer de uma entrevista, nos depararmos com informações às vezes repetidas entre os participantes, é comum também encontrar informações que venham a ser contraditórias, como destaca Haguette (1987, p. 88):

a constatação de afirmações conflitantes não deve levar o pesquisador a considerar o depoimento inválido, vez que essas mesmas contradições podem levar a importantes descobertas. As pessoas nem sempre exibem um comportamento racional em suas atividades diárias e por essa razão o pesquisador não pode exigí-lo do informante em uma situação de entrevista.

O estudo da memória se apresenta como um referencial capaz de, devido suas especificidades, nos causar uma determinada singularidade dentro das relações entre o pesquisador e o pesquisado, como bem nos aponta Trigo e Brioschi (1987, p. 687):

O investigador se depara, no seu processo de pesquisa com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir, significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seu pensamento à sua maneira.

Ao se deparar com o relato de alguém que passou pelo suplício da prisão e da tortura, o pesquisador precisa estar atento ao ouvir uma narrativa que é distinta da sua experiência de

vida. Essas características sobre a aplicabilidade da memória como um referencial teórico na pesquisa, nos leva a observar a possibilidade de imparcialidade por parte do pesquisador, pois em se tratando de uma relação entre pessoas, estando ambas inseridas dentro de um processo de interação, os sentimentos, valores e emoções são bastante presentes nos relatos do informante.

Em vista disso, procuramos uma relação de confiança com pessoas que passaram por essas situações dolorosas, buscando a sensibilidade de ouvir os entrevistados dentro de suas capacidades emocionais, pois os traumas que foram vivenciados, ainda causam muitas angústias e sofrimento, alimentando uma recusa incessante em lembrar ou querer falar sobre o assunto. Analisa-se também o que esse silêncio pode significar, uma vez que é o pesquisador que nutre interesses por conhecer os fatos correlatos sobre o tema em questão.

Após execução da Operação Mesopotâmia, Porto Franco passou por uma situação de medo e pavor sobre a população da cidade, e conseqüentemente sobre as pessoas que tiveram seus parentes encarcerados. O falar sobre o assunto passou a ser um tabu, as famílias não contavam sobre o acontecido, e o ex-presos se calavam ao serem interrogados pela própria família. Os filhos e netos de Epaminondas passaram a ser alvo de preconceito na cidade, onde passaram a ser rotulados de filhos e netos de comunista.

Em audiência à Comissão Nacional da Verdade, em 2003, Dona Joana Pereira Rocha, nora de Epaminondas, afirmou que após a prisão e confirmação da morte, seu esposo Cromwell de Oliveira passou por uma grande mudança de personalidade, “ele gostava de cantar, de assoviar, nem isso ele fez mais”. Dentre os familiares, não se falava sobre a Polícia ou Exército, em razão do mal que essas instituições causaram. Nesse caso, as memórias referentes a esse período precisam ser analisadas com distanciamento metodológico a fim de compreender como as pessoas receberam e conseqüentemente lidaram com a experiência causada por esse trauma, que não foi esquecido, mas silenciado.

Sobre isso, nos remetemos ao estudo realizado por Portelli (1996), “O massacre de Civitella Val di Chiana”, que descreve o massacre ocorrido na referida cidade por um ataque alemão, durante a Segunda Guerra Mundial. O autor diz que o pesquisador precisa,

após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas. (...), não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. (PORTELLI, 1996, p.4)

Esse aspecto destacado pelo autor enfatiza a necessidade de avaliação por parte do pesquisador frente aos dados que serão levantados ao longo da pesquisa. Pois em razão de se estar lidando com uma variedade de memórias consideravelmente fragmentadas, todas estão envolvidas em ideologias ou em questões de juízos de valor.

Seguindo a orientação metodológica de Portelli (1996), no que tange ao contato com as fontes de informações para o estudo, teremos nos documentos elaborados pela CNV- Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), uma das fontes sobre o período que nos propomos a analisar. Tendo estes documentos não como recursos únicos de verdade sobre os eventos investigados, mas como um material que traz em seu corpo relatos memorialísticos das vítimas e de familiares que foram alcançados pela repressão militar.

Os documentos que compõem o relatório final da já mencionada Comissão da Verdade, assim como outros documentos de posse das famílias dos prisioneiros, tais como fotografias, cartas e até mesmo objetos pessoais, que são mantidos como formas de preservação da memórias de seus parentes, funcionam, como diz Pierre Nora, como lugares de memória, para o autor, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”. (NORA, 1993, p. 19)

Portanto, esses lugares de memória são registros que ultrapassam as delimitações da história, tornando-se lugares rituais de um tempo ou período que já não existem mais, desta feita, um documento material, constitui significativamente a preservação valorativa e de significados seja para um povo, seja para um grupo em específico, que possuem laços que os ligam numa mesma relação de preservação.

Daí a obsessão com o arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação total de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação do exato significado do presente, e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho, a dignidade virtual do memorável (NORA, 1993, p.14).

Ademais, deve-se estar atento ao que não está sendo falado pelo entrevistado, isto é, o indizível, como diz Maria Isaura Pereira de Queiroz (1987), procurando sempre encontrar as razões pelas quais levaram as pessoas a não discorrerem sobre determinado assunto, considerando elementos como o esquecimento, o ocultamento ou até mesmo o desconhecimento sobre os fatos em tela.

Nesse caso, como não dedicaremos a uma análise dentro do campo da Memória Social e Regional, considerando agentes sociais que sofreram o impacto deste contexto histórico e político, nos fazemos também valer dos recursos da oralidade. Sobre isso, Ecléa Bosi nos aponta que:

A leitura social do passado com os olhos do presente, torna o teor ideológico mais visível... os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica neutra. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava naquela altura da história (BOSI, 1994, p. 433).

Isso significa dizer que é fundamental a consideração sobre o entrevistado, para ter-se um melhor entendimento sobre o seu posicionamento, uma vez que, os relatos sobre a ditadura militar, até os dias atuais, são bastantes disputados dentro das memórias históricas, políticas e ideológicas, como são recorrentes os grupos que relativizam os fatos decorrentes da ditadura cívico-militar no Brasil.

Procuramos entrar em contato com as pessoas que estiveram diretamente ou indiretamente ligadas aos acontecimentos, pois possuem uma maior riqueza de informações e detalhes sobre o período vivido que buscam relatar. Para Bosi (1994, p. 433), essa mesma participação pode causar uma idealização na memória do sujeito que passa a reproduzir um discurso embebido de juízos de valor e envoltos em discursos partidários, julgamentos realizados exatamente por terem vivido naquele contexto.

Para Souza (2013, p. 6), “quando um grupo se percebe incapaz de transmitir suas memórias publicamente por força de interesses de outros grupos que, em posição dominante, buscam fazer calar os testemunhos das memórias clandestinas, surge o risco da obrigação do silêncio público gerar esquecimento”. O gerar esquecimento, poderia ser uma forma de evitar as retaliações por parte de autoridades políticas ou militares, uma vez que, ao buscarmos informações sobre o período de exceção, as informações pela qual o pesquisador está em busca não são fornecidas com facilidade.

No caso brasileiro, após a promulgação da Lei de Anistia de 1979, no qual os crimes cometidos pela violência de Estado, assim como os atos de resistência por parte dos opositores foram anistiados, crimes considerados contra a humanidade e imprescritíveis foram colocados como direito ao esquecimento, fato que evidencia bastante contradição com normas internacionais de Direitos Humanos, visto que a tortura é crime imprescritível, sendo considerado um crime contra a humanidade. Neste caso, a Lei de Anistia no Brasil serviu como um mecanismo de autoproteção dos crimes cometidos pelas Forças Armadas.

No entanto, por mais que o Estado buscasse formas de silenciar as famílias de presos e desaparecidos políticos, como fez com os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) em que omitiu onde estavam os corpos de seus familiares, esses grupos passaram a se organizar em associações, e romperam com a proposta de esquecimento e de silenciamento sobre os conflitos durante a ditadura.

Portanto, sobre a importância do testemunho como documento de oralidade importante no contexto da Operação Mesopotâmia e de outras ações militares durante a ditadura, observamos que os estudos sobre a memória e o testemunho de pessoas que passaram por situações de terror causadas pelo Estado brasileiro precisam de registros que visem levar ao público estas informações. Por fim, observamos na citação de Souza (2013, p.9) uma contribuição na busca pela compreensão sobre os eventos traumáticos no Brasil causados pela Ditadura Civil-Militar.

resgate da memória traumática relacionada a eventos históricos pressupõe uma luta política em torno do significado e da representação do ocorrido. As múltiplas experiências totalitárias do século XX deixaram consigo um legado de lutas pelo resgate da memória, sobretudo daqueles massacrados e vencidos pelas armas.

Sendo assim, observamos que o relato testemunhal, associado aos estudos sobre as memórias individuais e coletivas contribuem para a compreensão das experiências traumáticas que estes sujeitos foram expostos durante os períodos marcados pela repressão e pela perseguição política. No próximo capítulo, apresentaremos os depoimentos de ex-presos e familiares que foram submetidos a essa experiência.

3. MEMÓRIA E TRAJETÓRIA: SOBRE OS IMPACTOS E PERDAS CAUSADOS PELA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA

3.1 “Onde enterraram o nosso morto”: Epaminondas Gomes de Oliveira, do desaparecimento ao sepultamento.

Por termos como metodologia de construção deste trabalho a História Oral, neste capítulo iremos apresentar as entrevistas que fizemos ao longo de nossa pesquisa, na qual procuramos entrar em contato com familiares, autoridades locais e presos políticos, assim como demais pessoas que conviveram com Epaminondas Gomes de Oliveira.

Usando de critérios qualitativos, nos fundamentamos em Verana Alberti (2013, p.40) quando diz que “em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. Nesse sentido, nossos principais interlocutores foram, Epaminondas de Oliveira Neto, Comwell de Oliveira, que eram netos de Epaminondas e foram os principais articuladores junto à CNV pela identificação dos restos mortais do avô. Vaner Marinho, ex-secretário de Cultura e que manteve contatos com Epaminondas na juventude, Messias Chaves, sobrinho e preso político na Operação Mesopotâmia, e Edidácio Oliveira, vereador, autor do decreto que nomeia Epaminondas como patrono da Câmara de Vereadores.

Assim como em Brito (2022, p. 32), nos servimos da utilização de vídeos como um recurso que pode ser utilizado como metodologia de História Oral. Nesse caso, o autor cita a CNV-Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, e o seu canal no *Youtube* que funciona como uma importante fonte de pesquisa.

Como primeiros depoimentos que realizamos, buscamos priorizar os familiares, que sempre estiveram abertos a auxiliar em nossa pesquisa. Como bem nos aponta Meihy e Holanda (2020, p. 56), “a fim de produzir melhores condições para as entrevistas, o local escolhido é fundamental”, deixando que o ambiente em que o encontro ocorra fique a critério do interlocutor. Nesse caso, nossos contatos ocorreram em locais abertos, como espaços comerciais, em residências e buscamos explorar os recursos das redes sociais, de modo que o interlocutor ficasse o mais à vontade para fornecer suas informações e de que os dados levantados pudessem propor boa qualidade das gravações.

Nosso primeiro contato com os familiares de Epaminondas Gomes de Oliveira seguiu esses critérios, ao entrar em contato com o seu neto, Cromwell de Oliveira Filho, contabilista

de cinquenta e dois anos, sobre a possibilidade de uma entrevista concernente ao caso de seu avô, e sua participação efetiva junto à CNV no processo de localização das ossadas de seu ente querido, acertamos o encontro. O mesmo ocorreu em seu escritório³⁵, por meio de entrevistas não diretivas, modelo mais adequado à História Oral, por não ser amarrado há um conjunto de perguntas prévias, proporcionando maior flexibilidade na realização do trabalho.

É comum o caso de se saber se entre entrevistador e entrevistado já existem alguma forma de contato anterior, causando alguma interferência no encaminhamento da entrevista, sendo prejudicial ao trabalho final (ALBERTI, 2013, p. 169), o que não causou nenhum dano em nosso caso. Cromwell Filho era criança quando a prisão de seu avô ocorreu em 1971, não lhe proporcionando uma memória individual obre o evento, o que nesse caso buscamos saber sobre o seu relato é como a memória, afetiva familiar e coletiva, se construiu acerca disso, assim como foi sua participação na localização dos restos mortais de seu avô.

Para Cromwell Filho, o trabalho realizado em parceria com a CNV foi decisivo para a localização dos restos mortais, uma vez que esta mobilizou toda uma força tarefa com técnicos, peritos e agentes federais que auxiliaram nas buscas em Brasília. O trabalho de localização foi bastante difícil, pois os primeiros vestígios do que viria a ser corpo foi de difícil acesso – uma grande árvore de pequí havia crescido ao lado de onde estava a sepultura, sendo preciso isolá-la para que o trabalho de perícia pudesse ser realizado, e utilizados equipamentos com aparelhos de sondagem para a efetiva localização, segue ele mesmo nos informando:

Foi feito o trabalho técnico de identificação através de D.N.A, onde teve nossas amostras coletadas e aí então ficou comprovada que o cemitério tinha razão de onde era a real sepultura de Epaminondas Gomes, e então fizemos o translado do corpo com a data certa, já que a pesquisa forense precisou de prazos para nos entregar e foi feito de maneira formal pela Comissão Nacional da Verdade, o translado do corpo até Porto Franco, onde está sepultado ao lado da sua viúva.

Ao receber os documentos oficiais atestando a morte de seu avô, percebeu que o Exército alterou o local da sepultura exata de onde ele havia sido enterrado. Munidos de respaldo jurídico, ao chegar no cemitério em Brasília, a administração apresenta outro documento que contradiz os oficiais, como se sabe, esse foi um recurso bastante utilizado pela ditadura. Os restos mortais foram localizados no ano de 2013, como nos diz nosso

³⁵ Entrevista realizada com Cromwell de Oliveira filho, em escritório de contabilidade em Porto Franco, em 20 de novembro de 2022. As falas deste testemunho foram todas extraídas deste depoimento.

interlocutor, como a ossada estava bastante desgastada, com raízes já penetrando entre os ossos, buscou-se a confirmação por vias dos exames de DNA, o que não foi possível em razão do avançado estado de obstrução da estrutura cadavérica. A ratificação se deu por meio de laudo antropológico, tendo como partida o seu alistamento militar, o que veio a ser confirmado pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Como já apresentado neste trabalho, foram quarenta e dois anos sem saber o paradeiro do familiar, um período marcado pela tristeza, luto e silêncio, por parte da família, e esquecimento por parte da comunidade local. O traslado e o sepultamento ao lado de Avelina Rocha, sua esposa, que morreu na ânsia de poder localizar o corpo de seu esposo, pôs fim a essa lacuna de quatro décadas. Segundo Cromwell Filho, seu avô era atuante na comunidade local onde desenvolvia trabalho social que ele fazia na região, e destaca “o quanto ele era caridoso, o quanto ele era humano, com os mais necessitados, embora um homem de origem humilde e pobre trabalhador, mas sempre partilhava o que tinha com os mais necessitados.”

Nosso interlocutor relata o sofrimento de seu pai, Cromwell Oliveira, falecido em 2004, do quanto almejava por encontrar o seu pai vivo, e não ele morto, como era prática comum durante esse período. Ao receberem a notícia da morte e conseqüentemente reivindicarem o corpo para que fosse realizado o sepultamento, o emissário da certidão de óbito informou que só poderia ser realizado o traslado para Porto Franco por vias particulares, o que sairia por alto valor, não dispondo a família de recursos para essa realização. Além disso, ele viria “dentro de uma urna metálica lacrada (...) para sepultar, e aí ele disse que não saberia o que tinha dentro e então não tinha o menor interesse (...) e a revolta era grande na família, e a gente cresceu, e o nosso pai nunca falou sobre ele.”

Além de todo o aparato burocrático apresentado pelo emissário para o traslado, caso ocorresse, estaria também proibido a abertura da urna, fato este que como nos foi informado, aumentaram as desconfianças se quem de fato estava na urna era mesmo o corpo de Epaminondas. Esta dúvida se coaduna com o fato de as informações sobre a localização do corpo serem contraditórias, nos documentos oficiais apontava-se para um local, enquanto na administração do cemitério, apontava-se para outro.

Cromwell Filho nos diz que a memória de seu avô sempre foi bastante venerada na família, tendo sido ele um grande exemplo de conduta para todos, e que isso alimentava a esperança de que um dia seus restos mortais pudessem ser localizados e devidamente sepultados conforme nos consta a tradição cristã, praticada pela família. Para o neto que não conviveu com o seu avô, mas que esteve presente na localização e sepultamento do mesmo,

ele nos diz que Epaminondas Gomes de Oliveira é lembrado “como um grande homem, que sempre foi, honesto, transparente, e um grande pai de família, nossa avó quando falava dele, falava com orgulho, pois ele sempre foi cumpridor dos seus deveres, sempre procurou defender a família e a comunidade em que ele viveu”.

Em Brasília, o trabalho da CNV foi acompanhado por membros da família de Epaminondas Gomes de Oliveira, que foram os netos Cromwell Filho e Epaminondas Neto. Os mesmos, parceiros neste trabalho, acompanharam todas as etapas, que foram desde a localização, identificação, traslado e sepultamento. Contribuindo com informações necessárias e documentos que pudessem auxiliar na identificação. Assim como o Exército se fez valer de suas características físicas para realizar a sua prisão, o trabalho de perícia também se utilizou de elementos da estrutura física, como altura e material realizado para um tratamento dentário, informações que foram fornecidas pelos familiares. Epaminondas de Oliveira Neto, irmão de Cromwell Filho, de sessenta e um anos, investigador da Polícia Civil do Estado do Maranhão, foi o primeiro familiar a ser nosso interlocutor nesse trabalho. Dentre os familiares, ele dedicou grande parte de sua vida a investigar sobre o paradeiro de seu avô, divulgar o seu legado e a sua memória. Nossa aproximação teve início em meados de 2013, quando a Comissão Nacional da Verdade esteve em Porto Franco, realizando audiências sobre os casos de violências praticadas pelo Estado brasileiro durante a Operação Mesopotâmia.

Naquela época, alguns de seus sobrinhos eram meus alunos na escola em que eu trabalhava, em razão de uma aula sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, eu citei o caso acontecido na cidade, e que Epaminondas Gomes de Oliveira e outras pessoas haviam sido presas por se oporem ao regime. A discussão escolar chegou a seu conhecimento e ele quis me conhecer, desde então mantemos uma constante convivência, sendo que ele foi um grande entusiasta dessa pesquisa, sempre se dispondo a contribuir com informações e documentos possíveis. As informações aqui presentes são frutos dos encontros que realizamos entre os anos de 2020 e 2023, assim como relatos de seu depoimento na audiência da Comissão Nacional da Verdade.

Ao dar início a sua fala durante o cerimonial fúnebre de seu avô, envolvido em grande emoção, falando sobre a tristeza de não ter realizado o ritual de sepultamento e da tristeza de tantos anos sem saber onde os restos mortais estavam sepultados, ele diz que “o meu avô, (...)”

nós não tivemos o direito de velar por ele, nós não tivemos o direito de fazer o enterro que ele merecia, só quarenta e três anos depois”³⁶.

Como um guardião da memória de seu avô e proprietário de um arquivo com diplomas, recortes de jornais, cartas e outros documentos, ele apresenta uma das principais lutas de Epaminondas Gomes, a melhora da qualidade de vida do povo, tendo por bases a educação, sua grande bandeira, a saúde e a reforma agrária. Epaminondas Neto, durante a cerimônia de despedida de seu avô, realizada no salão de eventos da Loja Maçônica Tiradentes, em Porto Franco, utiliza desse momento solene para fazer uma apologia sobre seu avô. Bastante coerente, o seu testemunho é alinhado com o que nos informou em nossos encontros.

Para Alberti (2013, p.171) o contato com o entrevistado pode ser uma ocasião na qual seja o caso de “solicitar documentos pessoais, currículo, fotografias e outros registros de seu passado”, que em nosso caso foram fornecidos por meio de recursos digitais, visto que em razão do estado de conservação, a mobilidade poderia causar o extravio dos originais. Para nosso interlocutor, destacar os elementos biográficos de seu avô são tão importantes quanto à sua trajetória e militância política, e são estes elementos fundamentais quando se trata de uma entrevista com o viés da história de vida. (ALBERTI, 2013, p.173)

Em sua fala, Epaminondas Neto apresenta elementos da história de vida de seu avô, destacando o que julga importante para a comunidade ter conhecimento. Dentre as informações, ele indica os locais, data de nascimento de seu avô, assim como o período de seu casamento com Avelina Rocha, na cidade de Mirador, no ano de 1931. E que teve sempre na educação uma bandeira que levantou incansavelmente, vendo nesta um elemento importante de libertação da opressão na qual o povo estava subjugado.

Epaminondas Oliveira era um militante assíduo, sempre articulando em esfera nacional sobre campanhas contra o analfabetismo, assim como lecionando aulas de reforço, tendo apreço pela língua portuguesa e a biografia de grandes personalidades da História. Ao se radicar em Porto Franco, além do ofício de sapateiro, garimpeiro e agricultor, também era bastante conhecido pelas aulas que ministrava aos jovens, sempre que solicitado. Sobre sua atuação nos movimentos educacionais, Epaminondas Neto informa em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, que possui documentos que comprovam sua participação, e diz, reforçando o compromisso social que seu avô mantinha com grupos de outros estados.

³⁶ Depoimento de Epaminondas de Oliveira Neto, durante o cerimonial que antecedeu o sepultamento de seu avô. O evento ocorreu com a presença dos membros da Comissão Nacional da Verdade, no Salão da Loja Maçônica Tiradentes N°18, em Porto Franco-MA, no dia 31 de agosto de 2014.

Nós temos vários documentos originais e aqui temos cópias: Cruzada Nacional de Educação, que trazia como slogan: “*Só a instrução faz um povo forte, salvemos o Brasil do analfabetismo*”. Aqui eu tenho um documento, assinado, vindo do Rio de Janeiro, em junho de 1936, quando ele pedia livros, cadernos e lápis, para fazer a educação de adultos, mais um de 4 de janeiro de 1936, também vindo do Rio de Janeiro com esse mesmo propósito (Depoimentos de Epaminondas Oliveira Neto, Porto Franco, 31 de agosto de 2014. Arquivo da Comissão Nacional da Verdade [https://www.youtube.com/watch?v=amrsyxdkaus&list=PL9n0M0Ix12jfSIza bDbZNCQH7rydMoNuL&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=amrsyxdkaus&list=PL9n0M0Ix12jfSIzabDbZNCQH7rydMoNuL&index=7))

Em 1947, pelos seus esforços em defesa da educação, foi diplomado pela Cruzada Nacional de Educação, assim como pela “Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, Porto Franco-Ma, (...) concebe a Epaminondas Gomes de Oliveira o título de sócio efetivo por ter satisfeito o estatuto da APAMI, Porto Franco, 30 de dezembro de 1967.” Desde os anos 30, quando suas atividades políticas tiveram início, ele buscou articular em esfera nacional a busca por recursos que viessem a melhorar as condições de alfabetização local, buscando junto a organizações de outros estados a arrecadação de materiais escolares para contribuir com a sua tarefa.

Intercalando o relato de Epaminondas Neto, sobre a atuação de seu avô no trabalho educacional, entramos em contato com Vaner Marinho, ex-secretário de cultura de Porto Franco, e que foi um desses jovens que tiveram contato com o velho militante, o mesmo ratifica as falas de Epaminondas Neto, e enfatiza o seu apreço pela poesia. Vaner Marinho nos diz³⁷:

eu tenho lembranças dele eu ainda rapazinho aqui em Porto Franco, e eu estudava fora e voltava e ele sempre me perguntava que curso que eu estou fazendo.

- Você está fazendo o que, rapaz?

Aquela coisa, sabe... recitava Castro Alves, né... A língua portuguesa era fato uma das disciplinas que ele lecionava em reforços.

Ele destaca “O poema que ele mais gostava era ‘Quem dá aos pobres, empresta a Deus’³⁸. Eu lembro disso daí, sabe... e tem no final dos versos ‘Do vasto pampa no funereo chão...’”. Fato interessante no relato de Vaner Marinho é a relação que Epaminondas Gomes matinha com a poesia, e como é possível identificar, como nos aponta nosso interlocutor e sua

³⁷ Entrevista realizada via *WhatsApp*, no dia 9 de fevereiro de 2022.

³⁸ Poesia do escritor romântico Castro Alves (1847-1871) presente na obra *Espumas Flutuantes*, publicada em 1870.

poesia predileta do importante escritor abolicionista Castro Alves, ele é formado por um forte espírito político:

Eu, que a pobreza de meus pobres cantos
 Dei aos heróis — aos miseráveis grandes, —
 Eu, que sou cego, — mas só peço luzes...
 Que sou pequeno, — mas só fito os Andes...
 Canto nest'hora, como o bardo antigo
 Das priscas éras, que bem longe vão,
 O grande NADA dos heróis que dormem,
 Do vasto pampa no funereo chão...

O seu certificado de reservista data dezembro de 1946 e foi o documento no qual o trabalho forense de identificação partiu, realizado pela equipe da CNV. Sua militância antiga se remete aos anos de 1930 e, naquele tempo, ele e outros correligionários simpatizantes do PCB se manifestaram, redigindo um documento contra a perseguição a Carlos Prestes, como afirma o citado material “nós do abaixo assinado tomamos conhecimento de um decreto de prisão preventiva a Luís Carlos Prestes, vimos lançar o nosso protesto que visa apenas tolher a marcha da libertação” e segue, “esse nosso protesto, pedimos que seja arquivado no tribunal, para sermos julgados com o Cavaleiro da Esperança, em um dia feliz a nossa história pelos nossos”. Estas citações estão presentes em documentos existentes no arquivo pessoal de Epaminondas Neto.

Segundo Epaminondas Neto, “todo o trabalho realizado por ele, pelo analfabetismo, pela liberdade, a liberdade de expressão resultou (...) em uma grande operação de guerra, uma grande operação praticada pelas autoridades brasileiras, que eu, afirmo (...) a maior vergonha praticada pelas autoridades do meu país”.

Corroborando a fala de Epaminondas Neto sobre a preocupação de seu avô com a educação, observamos que essa era uma questão que norteava o grupo que aqui se organizava, visto que em 2013, quando o GT de Mortos e desaparecidos da CNV, representado por André Vilaron e Daniel Lerner, compareceu em Brasília, nas residências dos familiares do também preso político José da Marcelina, estas informações foram confirmadas pelo filho do então líder camponês. Os mesmos afirmam que quando Epaminondas Gomes de Oliveira e Pedro Moraes, articulador do grupo em Tocantinópolis, se encontraram na casa de fazer farinha de Zé da Marcelina, que ficava localizado na Raposa, às margens do Rio Tocantins, os filhos mesmo sem participar ou entender do que se tratavam aquelas reuniões, notaram que um dos temas falados era sobre a educação. Confirmando o que já havíamos levantado ao longo de

nossa pesquisa, que o grupo não era adepto da via armada, assim como não havia nenhuma pretensão em um levante guerrilheiro, embora tivessem relações com militantes do PC do B que foram para a Guerrilha do Araguaia, sobre isso, os membros do GT atestam:

Perguntado se os comunistas que se encontravam na casa de seu pai portavam armas, Agostinho é taxativo: "Não, nada. Eram apenas livros", contou. Zulmira conclui e conta que uma vez recebeu ordens para esconder livros atrás de umas bananeiras da propriedade. Delzi conta que não participava das reuniões, pois não apreciava política e o caráter sigiloso das reuniões.

(...)

Nas reuniões os líderes comunitários discutiam educação, reivindicações para as comunidades ribeirinhas e de agricultores. "Basicamente o que eles queriam era igualdade para todos", afirmou Joana da Silva Santos, outra filha de Zé da Marcelina. (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/345-cnv-ouve-familiares-de-ze-da-marcelina-presos-com-epaminondas-oliveira.html>)

O líder camponês, Zé da Marcelina, cujo codinome era Zé Alecrim, e sua esposa Dona Delzi migraram para a cidade após a libertação do chefe de família, que ficou encarcerado por noventa dias no Pelotão de Investigações Criminais, em Brasília. Na tentativa de conseguir informações com os filhos do casal, que ainda residem em Porto Franco, não obtivemos sucesso, pois os mesmos afirmam não saber sobre o período.

Antes de ser encaminhado para Brasília em um avião da Força Área, quando ainda estava preso na base localizada em Imperatriz, Epaminondas conseguiu escrever uma carta para a sua família, informando sobre as condições em que se encontrava, endereçada para a sua esposa, a carta diz o seguinte: "Só agora me foi possível escrever para saberes o meu destino, irei a Brasília, e não sei quando voltarei, peço dizer ao Cromwell, que com o Petronílio, vá tirar o serviço no poço dos diamantes. Podem ir sem susto que o serviço é mancha e esta até a praia".

Epaminondas Neto nos diz que esse documento, a carta no caso, cita o Seu Petronílio dos Santos Barbosa e que "pra mim, para nossa família, uma das maiores reservas morais da nossa cidade. Que a nossa família tem a honra de tê-lo como amigo". Petronílio Barbosa, como ficou conhecido, não tinha militância política, não sendo investigado por manter relações com o grupo que aqui se organizava. Intercalando os testemunhos de Epaminondas Neto, que realizamos no dia 10 de maio de 2021 e o seu depoimento à CNV³⁹, ele apresenta fragmentos documentais que atestam a prisão de seu avô, um deles é o de Eusébio Rodrigues

³⁹ CNV- **Audiência Pública em Porto Franco - Caso Epaminondas: Depoimento de familiares.**

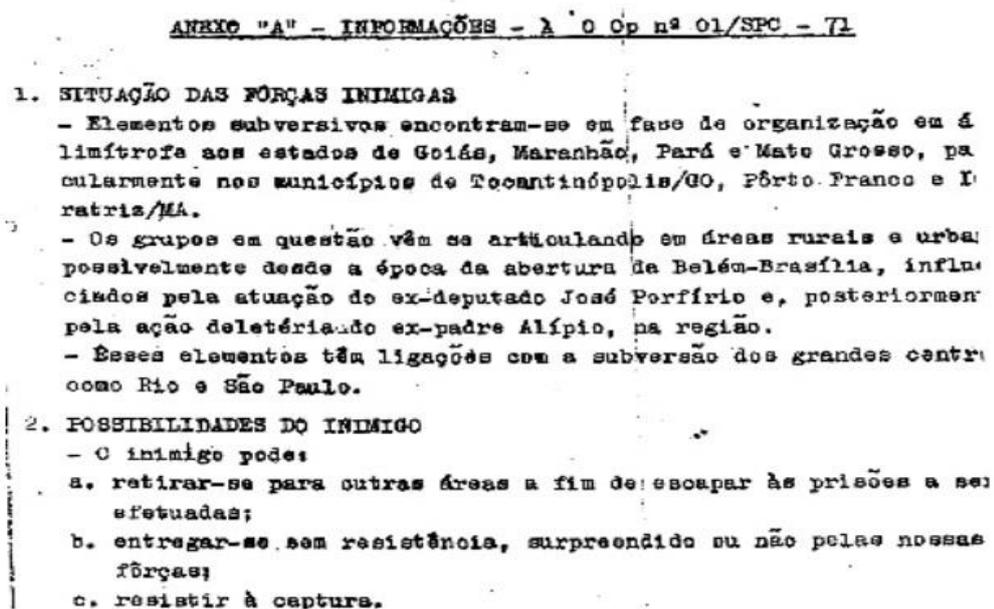
Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=oplNVnUKfvY&list=PL9n0M0Ix12jfSIzabDbZNCQH7rydMoNuL&index=6> Acesso em 23/02/2022.

Gama, que residia em Ipixuna, no Pará e presenciou o momento em que Epaminondas foi levado pelos militares, assim diz o documento: “O Epaminondas, foi colhido aqui em minha vista, pela força federal e nada pude fazer”.

Ao chegar em Porto Franco, os Destacamento Imperatriz (Terra I) e Grupo (Mata I)” que se mobilizaram via terrestre, sob o comando do Ten. Cel. Carvalho Braga, para a prisão dos militantes da cidade e região, já haviam realizado um trabalho de conhecimento da área, o que evidentemente como já apresentamos nesta pesquisa, contou fortemente com o trabalho de infiltração por parte das Forças Armadas, visto que esta já possuía vasto conhecimento geográfico, social e também as condições em que os militantes se organizavam, como está presente no relatório da Operação Mesopotâmia (p.22) a seguir:

Figura 9: Anexo do Relatório da Operação Mesopotâmia descrevendo as condições sociais e geográficas da área



FONTE: OS ARQUIVOS SECRETOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. Documento 2. Operação Mesopotâmia)

Durante a fase de mapeamento estratégico e social realizado pelo processo de infiltração na região, um dos mecanismos dos militares foi se hospedar na casa de um dos líderes do movimento. Epaminondas Neto nos informa como se deu o desenvolvimento deste trabalho, de como um militar conseguiu apoio de moradia na casa de seu avô, ele nos diz que:

Naquele tempo ele também abrigou uma pessoa que precisava... que se dizia precisando de ajuda, uma pessoa, que tinha o codinome de Nêgo... Nêgo foi aquela pessoa que morou no sítio dele, que viveu na casa com ele, que foi até a ilha, que viveu com o Seu Zé da Macelina, com o Seu Guimarães, que viu o Seu Abelardo, o Seu Messias, o Seu Alziro Gomes, o Seu Coló (...) que também foi preso, Seu Antônio Paulino e tantos outros (...)
O Nêgo, também um nome, o nome dele nós encontramos, Sr. Milburgues⁴⁰, com carteira de identidade do Ministério do Exército.

É Epaminondas Neto que narra as lembranças para destacar a relevância do trabalho de seu avô pelos mais vastos lugares em que viveu, destacando existência de um memorial em sua homenagem por sua trajetória de contribuições pelo social, na cidade de Mirador-MA. Para isso ele recorre a fontes documentais que se remetem a Ângela Benício de Oliveira, sua bisavó, que também foi professora, tendo contribuído para a formação educacional de Pedro Neiva de Santana, que por coincidência, era o governador do Estado quando ocorreu a Operação Mesopotâmia.

Nesse sentido, podemos compreender as nuances de desenvolvimento dessa memória, que mesmo sendo de viés individual, está inserida dentro de uma estrutura coletiva, pois para que a mesma se desenvolva são necessárias uma rede de pessoas e memórias que, como observamos neste trabalho, podem ser sentimentais ou mesmo de tradição familiar, como nos informa Maurice Halbwachs (1990, p. 26)

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Nesse sentido, podemos considerar que o testemunho é elemento fundamental na reconstrução e nos processos de formação da memória, sendo estes também influenciados pelas emoções.

Pedro Neiva de Santana (1907-1984), que segundo nosso interlocutor foi aluno da mãe de Epaminondas Gomes, era o governador do estado durante a sua prisão, tendo sido indicado pelo então ditador Emílio Garrastazu Médici, e no relatório final da Operação Mesopotâmia,

⁴⁰ O MILBURGES ALVES FERREIRA conviveu com a família de Epaminondas Gomes de Oliveira, e foi o responsável por mapear o grupo que aqui se organizava, chegou a trabalhar na lavoura, para conhecer os que estavam sem seu entorno e chegou a ser Segundo Sargento do Exército; servia no 10º. BC em Goiânia (1969); recebeu a Medalha do Pacificador (1973). Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/> Acesso em 15/02/22

consta que era de conhecimentos das autoridades estaduais, as prisões que foram realizadas no estado.

Como líder político atuante, a militância de Epaminondas Gomes dividia opiniões, se para alguns era herói, para outros era um demagogo. O que lhe acarretava algumas críticas, sendo algumas delas polêmicas e que causou um grande mal estar na família, como nos disse nosso interlocutor; por exemplo, de quando saiu em uma coluna no jornal difamando o seu avô. Epaminondas Neto, que possui o exemplar da época, nos enviou uma cópia digitalizada, na qual pudemos analisar o seu conteúdo.

O problema ao qual Epaminondas Neto se refere está relacionado à uma matéria publicada pelo jornalista portuense (Porto Nacional-TO), e radicado em Imperatriz, Jurivê Macêdo (1930-2010), fundador do jornal “O Progresso”. No jornal “O Estado do Maranhão”, de 14 de julho de 2000, o citado jornalista na coluna “comentado os fatos”, escreve seu texto sobre o título de “Politicalha” se referindo a algumas personalidades políticas de Porto Franco, no qual inicia descrevendo as rivalidades políticas na década de 50 e 60 entre os cunhados, latifundiários e chefes políticos locais, Alfredo Santo (1908-1979) e Anísio Bandeira de Miranda (1909-1991).

O jornalista descreve Epaminondas como uma figura quixotesca, que faz forte oposição a Alfredo Santos, enquanto procura reverberar sem sucesso, seus discursos apologéticos contra a “Redentora Revolução de 64”, sem lograr sucesso em seu fadado discurso idealista. Segundo Macedo (2000, p.5), ele “fazia oposição a Alfredo Santos, ao Governador do Estado, ao Presidente da República, a Jesus Cristo e ao Papa. Parecia o espanhol da piada”. E segue difamando a trajetória do líder político vinte e nove anos após o seu fatídico assassinato, não se compadecendo do pesar dos familiares. Transcrevo a parte final da matéria, na qual tive acesso ao exemplar pertencente ao acervo de Epaminondas Neto:

(...) já o velho comunista Epaminondas bom... essa é uma história sem brilho e sem final feliz.

(...)

Epaminondas não voltou, nem logo nem jamais. Anos depois de sua prisão, os correios entregaram à sua família um envelope contendo, sem uma linha de orientação ou explicação qualquer, apenas o atestado de óbito do velho pregador do comunismo e cujo o único malefício feito ao regime militar foi a despesa feita com sua prisão e transporte para os porões da recessão. Até hoje, nem a família, por não dispor de recurso financeiro algum nem de apadrinhamento político, nem mesmo de badaladas de Direitos Humanos, fizeram alguma coisa para saber, ao menos, onde foi jogada a ossada do velho Epaminondas.

A declaração realizada pelo jornalista Jurivê Macedo em sua coluna social, não foi vista com bons olhos pela família, causando um grande dissabor e descontentamento pela difamação realizada pelo veículo de comunicação. No entanto, em seu depoimento à CNV, durante o funeral dos restos mortais de seu avô, Neto, manuseando um exemplar, retorna àquele momento e desabafa quando diz, “peço perdão, se alguém se sentir chateado por aquilo que eu estou fazendo aqui. Mas é verdade, e a verdade tem de ser dita da mesma forma como nos sentimos naquele dia, não demos a resposta, mas tivemos a resposta de um grande amigo nosso, que todos conhecem”. O texto transcrito acima, teve uma parte lida durante a cerimônia fúnebre, no entanto, o nome do autor foi ocultado para não constranger o seu irmão, Jano Macedo, que estava presente no local. Assim como respeito à própria memória do jornalista, que já havia falecido, como nos foi informado posteriormente.

Ao ultraje proferido no jornal de circulação estadual, o professor e escritor portofraquino, Cleomar de Carvalho, que manteve contato com Epaminondas Gomes em sua juventude, em ato de solidariedade e fraternidade com a memória e a família do líder político, redige um texto no qual se prontifica a confrontar e a combater as difamações proferidas por Jurivê Macêdo. A resposta veio no dia 08 de agosto de 2000, por meio de uma carta em solidariedade à família, escrita pelo Prof. Cleomar de Carvalho. Nosso interlocutor, Epaminondas Neto, nos compartilhou o material de seu acervo, como veremos:

Meus presado irmão-conterrâneos, Cromwell, Epaminondas Filho (Nondinha), Epaminondas Neto e toda a família do saudoso intelectual Epaminondas Oliveira!

(...)

Meus presados e respeitáveis irmãos-conterrâneos, juro que fiquei perplexo diante de tanta inépcia, pois sempre achei que este cidadão fosse incapaz de ferir a memória de um homem tão íntegro, de chagar os sentimentos de toda uma família e amigos desta; família que com dignidade soube conduzir os fatos sem alardes e sempre distante do tal apadrinhamento político (...)

Ao Sr. colunista um adendo, muito cuidado ao exumar os corpos da nossa história, pois pode abrir feridas irreparáveis como esta, no peito de todo aquele que tem sensibilidade, ouve e ama de verdade com o coração, e pode chorar com os olhos da “alma”. (CARVALHO, Cleomar. 2000)

O documento em forma de apologia lavrado pelo Prof. Cleomar de Carvalho foi um contra-golpe aos comentários de Jurivê Macedo, que utilizando de sua coluna jornalística insulta a memória e a trajetória de um líder comunitário. Epaminondas Neto nos informa, por entrevista (em 20/05/2021), que o relato presente nesta carta valoriza a história de “muitos outros que lutaram pelos direitos de igualdade, liberdade e fraternidade, para que a gente tivesse um mundo mais justo”.

Nos dois documentos que apresentamos anteriormente acerca das memórias que se formam em torno da trajetória de Epaminondas Oliveira, o primeiro, o coloca como uma pessoa irrisória e sem prestígio, o segundo o destaca de maneira elogiosa, o apresentando como uma pessoa virtuosa e de boa índole moral. Notamos uma disputa da memória, o que para Pollak (1988, p. 2) sobre os estudos das memórias e dos silenciamentos em períodos de repressão configura uma “predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos”.

Sendo, no caso de Epaminondas Gomes, sua memória é defendida pela família, como um sujeito que procurou lutar em defesa do bem comum, se colocando em oposição àqueles que ocupavam os espaços na política apenas com interesses particulares ou dos grupos nos quais estavam ligados. Para Joana D’arc Ferraz Dias:

As mudanças políticas e culturais impelem o fim do esquecimento e do silêncio e trazem à tona o passado que incomoda. Por isso, este passado que retorna não é o mesmo que passou, é um passado renovado à luz dos problemas enfrentados no presente, das lutas e das reivindicações do presente. É o momento em que vem à tona “esquecimentos” que foram politicamente provocados para emudecer, enfraquecer a luta de hoje, silenciar grupos sociais dispostos à superação da situação de opressão. (2006, p. 3).

Retornado aos dois documentos que citamos anteriormente, a publicação do artigo, no jornal estadual, de autoria de Jurivê Macedo, detratando a memória de Epaminondas Gomes de Oliveira, e a carta apologética redigida pelo professor Cleomar Carvalho em solidariedade à família do falecido líder político, observamos com veemência um cenário fortemente marcado por intensas disputas pela memória e pela verdade.

Procuramos ao longo de nossa pesquisa encontrar informações plurais sobre a trajetória de Epaminondas Gomes de Oliveira, acerca dos valores que o levaram a ter uma pungente atuação política, procurando elementos consistentes entre familiares e seus contemporâneos, e o que encontramos de formas bastante substancial, é o apreço e reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade local em seu tempo, encontrando apenas em Jurivê Macedo um posicionamento antagônico. A isso, entendemos que a origem do dissabor nutrido pelo jornalista ao líder político, ocorre pelo fato de Jurivê Macedo ser partidário local dos agentes políticos que Epaminondas fazia oposição, isto é, os latifundiários daquela época.

Como aponta Joana D’Arc Ferraz “as mudanças políticas e culturais impelem o fim do esquecimento e do silêncio e trazem à tona o passado que incomoda”, essa dinâmica temporal apresentada pela autora, nos remete ao um elemento instigante na disputa pela memória. Epaminondas Gomes de Oliveira é assassinado em 1971, e o manifesto de distrato à sua

memória foi publicado por Jurivê Macedo em 2000, vinte e nove anos depois. Por qual razão o jornalista demorou tanto tempo para se manifestar?

A partir de 1995, com a criação da CEMDP-Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, intensificou-se a busca pelos desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar e assim como os processos de anistia política e indenizações. Neste contexto, a família de Epaminondas Gomes intensifica a procura pelo seu patriarca desaparecido, buscando entre as instâncias governamentais, apresentar documentos que comprovavam a morte de seu familiar nas dependências das Forças Armadas, em Brasília, e reivindicando a localização, identificação e entrega dos restos mortais para a família. Neste âmbito, Jurivê Macêdo se faz valer de seu espaço ocupado na imprensa estadual para insultar a memória do falecido líder político, como forma de atacar também a memória dos opositores aos seus aliados locais.

O monitoramento da família de Epaminondas Gomes e de muitos dos militantes perdurou mesmo após a conclusão da Operação Mesopotâmia, o que fez com que alguns mudassem de cidade, caso de muitos dos filhos de Zé da Marcelina, que migraram para Brasília. Em seus relatos, Epaminondas Neto nos informa que em um dado período um novo morador passa a residir próximo à casa de sua família, que ainda permanece no mesmo local, onde reside sua mãe, Dona Joana. Este era um advogado e, como Epaminondas Neto era jovem, foi convidado para trabalhar com ele, o auxiliando nos trabalhos na condição de secretário. Ele nos disse que era um bom homem, certo e íntegro “mas logo descobrimos que era um agente do SNI”.

Este advogado, no qual não conseguimos a identificação, realizava o trabalho de infiltração, “trabalhava com João Batista Figueiredo”, Figueiredo foi presidente entre os anos de 1979-1985, se configurando como o último dos ditadores. Este período compreende ao contexto da Abertura Política, da Campanha pela Anistia e das Diretas Já, reforçando que, mesmo após os anos finais do regime, o monitoramento não havia cessado.

Durante um de nossos encontros, que ocorreram quase sempre no mesmo ambiente e lugar, o Açougue Central, no centro da cidade de Porto Franco, propriedade de um amigo seu⁴¹, procurei lhe indagar a respeito das certidões de óbito no nome de seu avô, sendo a primeira versão expedida em 1971, no qual para o nome, “Epaminondas Gomes de Oliveira” consta como causa da morte: “coma anêmico – choque desnutrição anêmica.”

⁴¹ Nunca nos reunimos em sua residência, mas mantemos contatos por redes sociais como o *WhatsApp*, o que facilitou a troca de materiais via digitalização.

Figura 10: Cópia da certidão de óbito de Epaminondas Gomes de Oliveira, dando como causas naturais os motivos de sua morte.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS		
CERTIDÃO DE ÓBITO		
NOME: EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA		
MATRÍCULA: 021253 01 55 1971 4 00014 192 0014381 53		
ESTADO CIVIL E IDADE		
SEXO masculino	COR branca	casado(a), 68 ano(s)
NATURALIDADE		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO documento não informado
PASTOS BONS-MA		ELEITOR NÃO
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA José Benício de Souza, profissão: Não informado, naturalidade: Não informado e residência e domicílio: não informado. Angela Gomes de Oliveira, profissão: Não informado, naturalidade: Não informado e residência e domicílio: não informado. Endereço do(a) falecido(a): não informado		
DATA E HORA DE FALECIMENTO aos vinte dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e setenta e um às 20 30 horas		
DIA MÊS ANO 20 08 1971		
LOCAL DE FALECIMENTO Hospital de Guaranição, na cidade de Brasília-DF		
CAUSA DA MORTE Coma anêmico - choque desnutrição anêmica		
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) Sepultamento no Cemitério Campo da Esperança, na cidade de Brasília-DF		DECLARANTE Leônidas de Abreu
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Dr(a) Dr. Anselmo Schwinge - 743-DF		
OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES De nemas averbações exigidas pelo art. 91 do Dec. 4.857, de 5/11/39 o declarante desconhece. O declarante é brasileiro, solteiro, militar, residente e domiciliado na SQ morte 312 Bloco J apart. 505, DF		
Selo Digital: TJDFT20140220205642YEER Para consultar o selo, acesse www.tjdf.jus.br		
2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E CASAMENTOS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS		
DE BRASÍLIA		
OFICIAL REGISTRADOR: JESSE PEREIRA ALVES		
CRS 504 BLOCO "A" LOJAS 07/08 - AV W3 SUL - ASA SUL		
TELEFONE: (61) 3214-5900 FAX: (61) 3214-5913		
www.cartorio2bsb.com.br contatos@cartorio2bsb.com.br		
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé Brasília, 22 de agosto de 2014		
Virginia Lúcia Q. P. de Sousa Escrivente autorizada		

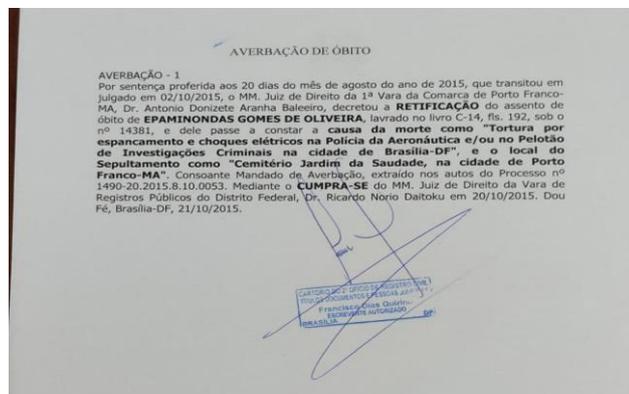
Fonte: Arquivo de Epaminondas de Oliveira Neto.

Em seu depoimento à CNV, Epaminondas Neto informa que em razão das evidências que foram encontradas durante o exame cadavérico dos restos mortais de seu avô, a família buscava entrar como uma tentativa de mudança da causa da morte: “após o sepultamento do meu avô e de posse de todos os documentos possíveis, nós vamos tentar mudar essa causa morte”.

Embora o laudo expedido pelo Exército aponte para “coma anêmico – choque desnutrição anêmica”, essas informações não são coerentes com o estado de saúde pelo qual Epaminondas Gomes gozava quando foi preso. Estando com sessenta e oito anos em 1971, tinha como rotina de trabalho atividades que exigiam vigor físico, tais como trabalho com o couro, na plantação de bananas ou no garimpo de diamantes, esta última era a atividade que estava desenvolvendo quando foi levado pelos militares. Segundo Epaminondas Neto, seu avô não apresentava problemas de saúde que viesse a agravar a sua morte por essas razões, e justificasse a sua morte treze dias após a prisão.

Em 2015, ano seguinte ao sepultamento de seu avô, a família entrou com o pedido de retificação do atestado de óbito, pois a morte em razão de condições naturais não era reconhecida pela família. Após a entrada na Justiça e tendo o parecer positivo, novo documento foi lavrado, atestando a morte em condições de tortura por choques elétricos e espancamentos realizados dentro das dependências do Pelotão de Investigações Criminais, evidenciando a prática da violência de Estado. A localização e entrega para a família dos restos mortais de Epaminondas Gomes foi de exclusividade feita para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Figura 11: Documento de retificação da causa morte



Fonte: Arquivo de Epaminondas Gomes de Oliveira

Figura 12: Certidão de óbito retificado, atestando o tratamento de tortura como causa-morte de Epaminondas Gomes de Oliveira.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS		
CERTIDÃO DE ÓBITO		
NOME: EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA		
MATRÍCULA: 021253 01 55 1971 4 00014 192 0014381 53		
SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	branca	casado(a), 68 ano(s)
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
PASTOS BONS-MÁ	documento não informado	NÃO
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA		
José Benício de Souza, profissão: Não informado, naturalidade: Não informado e residência e domicílio: não informado. Angéla Gomes de Oliveira, profissão: Não informado, naturalidade: Não informado e residência e domicílio: não informado. Endereço do(a) falecido(a): não informado.		
DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS ANO
às vinte dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e setenta e um às 20:30 horas	20	08 1971
LOCAL DE FALECIMENTO		
Hospital de Guaranição, na cidade de Brasília-DF		
CAUSA DA MORTE		
"Tortura por espancamento e choques elétricos na Polícia da Aeronáutica e/ou no Pelotão de Investigações Criminais na cidade de Brasília-DF"		
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)	DECLARANTE	
Sepultamento no Cemitério Jardim da Saudade, na cidade de Porto Franco-MA	Leônidas de Abreu	
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO		
Dr(a) Dr. Anselmo Schwengel - 743-DF		
OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES		
<small>Os demais elementos exigidos pelo art. 61 do Dec. nº 857, de 9/11/79 e declarante desconhece. O declarante é brasileiro, solteiro, militar, residente e domiciliado na RQ norte 312 Bloco J apto. 505, DF. -Vide averbação-</small> Selo Digital: TJDFT20150220453834TVKKG Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E CASAMENTOS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS OFICIAL REGISTRADOR: JESSÉ PEREIRA ALVES BRASÍLIA - DF CRB 504 BLOCO "A" LOJAS 07/08 - AV W3 SUL - ASA SUL TELEFONE: (61) 3214-5900 FAX (61) 3214-5913 www.cartorio2tsab.com.br contato@cartorio2tsab.com.br		

Fonte: Arquivo de Epaminondas de Oliveira Neto

O trabalho de busca pelos restos mortais de seu avô, custou mais de trinta anos de vida de Epaminondas Neto. Atividade individual que teve início muitos antes da Comissão Nacional da Verdade. Ele já desenvolvia um minucioso trabalho de investigação, além do mapeamento dos militares que estiveram envolvidos na prisão e morte de seu avô. Atuando como investigador da Polícia Civil no Maranhão, trabalho que passou a desempenhar no início dos anos de 1980, ele nos informa que, ao ingressar na polícia, adoeceu, e passou vinte e cinco dias tendo sido cuidado pela mãe, que fora para São Luís.

Após voltar para a sua função na corporação, havia um pedido de exoneração em andamento, o que não foi aprovado pelas instâncias superiores. Trabalhar no Serviço de Inteligência da Polícia foi decisivo para conseguir mapear por onde deveria agir no projeto de localizar o seu avô, isso nos levar a considerar, e ele mesmo afirma, que “fez de sua atuação profissional também uma questão pessoal”, que tivesse como desfecho encontrar o seu avô e assim findar o luto familiar.

Fato interessante é que por ter sido o seu avô assassinado pelas Forças Armadas, na família, criou-se uma resistência ao serviço militar obrigatório, assim como às forças policiais que eram tidas como responsáveis pela morte do patriarca. Sobre sua trajetória policial, na

qual usou de sua função para resolver o caso do desaparecimento forçado de seu avô, ele narra o começo de tudo:

Quando cheguei na Polícia, nos anos de 84, em pleno o regime militar, eu fiquei doente, minha mãe foi cuidar de mim, vinte e cinco dias no hospital, quando chego de volta, eu ia ser excluído (...) em seguida tinha uma informação do DOPS dizendo que eu era neto do Epaminondas. Por essa razão, um motivo pelos quais eu deveria ser excluído.

Após a sua reintegração na Polícia Civil, atuando como investigador, o mesmo consegue sua transferência para Porto Franco, como era seu projeto inicial, que tinha como proposta investigar a morte de seu avô, assim como outras mortes que ocorriam na cidade a mando dos latifundiários locais. Estes, não satisfeitos com a prática da grilagem, se fazendo valer de documentos fraudados pelos cartórios de Porto Nacional, Goiás na época, também costumavam submeter os pequenos posseiros a tratamentos degradantes, como tortura e o assassinato por afogamento na Pedra do Braga, no Rio Tocantins.

O caso de Epaminondas Neto como agente policial e familiar de desaparecido político, é emblemático de como as lembranças e as memórias traumáticas podem permanecer por muitos anos, esperando um momento adequado para se tornarem públicas. A respeito disso, Pollak (1989, p. 3) destaca que:

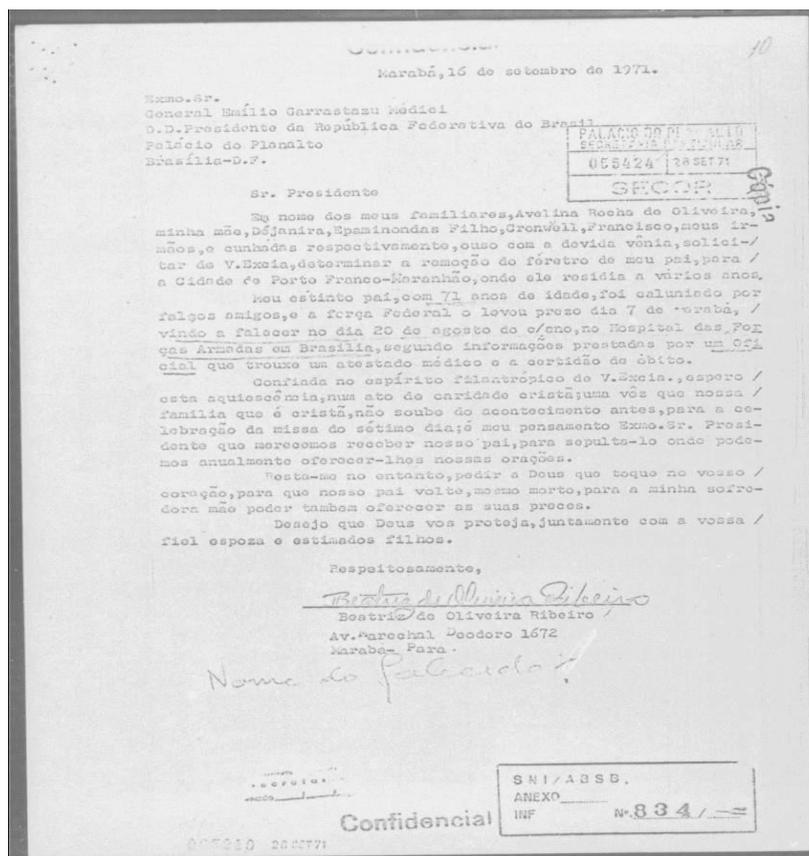
Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Ao ser instalado no novo município, tem início uma longa busca por documentos da época que o direcionassem para as práticas criminosas de líderes políticos e seu “bates pau”⁴² que ocorriam com grande frequência nas décadas anteriores. Conseguindo documentos e montando o seu dossiê, passou a trabalhar em “silêncio” como nos diz, passou a conversar com contemporâneos de seu avô, e esses atestavam a sua idoneidade, mas que por ser atuante politicamente, denunciando publicamente os maus tratos que alguns latifundiários faziam com a cumplicidade da lei, seu avô era visto também como alguém que desagradava essa elite local.

⁴² Segundo o dicionário Aulete Digital s. m. || (Bras., Goiás) em lugares ermos, indivíduo armado que auxilia a polícia rural. F. *Bater+pau*. Fonte: <https://www.aulete.com.br/bate-pau> .

Com todos esses documentos em mãos, tantos os oficiais como as informações oriundas de correligionários políticos de seu avô, Epaminondas Neto analisava que a conjuntura política não era positiva para entrar com o pedido exumação, e sua postura frente a isso, se dava mediante aos casos correlatos à Guerrilha do Araguaia, pois quando as famílias dos desaparecidos políticos entravam com o processo junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, fundada em 1995, era comum o desaparecimento das ossadas dos locais de onde haviam sido sepultados, ele afirma. Assim como ocorreu com a sua tia Beatriz Oliveira, que em 1971 solicitou o traslado dos restos mortais de seu pai, o que fora negado pela Ditadura.

Figura 13: Carta de Beatriz de Oliveira Ribeiro, filha de Epaminondas, solicitando ao presidente Emílio Garrastazu Médici a remoção do féretro a Porto Franco (MA)



Fonte: LERNER, 2008, p. 72.

Sobre não terem entrado com o pedido de exumação do corpo de Epaminondas Gomes antes da instalação da CNV, Neto justifica sua ação dizendo que:

Tantas outras famílias que buscaram encontrar os seus mortos na região do Araguaia. O que que aconteceu? Quando eles entravam com a ação, pedindo a exumação, aquele local, imediatamente vinha alguém e retirava os restos mortais, quando fazia a exumação nada era encontrado, para que a mesma coisa não acontecesse com o meu avô, nós esperamos o tempo certo.

Quando a CNV foi institucionalizada em 2012, durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), a família entendeu que este era o momento histórico e político propício para a exumação do corpo. Enfático em suas convicções sobre a morte de seu avô, com experiência adquirida pelos muitos anos doados por sua busca, nosso interlocutor afirma que “a morte dele foi assistida por um médico, Capitão Ancelmo, eu sempre cito ele como 743 do DF, que é o número do CRM, ele foi que assinou o atestado de óbito”. Durante a prisão e morte de Epaminondas Gomes, outra grande liderança que estava presa no PIC-Pelotão de Investigações Criminais, em Brasília, era o ex-padre Português, e correligionário de seu avô, Alípio Cristiano de Freitas (1929-2017), citado juntamente com o ex-deputado José Porfírio, no documento da figura 09, como “elementos subversivos” na região.

Pe. Alípio Cristiano de Freitas era o responsável pelas articulações entre Epaminondas Gomes e Zé da Marcelina com outros articuladores, inclusive ele foi o responsável por levar os filhos de Zé da Marcelina para Brasília, ainda no final dos anos 1960. Pe. Alípio, além de articulador das Ligas Camponesas, era um ponto de contato com José Porfírio de Souza na região. Neto esteve em Portugal no ano de 2014, onde esteve com Pe. Alípio buscando mais informações sobre a trajetória de seu avô, “eu fui em Lisboa buscar informações, lá ele me confirmou, estava preso no PIC do Exército, e que o método de tortura era o ‘pau-de-arara’⁴³ e a ‘cadeira do dragão’⁴⁴”.

Tanto Pe. Alípio de Freitas, como José Porfírio, que foram lideranças políticas com ligações no movimento camponês, foram vítimas das perseguições políticas e de prisões. Pe. Alípio chegou ao Brasil em 1957, se estabelecendo em São Luís-MA, em um bairro na região periférica denominado Floresta, ali ele atuou nos movimentos políticos e sociais buscando melhorias na saúde e na educação. Sendo um dos fundadores da AP-Ação Popular, recorreu

⁴³ “Os prisioneiros eram suspensos por barras de metal (ou madeira). As barras eram enfiadas entre as pernas e os braços dobrados, deixando o torturado em uma posição muito dolorosa. O preso ficava o tempo todo de cabeça para baixo (...)”. Fonte: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/690608365/7-tecnicas-de-tortura-assustadoras-praticadas-durante-a-ditadura-no-brasil>. Acesso em: 22/03/2023.

⁴⁴ “A Cadeira do Dragão era uma espécie de cadeira elétrica, onde os presos sentavam pelados numa cadeira revestida de zinco ligada a terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choques a todo o corpo. Muitas vezes, os torturadores enfiavam na cabeça da vítima um balde de metal, onde também eram aplicados choques”. Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>. Acesso em 22/03/2023.

ao exílio em razão das perseguições que sofreu, esteve no Chile e em Cuba, onde fez treinamento de guerrilha.

Em 1958 participou da fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão; ao lado de Francisco Julião fundou as Ligas Camponesas. Teve destacada atuação nas lutas pela reforma agrária e, durante o governo de João Goulart (Jango), nas ações pelas Reformas de Base, tendo atuado na Superintendência da Reforma Agrária (Supra).⁴⁵

Ao ser preso pela ditadura civil-militar, Alípio de Freitas passa dez anos encarcerado, ao ser liberto em 1979, vai para a África, onde participa de movimentos políticos em Moçambique, posteriormente retorna a Portugal, onde morre em Lisboa, em 2017. José Porfírio de Souza, já citado no Primeiro Capítulo deste trabalho, mantinha em Goiás uma forte militância no campo, sendo um dos principais líderes do movimento revolucionário contra a grilagem de terras que ocorreu na região de Tromba e Formoso, na década de 1950. Porfírio foi o primeiro deputado estadual camponês de Goiás, e teve o seu mandato cassado pelo Ato Institucional no 1, o AI-I. Militante do PRT-Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Porfírio foi condenado a 8 meses de prisão, tendo sido solto em 7 de julho de 1973, o líder camponês permanece desaparecido até os dias atuais

Sobre o desaparecimento de José Porfírio, logo após a sua soltura, o livro *Direito à memória e à verdade* trazia a versão segundo a qual: solto no dia 7/7/1973, foi almoçar com sua advogada, Elizabeth Diniz, que depois o levou até a rodoviária de Brasília para embarcar no ônibus para Goiânia. José já tinha a passagem comprada. Depois desse encontro, nunca mais foi visto.⁴⁶

Embora José Porfírio tenha vivido em Carolina-MA, por onde viajou durante 18 dias pelo Rio Tocantins, após a sua fuga de Goiás depois de ter perdido o seu mandato de deputado estadual, não há registros de relações diretas do mesmo com Epaminondas Gomes.

Após a morte do líder político Epaminondas Gomes de Oliveira, a sua família buscou preservar a sua memória, sempre buscando destacar os gestos de bem feitoria que ele procurou realizar na comunidade local e na região, seja no campo, na saúde e na educação, onde ele atuou em busca de recursos para auxiliar os menos favorecidos. Epaminondas Neto nos conta que ainda busca levantar mais informações sobre o seu avô, trabalho que não se encerrou com o seu sepultamento. Submetido à tortura física e moral, a todas as formas de tratamentos degradantes, o mesmo nos informa que seu avô, diante do suplício provocado

⁴⁵ Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2017/06/13/morre-alipio-de-freitas-uma-vida-dedicada-a-emancipacao-do-povo/>. Acesso em 10/02/2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-porfirio-de-souza/>. Acesso em: 10/02/2023

pela dor da tortura, não renegou seus valores, e na iminência do último suspiro, dizia: “Ninguém muda os meus ideais, ninguém muda os meus ideias”.

Quando Dr. João Carlos anunciou que partiria de Porto Franco para um local desconhecido, repentinamente, autoridades locais como o prefeito, vereadores e comerciantes, poetas e professores se manifestaram contra a sua partida sem justificativa aparente, como já foi narrada nesse trabalho. O mesmo não ocorreu a Epaminondas Gomes. Ao ter sua casa invadida, sua família humilhada, ter sido preso, torturado, assassinado e desaparecido, não houve clamor social em sua defesa. Em seu favor, veio pelas décadas seguintes, apenas o silêncio e o esquecimento.

Alípio de Freitas, que manteve ao lado de Epaminondas Gomes uma aguerrida militância, em suas trajetórias nas lutas camponesas e nos movimentos educacionais, ao ter conhecimento que o seu velho amigo, assassinado pela violência do Estado durante os anos de repressão, havia sido restituído à família para que ao lado de sua esposa fosse sepultado, redigiu um fraterno réquiem em sua memória, publicando-a em sua conta na rede social *Facebook*⁴⁷. Pe. Alípio diz:

Finalmente chegaste, amigo, velho guerreiro!

Há um direito civilizacional que está acima de qualquer constituição ou poder e que nos vem do princípio dos tempos, quando os homens começaram a viver em comunidade. É o direito inalienável de todos os seres humanos velarem e chorarem os seus mortos e enterrá-los conforme o ritual estabelecido.

Apesar disso, ao longo dos tempos, muitos falsos poderes e muitas instituições abusivas se levantaram contra esse direito e tentaram retirar aos povos aquilo que nunca lhe poderá ser retirado: o direito aos seus mortos. Foi o que aconteceu no Brasil a partir de 1964 quando uma ditadura militar fascista se apoderou do poder e durante 20 anos atropelou os direitos humanos.

Epaminondas de Oliveira foi um daqueles, entre muitos outros, a quem essa Ditadura negou os “sete palmos” a que todos temos direito na terra e a ser venerado e chorado pela sua família e amigos diante do seu corpo de lutador e homem íntegro. Felizmente Epaminondas de Oliveira voltou à sua cidade, à sua família, aos seus amigos que no Brasil e fora dele o admiram e respeitam para receber as homenagens que lhe são devidas e ser conduzido, em triunfo, ao Campo Santo que o espera há 40 anos. Tudo isto, este regresso e o reconhecimento da sua luta é fruto da persistência do sentido de justiça e do amor, mais do que ninguém, da sua família e, sobretudo, do seu neto Epaminondas. Sem essa dedicação jamais teríamos Epaminondas de Oliveira conosco e ele continuaria esquecido, enterrado que foi como indigente num cemitério de Brasília. Obrigado, Epaminondas Neto!

Pessoalmente tenho muitas e boas lembranças e grande saudade do velho Epa e só não estou hoje aí para participar da sua glória porque a minha saúde o não permite. Epaminondas foi para mim um mestre, um companheiro que me abriu

⁴⁷ Esta carta foi publicada no dia do sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira, em 31 de Agosto de 2014, no endereço <https://www.facebook.com/alipiocristiano.defreitas/timeline>. Acesso em: 31 de Agosto de 2022.

caminhos que eu jamais descobriria e me enriqueceu com companheiros que a morte também já roubou. Epaminondas foi um lutador desde o primeiro dia em que tomou consciência que era necessário mudar o mundo, foi um combatente revolucionário que fez da sua vida a sua luta, um daqueles que por ter lutado todos os dias da sua vida se tornou imprescindível.

Eu hei-de voltar aí um dia, não sei quando, porque a minha relação com EPA não terminou ainda e eu como caminhante do mesmo caminho quero prestar-lhe contas dos caminhos que trilhei sem ele. Até de repente, querido amigo!

Alípio Cristiano de Freitas

31 de agosto de 2014 · Lisboa, Portugal

3.2 O que lembrar e o que esquecer: depoimentos de um preso político pela Operação Mesopotâmia

O camponês Messias Chaves, de oitenta e dois anos, que foi nosso interlocutor nesse trabalho, sobreviveu à prisão durante a Operação Mesopotâmia. Nosso contato se deu de maneira bastante minuciosa devido ao seu receio em falar sobre os assuntos correlatos àquele período, em entrevista que me foi cedida no dia 11 de maio de 2022, em sua residência. O mesmo apresentou pela primeira vez o seu testemunho sobre a prisão e tortura, durante audiência realizada em Porto Franco, em 2013, quando a Comissão Nacional da Verdade buscou depoimentos na região. Como ele mesmo diz, pelo medo da perseguição ou até mesmo que os tempos de repressão voltassem, achava melhor ficar em silêncio a comentar sobre o período que foi preso, até mesmo com sua família.

Nosso contato ocorreu por intermédio de sua neta, Beatriz Chaves, que foi minha aluna durante o período em que cursou o Ensino Médio. Ela mesma já havia me informado que seu avô tinha traumas da época, e que por muitos anos optou pelo silêncio, não abordava o assunto nem com a esposa, Dona Dinalva. Mas ao informar a ela sobre o depoimento que ele deu na CNV, solicitei que conversasse com ele sobre a probabilidade de uma entrevista para esta pesquisa. No primeiro momento ele relutou, pois, por não me conhecer, temia que fosse um agente policial, como está presente ao logo das análises que iremos apresentar a seguir, ou mesmo que fosse um agente infiltrado, buscando novamente reprimir antigos militantes da região.

Durante nossa conversa, realizada em sua casa, e devido a sua idade já avançada e pouca mobilidade, optei por uma entrevista mais aberta. Ele me confessou que outros pesquisadores já o procuraram para pegar seu depoimento, mas ele sempre se recusava. No entanto, depois de um tempo em negociações, conseguimos uma visita.

Utilizar o recurso dos testemunhos como elemento documental, tem sido uma prática recorrente após os eventos traumáticos do século XX, seja o Holocausto, ou como em nosso trabalho, analisando a memória de sujeitos que foram acometidos pela violência de Estado em períodos ditatoriais. Nesse sentido, a valorização dos testemunhos ganha um importante destaque na preservação das memórias, pois como nos aponta Ecléa Bosi (1994, p.55) “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Ao chegar em sua residência e darmos início aos trabalhos, tive de responder a uma série de perguntas, antes de dar início à gravação, tais como, onde residia, profissão, orientação política dentre outras, que é praxe para pessoas que passaram pela experiência da prisão durante períodos ditatoriais. Nosso encontro foi em grande parte acompanhado por sua esposa, que com alguma frequência, como no início, arriscava a falar algumas coisas, mas os dois eram categóricos em dizer que muitas coisas já não lembravam.

Sua prisão ocorreu no povoado Cachimbeiro, localizado atualmente na região de Campestre do Maranhão, enquanto ele ia para o trabalho. Ele inicia relatando o medo que ficou após a prisão. Messias Chaves trabalhava e residia no campo com sua esposa e outros familiares, embora não informe que tivesse uma filiação partidária formal, ao ser questionado sobre sua participação nas reuniões do grupo, composto por membros da AP-Ação Popular e do PRT-Partido Revolucionário dos Trabalhadores que aqui se organizavam, ele confirma sua atuação e relações com os líderes locais e convicções políticas contra o governo **civil**-militar. Em nosso encontro, ele relata como ficou após a sua prisão, afirma que o medo, o pânico e a desconfiança passaram a fazer parte de sua rotina diária, e de quando o pavor se tornava mais intenso, ele perdia toda a vitalidade daquele dia, se tornou uma pessoa inválida, o que foi confirmado por sua esposa, que participava de nosso encontro, como podemos ver no relato a seguir:

Eu fiquei tão assombrado na época, eu fiquei assombrado que quando eu escutava zoadada de carro eu caía na capoeira.

Dona Dinalva ao fundo diz: Não era só tu não Messias, que foi para a capoeira não, ajuntava aquele horror de menino e rapaz, tudinho (...)

Vão dizer para o Messias, vão dizer para o Messias se esconder. Na hora que escutava zuada de carro na rua, tinha uma tia que dizia:

- Diz para o Messias que esta zuando um carro!

- Aquele dia ali eu já não valia mais nada! Sai do cercado que ficava a casa, né? E caía no meio do mato, ia ficar escondido.

O trauma causado pela prisão e exposição à tortura, trouxe ao nosso interlocutor uma condição de viver isoladamente uma experiência que lhe impossibilitou de compartilhar o

vivido durante o encarceramento, isso é resultado da frustração imputada em sua memória. Segundo Maria Rita Kehl (2010, p. 126), psicanalista, e que esteve diretamente ligada nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade:

No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo à parte não apenas em função da radicalidade da dor e da despersonalização que experimentaram, mas também porque as práticas infames dos torturadores nunca foram reconhecidas e reparadas publicamente. A sensação de irrealidade que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento (...) fica então como que confirmada pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma.

As dificuldades concernentes ao processo de testemunhar um trauma contribuem para os resultados das políticas de silêncio e esquecimento do sujeito que foi exposto a este tratamento degradante, ofuscando condições históricas de ações truculentas e práticas de uma sociedade, que por meio da força e da opressão, por meio da tortura, procuram desumanizar o indivíduo que está sob seu poder.

Nosso encontro ocorreu por inteiro de forma aberta e bastante dialógica, no entanto, pouco falei durante a entrevista, me mantive mais como um ouvinte atento, falando apenas quando solicitado, deixando a memória fluir. Em alguns momentos lhes eram necessários algum tempo em silêncio, porém suas mãos sempre estavam em constante movimento, ora passando em sua cabeça, em outros momentos balançando um molho de chaves, como se estivesse buscando ou mesmo organizado algo para falar. No sentido de me satisfazer com as informações que estava elaborando.

Durante uma entrevista de História Oral, Meihy e Holanda (2007, p. 134, 135) dizem que “a tradução do oral para o escrito (...) não se opera com uma simples transcrição, assim como, a passagem do oral para o escrito, compreende antes de tudo um bom entendimento do que foi falado (...) por lógico atuam nesses processos, metáforas, trejeitos linguísticos, erros (...)”. O que implica dizer que para a pesquisa em História Oral, não basta estar atento para o falar oral, mas também o falar com o corpo, gestos, expressões faciais, que são formas de transmitir ao interlocutor informações que precisam ser muito bem analisadas.

Para Pollak (1989, p. 4) “o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”, o que foi bastante difícil após a sua saída de prisão, uma vez que este se viu isolado em sua casa, e que parentes e amigos se afastaram de sua companhia. Ele transita entre momentos de lembranças e esquecimento e, segundo Pollak (1989, p.6), a utilização “de silêncios, e também de alusões

e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”.

Messias Chaves associa o fato da prisão à uma situação, ainda do final dos anos 60, de quando foi auxiliado financeiramente por Dr. João Carlos Haas Sobrinho para custear, em Imperatriz, o tratamento de saúde no qual a sua esposa havia sido submetida, como eles mesmos nos informam: “na época, nós tínhamos... a Dinalva tinha estado em Imperatriz... Adoeceu, tinha estado em Imperatriz, e aconteceu o seguinte, ele mandou ela para Imperatriz, daqui do Porto Franco por conta dele”. Essa pessoa que os encaminhou, foi Dr. João Carlos Haas Sobrinho, “naquele tempo foi duzentos o tratamento, eu não sei o que era, se era naquele tempo do cruzeiro, eu não sei o que era naquele tempo, só sei que foi duzentos, era muito dinheiro... isso foi o que pegou mais, ele me emprestou o dinheiro sem juros, sem coisa nenhuma”.

Esse empréstimo a que Messias Chaves se refere para quitar o tratamento de saúde da Dona Dinalva foi o elemento que fortaleceu a nossa ideia de que ele era do mesmo grupo político opositor ao regime. Como camponês, ele matinha relações com o médico-guerrilheiro Dr. João Carlos e o líder camponês Epaminondas Gomes, do qual afirma ser sobrinho. Esse elemento é importante, e reforça a sua relação com o médico, visto que este tinha entre as suas atividades mais constantes, a assistência à saúde na região camponesa, sendo bastante conhecido e tendo os seus serviços requisitados por toda a região, como Chaves nos informa: “ele era amigo nosso mesmo, ele e o finado Epaminondas... Epaminondas além de parente, era meu parente mesmo, era tio, era parente do meu pai.”

Quando foi abordado pelos militares, Messias Chaves estava a caminho do trabalho, é importante lembrar que as forças militares que formaram a equipe de busca e aprisionamento atuaram no campo e na cidade, simultaneamente, em toda a região correspondente ao Bico do Papagaio. A expedição que o prendeu era formada, segundo o seu testemunho, por cinco agentes armados, ele foi abordado no momento em que estava a caminho do seu trabalho na roça. Como não estava entre os presos que foram capturados nas localidades urbanas de Porto Franco e Tocantinópolis, ele não foi conduzido no caminhão para Imperatriz. Quando chegou ao local do aprisionamento, os demais militantes já se encontravam lá. Por ter sido uma experiência imposta pelo medo e pelo sofrimento junto aos demais companheiros, ele acreditava que não iria sobreviver à prisão, que não voltaria vivo para casa, onde sua esposa estava grávida de gêmeos. Ele relata a prisão de Zé da Marcelina e sua ida para Brasília com Epaminondas, como afirma:

aí levaram aquele velho lá da beira do rio, lá do Seco Grande, da Raposa, o velho ainda voltou, mas o finada Epaminondas não. Eu ainda vi lá no... quando eu fiquei no carro mais eles, eles não deixavam eu olhar para os lados, nem arribar a cabeça de lado... só que, quando chegava lá no lugar, no ponto, onde ficava todo mundo eram os olhos fechados, não podia abrir o olho não, se abrisse o olho levava cacetada.

O velho citado por Messias Chaves era o militante José da Marcelina, que morava em uma posse na beira do Rio Tocantins, na localidade conhecida por Raposa, em sua residência eram realizadas muitas reuniões da célula, sempre à noite e de forma secreta. Ele nos afirma que após as prisões o movimento se desfez, mas a área ficou sob vigilância militar pelos anos seguintes.

Comentando sobre as condições em que estive na prisão com os demais companheiros, nos quais foram submetidos à tortura, ele diz que tem muito destacado na memória o dia em que os militares mandaram que se dividissem em dois grupos e formassem um corredor polonês, esse evento aconteceu logo após a chegada de Epaminondas ao alojamento em Imperatriz. Foram formadas duas filas, com 15 homens de cada lado, o que também é confirmado pelo preso Messias Chaves (ver página 53). Epaminondas foi obrigado a passar pelo meio do corredor, levando tapas dos dois lados de sua face. Logo em seguida, Messias Chaves diz, foi quando teve início as torturas com choques elétricos, apenas Epaminondas foi submetido a esse tipo de tratamento mais agressivo.

Entre idas e vindas em suas memórias, o que é preciso um esforço de organização para dar coerência à entrevista, ele se direciona a mim perguntando: “aquele deputado, tempo que aqui era Goiás, que agora é Tocantins, que pegaram ele aqui no Lajeado, tu não ouviu falar nele não?”. Eu aceno dizendo que não tenho conhecimento de quem se trata, porém ele enfatiza que ele havia sido preso, foi colocado em liberdade, e depois desapareceu e não foi mais localizado. O deputado no qual ele se refere é o líder camponês José Porfírio de Souza, cuja presença na região antes de 1970 foi objeto de investigação e um dos alvos da Operação Mesopotâmia.

É importante destacar, que a chegada na esfera pública desses acontecimentos, ganharam no Brasil, na última década espaços relevantes para que fossem debatidos os traumas do período ditatorial no país. Podemos reconhecer que assim como foram em outros países da América Latina, tal como exemplo do que ocorreu na Argentina, no Brasil, a Comissão Nacional de Verdade teve atuação primordial para que as vítimas da violência de Estado apresentassem os seus testemunhos, embora não tivessem caráter punitivo, atuou

como forma de repensar as memórias que são consideradas traumáticas, sobre isso, Dominik Lacapra (2021, p. 29) nos informa que:

Os estudos de trauma surgiram como uma das áreas mais significativas e, ao mesmo tempo, mais controversas do pensamento psicanalítico, com implicações relevantes para a história e a teoria crítica. Essa área tem desempenhado um importante papel na análise dos testemunhos de sobreviventes – notadamente, dos sobreviventes do Holocausto, mas também das vítimas de outros genocídios e eventos extremos, como o estupro e a agressão, e de processos que se arrastam no decorrer do tempo, como a violência doméstica.

Mesmo diante da iminência do esquecimento, hoje já causado pelo enfraquecimento de sua memória, Messias Chaves procura destacar a importância de seu depoimento para a esfera pública, mesmo ainda sendo atormentado pelo medo da repetição, ele configura o seu testemunho de modo a repudiar a violência causada pelo Estado brasileiro e o silêncio daqueles que foram responsáveis pelo trauma que lhe foi causado. Nesse ponto, Messias Chaves responde à inquietação de Kehl (2010, p.128) quando esta faz a seguinte provocação, “mas se as vítimas dos torturadores, apesar da resistência geral, não se recusaram a elaborar publicamente sua experiência, de que lado está o apagamento da memória que produz a repetição sintomática da violência institucional brasileira?”. Para a psicanalista, são os próprios remanescentes dos militares que contribuem fortemente para a produção do silenciamento, fugindo do debate na esfera pública, e se fazendo valer do “esquecimento constitucional”, resguardado pela Lei da Anistia, tendo esta lei, funcionado mais como um meio de proteção aos crimes cometidos pelos agentes do Estado, sendo assim, uma autoanistia.⁴⁸

Tateando as suas memórias mais profundas e com frequência se lamentando do fato de ter esquecido de muitas coisas que seriam importantes, ele nos afirma que já não lembra e que futuramente não irá mais lembrar de nada, no entanto, nos informa de quando entrou com o pedido indenizatório à Justiça pela sua prisão, ele e outros presos de outras cidades. Sobre o processo, ele nos diz:

⁴⁸ A Lei da Anistia entrou em vigor em 28 de Agosto de 1979 “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” Até os dias atuais a sua implementação divide opiniões na sociedade civil, pois também é vista como um dispositivo que garantiu a impunidade para agentes do Estado que atuaram nos crimes de tortura e violação dos direitos humanos. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder Acesso em: 25/02/2023.

que quando entramos na justiça todo mundo, muita gente recebeu, mas na época era pouquinha a coisa, o dinheiro era pouco, eu não recebi na época, teve uns que não recebeu, teve uns daqui, teve outros de Santa Terezinha [TO], teve outros... parece que é do Nazaré [TO], do São Geraldo [PA] E esses vieram agora, começou, fizeram o processo, esse nós ganhamos na justiça (...) que ganhamos na justiça, mas ninguém nunca recebeu nada.

Até a data em que o entrevistei, o seu processo indenizatório ainda não havia sido concluído. Ele apresentou interesse em mostrar o processo, mas este não se encontrava em sua residência. É possível notar na forma de falar, que ao depor, o interlocutor deposite no pesquisador a confiança de que seja alguém que possa auxiliar a resolver esses problemas. Ele nos relata que contratou uma advogada para auxiliar nos trâmites do processo indenizatório, e que ganhou em todas as varas a indenização. O processo passou noventa dias à disposição, mas a advogada não deu continuidade, visto que os processos por reparações de violações dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura civil-militar, foram suspensos pela então Ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), sendo este, um expoente radical do saudosismo da ditadura civil-militar.

Messias Chaves relata que no processo constam todas as informações necessárias para a indenização, mas não dispunha de nenhuma cópia em sua residência. Demonstrando uma certa angústia e falando cabisbaixo, ele se entristece ao saber que nos últimos anos cresceu no Brasil uma tendência que reivindica a volta da ditadura, e se direciona para mim perguntando:

- Tu é a favor dela?

Repondo: Não!

- Não é não, né?

- Eu digo, só é a favor da ditadura quem não conheceu a ditadura, quem conheceu e passou por ela não pede ela de volta. Muitas coisas eu não me lembro mais siô.

Então, procuro saber por quanto tempo ele ficou detido na base que se localizava em Imperatriz. Ele me diz que passou por volta de cinco dias encarcerado, Dona Dinalva, de dentro de casa afirma que foi entre seis ou sete dias, o que podemos concluir que ele passou por volta de uma semana em poder dos militares na base em Imperatriz, “a gente fica assombrado, porque não tem quem agente uma coisa dessas, aí não liguei mais para nada meu na época, aí foi indo de água baixo, de água a baixo, se acabando tudo, o sujeito fica destreinado, não é?”. No texto Luto e Melancolia, Sigmund Freud (1915, p. 1) nos dá características que são similares aos que o sujeito que foi exposto ao trauma vivencia:

Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima a ponto de encontrar expressão em auto recriminação e auto envilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição.

No relato traumático após a prisão, observa-se como a condição de se reorganizar posteriormente ficou comprometida, o desapego com os bens, a desconfiança das pessoas que o cercavam, tudo isso marca a memória do sujeito, já não se motivava pelas relações fora de casa, só mesmo pelos parentes mais próximos, a casa que vivia cheia de amigos, agora estava vazia, como ele mesmo diz, “não confiava em ninguém que chegasse lá em casa [latidos do cachorro que está amarrado em uma mangueira na frente da casa] eu não confiava, só se fosse parente, mas se não fosse, eu procurava um jeito de cair fora, de me esconder”.

Ao ser capturado, o intento da equipe militar era levantar informações sobre o restante do grupo, por meio do recurso da delação, ele afirma que:

Quando eles disseram que, ou entregava aqueles homens ou morria no lugar deles, qual o que eu preferia, era entregar eles ou era morrer, eu falei, digo: - rapaz, eu não sei onde eles estão, vocês vão me matar, vocês podem me matar, eu não sei onde esses homens estão. Daí perguntou de onde era a minha amizade minha com eles, o que era o assunto deles comigo, por que ele tinha me emprestado tanto dinheiro. Tudo isso eles dizia, mas o dinheiro ele emprestou por causa do hospital, do serviço que nós iria pagar [latidos do cachorro].

O depoimento de Messias Chaves reforça a ideia de que a Operação Mesopotâmia já era um princípio de sufocamento de grupos políticos que se organizavam na região desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília e que culminou com a Guerrilha do Araguaia, demonstrando que esta área já era há muito monitorada, em razão de que para cá migraram muitas organizações. A prisão aconteceu em 1971, e o médico João Carlos já não estava aqui desde 1969, quando descobriu seu nome na lista de procurados pelo Exército. Fato interessante é que Messias Chaves não está fichado no relatório final da Operação Mesopotâmia, onde constam os nomes dos líderes do movimento.

Pergunto: O Sr. fazia parte de algum grupo naquela época, de alguma organização política?

- Rapaz, nós fazia parti assim, por que a gente tinha vontade de apresentar assim, outro candidato em Porto Franco, eu morava no sertão, fazia campanha no sertão, apresentar outros candidatos, apresentar uma turma que fosse a favor da população pobre, né?

Pelo que pude levantar na pesquisa, Messias Chaves não possuía durante a prisão, nenhuma filiação partidária, mas sim ideológica, isto é, era consciente de que a atividade

política seria capaz de transformar a realidade social e, como camponês, era um fiel defensor de reforma agrária, como bem pregava o líder local, Epaminondas Gomes. Como ele mesmo afirma sobre o processo eleitoral, reiteramos que o grupo localizado na região não era ligado ao PC do B, portanto não era partidário da via armada. Ele afirma que o grupo ainda chegou a lançar candidatos fantasmas por duas vezes, mas sem sucesso, ele mesmo disse que chegou ser candidato a vereador, mas que seus votos haviam sido desviados por vias de fraudes eleitorais.

Retornando ao contexto do momento da prisão, que ele nos fala por partes, alternando entre um fato e outro, ele aponta para o braço e me mostra os vestígios de uma cicatriz onde lhe foi desferido um golpe com a arma de um dos militares:

...bem aqui assim, oh! hoje é porque não tem mais, aqui foi aqueles negocinho de... daquelas pontarias, de coisa de metralhadora... eles empurraram assim, era para pegar em minhas costelas, pegou no braço, rasgou aqui. O sangue lavou, para eles não era nada ...

Passei o dia todinho aqui sangrando, nesse dia... rapaz! Ave Maria, siô! O que eu te digo é que, o povo apanhou demais. Os que estavam lá não teve um que não apanhasse.

Insisto em saber sobre as reuniões, de como eram realizadas e em quais localidades aconteciam. Ele nos conta que não eram só na Raposa que se realizavam as reuniões, na cidade, na estrada que dava acesso a Carolina e no povoado Cachimbeiro também eram locais onde o grupo se reunia para articular suas estratégias de resistência contra a ditadura.

Segundo ele, existia uma forma de contato, que muitas das vezes era realizada na madrugada, por volta das 01h00 da manhã. Ocorria de um militante, para se comunicar com o outros, soltava um foguete, no que imediatamente o outro companheiro respondia, essa linguagem era uma forma de mostrar que os membros do grupo local estavam atentos e muito bem organizados. Zé da Marcelina era o responsável por armazenar e distribuir os fogos de artifício.

Para auxiliá-lo no processo de rememoração, retorno ao período que a expedição militar chegou em Porto Franco, e informo que Epaminondas Gomes não se encontrava em casa quando a equipe militar chegou para realizar a sua prisão. Os militares causaram desordem na residência, chegando a empurrar Dona Avelina, sua esposa já idosa, levaram consigo o álbum de fotografias da família juntamente com Epaminondas Filho preso, que se viu obrigado a ir até o garimpo em Ipixuna-PA, em que o seu pai estava trabalhando.

Messias Chaves nos disse que foi preso por volta do dia 10 de agosto, e destaca a razão da demora para que fossem liberados: “demorou por que, nós só fomos liberados depois do

Epaminondas... depois que pegaram o Epaminondas é que nós fomos liberados. Bem aí eu me lembro, só fomos liberados depois que pegaram o Epaminondas”. Como ele não possuía filiação partidária com partidos institucionais, ele destaca que possuía uma grande admiração por Luís Carlos Prestes que, pelo que é possível observar, era o grande exemplo de militância e moralidade política para o grupo.

Cito organizações como a AP-Ação Popular e o PRT-Partido Revolucionário dos Trabalhadores ao que ele me pergunta se este segundo era o de Prestes, digo que o dele era o PCB, que naquele contexto se encontrava na clandestinidade e que no ano da Operação Mesopotâmia, ele se encontrava exilado na União Soviética. Sobre o PCB-Partido Comunista Brasileiro, ele diz, “pois era esse aí, eu não sei se eu cheguei a me filiar, nós éramos tudo de uma cambada só. Nós tudinho defendia. Agora eu defendia quase como um menino, por que eu era novo...”

Quando ocorreu a sua prisão, ele era um dos mais jovens do grupo, tinha trinta anos na época, enquanto Epaminondas Gomes já estava com sessenta e oito anos. Ele nos diz que seu pai também era simpatizante das ideias comunistas, tendo sido este o seu primeiro contato com a militância política, “é porque era assim, meu pai, meu pai era do mesmo rojão, era primo do Epaminondas (...). Lá em casa mesmo era lugar do Epaminondas fazer reunião, na casa do meu pai, mas meus irmãos ninguém quis entrar, tratar do assunto, só eu quis”.

Por estarem ligados aos assuntos relacionados ao campo, os membros grupo de Porto Franco foram os responsáveis pela instalação do STTR-Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Franco. Eles viam no sindicato, uma instituição de classe importante na luta pelos direitos do trabalhador camponês. Quando ocorreu nos anos de 1970 sua fundação, Messias Chaves chegou a ocupar o cargo de secretário.

Retornando à prisão, Messias Chaves nos informa que antes de ser enviado para Imperatriz, para onde estavam os outros militantes, ele ficou das,

9h até as 4h30 da tarde, me deixaram algemado (...) eu pensei que ia morrer de sede e fome, porque comer que é bom nada e beber também nada. Rapaz, uma judieira daquela eu vou te dizer. Eu achava até que eles... que eles não eram gente (...) foi um bocado muito ruim que eu sofri na minha vida. Aí na época a Dinalva estava gestante, aí os meninos nasceram mortos, uma menina e um menino, já no oitavo mês, perdemos dois filhos, só tenho o Ribão, mas nós cria um adotivo. E aí ficou só o Ribão mesmo.

Como já foi apresentado no Primeiro Capítulo deste trabalho, após a prisão de Messias Chaves, sua esposa que se encontrava gestante na época, com o choque dessa violência,

perdeu o casal de gêmeos que esperava, depois desse evento, ela ficou impossibilitada de engravidar.

Sua relação com Epaminondas Gomes era bastante fraternal, como ele mesmo diz e enfatiza que de fato eram parentes, por parte paterna. Quando Epaminondas precisava ir à região de Cachimbeiro, era em sua casa que ele se hospedava. E quando Messias viajava a Porto Franco, ficava em sua casa. Eram grandes amigos, como ele diz. Messias Chaves destaca o trabalho de Epaminondas pelo seu zelo para com a educação; falando saudoso, ele afirma: “Epaminondas, nós gostava demais dele, um homem daquele eu vou te dizer, foi que primeiro conseguiu borracha, lápis e caderno para os alunos do Porto Franco, o primeiro foi ele, naquele tempo, era como o Luís Carlos Prestes, conseguia as coisas”.

Assim como muitos camponeses que faziam parte do movimento de resistência popular na região, não havia uma formação teórica com base no Marxismo na qual eles se sustentassem, as suas lutas eram de engajamento popular, desvinculadas de articulações forjadas pelo comunismo revolucionário. O próprio Messias Chaves, em tom de desconhecimento, afirma que nem ele nem os demais militantes da região sabiam o que era comunismo, “mas eu não sabia, rapaz! O que diabo era comunista, não sabia nem ninguém sabia não”. Pelo seu passado, pela política institucional, Epaminondas era o que mais se aproximava de ter um conhecimento teórico e metodológico sobre tema, uma vez que este chegou a ser prefeito de Pastos Bons, na década de 30, como nos informou Epaminondas Neto.

Gradativamente as memórias estão se esvaindo, cada lembrança está ficando cada vez mais distante, o que conseqüentemente causa dificuldades expressivas no momento em que a elas é necessário recorrer. Mas o processo de gestão dessas memórias não é por um esquecimento propriamente dito, ele funciona como um recurso de elaboração que é utilizado no momento de se falar, o que é para quem falar, como nos aponta Pollak (1992, p. 43), quando nos fala que:

a gestão da memória não rege somente o que é dito em diferentes contextos e em diferentes momentos da vida. A escolha das amizades e do grau de intimidade acordado a esta ou àquela pessoa também fazem parte disso. Nós tentamos agir sobre contextos nos quais nós nos exprimimos, assim como nós modificamos o que nós dizemos em função da variação desses contextos.

Mas o medo permanece durante a nossa entrevista, Messias Chaves aparenta, com muita frequência, o medo da repetição da Ditadura, da perseguição e do retorno da prisão. Embora o regime tenha cessado em 1985, na memória dos que passaram pelo suplício, este é um

contexto que ainda se apresenta bastante presente. Falar sobre o trauma, evidencia retornar à experiência que causa o sofrimento, que não foi esquecido pelo indivíduo. “Se tiver alguma coisa aí que me prejudique, ou se eu tiver falado demais, tu tira viu?”. Foi uma colocação que ele apresentou algumas vezes durante a entrevista. O medo não acabou, ele permanece. A esperança pela reparação econômica, também é algo que ele passou a alimentar, após a tentativa de superação do medo que lhe impedia de falar sobre o tema:

Aí eu entrei na justiça naquele tempo do Lula, aí o Lula me respondeu a carta, que eu tivesse paciência porque era muita gente, tem é milhão de pessoas, até pouco tempo eu tinha a carta aí, não sei se ainda acho ainda. Aí quando foi da saída do Lula, da entrada da Dilma foi aprovado o meu, era para eu estar recebendo. Isso foi tudo dentro da justiça, mas foi o tempo que entrou o Bolsonaro, saiu a Dilma, se tivesse a Dilma eu tinha recebido logo. Eles ainda mandaram para eu abrir conta salário no banco, eu abri. Mas já no primeiro mês de mandato do Bolsonaro, aí eu abri, mas também assim, aquietou.

O retorno de uma nova onda ditatorial no Brasil não se afasta da memória dos que foram presos, torturados, mortos ou das famílias que tenham sofrido com o desaparecimento de um de seus parentes. Com a ascensão de uma extrema direita à presidência da República nas eleições de 2018, esse medo se tornou ainda mais presente. Messias Chaves descreve seu dissabor quanto a isso:

Imagina quando eu vejo assim, que eu vejo, o Bolsonaro aquele dia, aqueles filhos dele pedindo a ditadura, ele queria por que queria, não era, aquilo a gente fica assobrandim com um negócio daquele, que o tanto de homem, ali onde eu morava no Cachimbeiro, talvez tivesse na época, umas 40 e poucas famílias, não é... Não teve um homem que não corresse que não largasse a casa, todos eles correu. Eu peço a meu Deus que nunca mais aconteça em nosso Brasil... eu tenho medo. Ainda hoje eu falo assim, mas eu falo é com medo, rapaz.

Para Kehl (2010, p. 130) “um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle”, por saber que os medos ainda andam presentes e sua ação é involuntária entre as pessoas que sofreram a violência de Estado, essa foi uma das questões que levantei quando procurei entrar em contato, comentando com minha intermediária e neta de Messias Chaves, Beatriz, que talvez pelo receio e pela desconfiança, uma entrevista com seu avô não seria possível.

Pois é, ela me disse que você foi professor dela, digo. Mas ele mora aqui em Porto Franco? Mas a gente fica assim meio cismado, com medo, viu. Pois eu te conto que não teve nada fácil, foi tudo foi difícil viu, difícil e perigoso, viu. Você ver os amigos da época, todo mundo sofrendo, todo mundo se lastimando enterrado até aqui (apontando para a altura do peito) num buraco aí no chão. Ali no Cacau, em Imperatriz (...) enterrado, socado, se mexia não, eles vinham com um jacá

de pão... pão massa-grossa, chegava e jogava no meio, você só baixava a cabeça, igual porco comendo, morto de fome, não é... e dessa turma que sofreu ai, ninguém devia nada, só o Epaminondas que chegou e se responsabilizado por tudo viu, que podia liberar aquele povo que eles não tinham nada, não deviam nada, a responsabilidade toda era em cima dele. Não era um homem inteirado, o Epaminondas? Que se responsabilizou por todos?

Quando Epaminondas chegou a Imperatriz, onde novamente foi submetido a sessões de tortura diante de seus companheiros, em seguida, começaram a ser liberados os demais membros do grupo. Segundo Luiz Maklouf Carvalho (2004, p. 60), que escreveu sobre as memórias Major Lício Augusto Maciel, que esteve na equipe de apoio em Tocantinópolis, durante a Operação Mesopotâmia e que também fez partes dos combates no Araguaia “era tudo arraia miúda”. Gradativamente os militantes foram sendo liberados aleatoriamente na Rodovia Belém-Brasília. Messias Chaves diz que quando foi a vez dele, “disseram assim, ‘até outra volta’, rapaz, isso caiu no meu sentido que quase não larga nunca, eu dormia e sonhava com esse negócio, do ‘até outra volta’, como quem iam voltar de novo, não é... Mas tu não é nada de polícia não, né?”.

Já conduzindo a entrevista para o encerramento, procuro saber como foi receber a notificação da morte do amigo e parente Epaminondas, ao que ele diz que foi de uma comoção enorme, pois já tinha conhecimento de que se ele fosse capturado, ele não iria sobreviver: “dois que eu achei que não escapavam, o Epaminondas e o Zé da Macelina. O Zé da Macelina, eles não mataram, morreu aí na casa dele.” Exatamente os dois maiores articuladores na cidade, e que haviam sido transportados para a prisão em Brasília.

Sobre o lema do grupo, e que faz parte do título de nosso trabalho, pergunto sobre qual o entendimento que o grupo tinha sobre a ideia de que a roda grande ia passar por dentro da pequena. O que isso queria dizer?

Ele nos diz “Era a roda grande... nós ia fazer a roda grande passar por dentro da pequena, ai nós ia que cantava aquele cantiga ‘*bananeira bananá*’”. A roda grande seria o povo, mas massas de trabalhadores que são a maioria da população, enquanto a roda pequena é as elites, o grupo acreditava que iria se desenvolver numa proporção que teria a capacidade de suprimir os exploradores, principalmente os latifundiários, principais desafetos do grupo.

Ele retorna a Dr. João Carlos e me diz: “Dizem que quem matou o Doutor João, é filho de Paraíso. Tu sabe dessa?” Eu respondo que não, não foi possível localizar nos documentos ou em outras entrevistas que realizamos, o nome do militar que executou o médico-guerrilheiro gaúcho. Mas ele enfatiza que quando ele foi eliminado, ocorreu uma grande festa em São João do Paraíso, cidade em que ele prestou muitos serviços, e que era formada por uma camada considerável de latifundiários.

Retornado a Epaminondas, se porventura o mesmo era desafeto político de alguma autoridade local, ele nos confirma que grande parte dos políticos da cidade não era afeitos à sua pessoa, com exceção de Anísio Bandeira de Miranda, pecuarista, comerciante e ex-prefeito da cidade, que era seu amigo. No entanto, para a família Santos, formada por latifundiários e lideranças políticas locais, Epaminondas Gomes era visto como um agitador e articulador de subversão.

Tem o caso de uma pessoa que foi assassinada em 1982, em Campestre. Já próximo ao final da Ditadura, procuro explorar um pouco sobre o tema como uma forma de conclusão de nosso encontro. Ao ser indagado sobre o assunto em questão, ele me diz prontamente que:

o finado Pedro Araújo, era meu primo. Na época da ditadura, ele foi espancado demais. Pegaram ele um dia às 10h00 na casa dele e eu estava no carro junto com a Polícia, e eu tenho culpa, fui eu quem fui levar eles lá na casa dele. O sujeito ia obrigado, não ia? A gente obrigado, não ia? Eu levei eles lá na casa dele. Ele morreu, foi em 82 foi?

Messias Chaves destaca a sua presença na guarnição policial que executou Pedro Araújo, no entanto, o mesmo apresenta esta informação apenas por se indagado sobre ela, relutando em retornar a essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina”, como apresentado por Pollak (1989, p. 5). Por estarmos em um período democrático onde as informações podem ocupar o espaço público como maior claridade, nosso interlocutor “rompe o tabu” a respeito dessa memória traumática. Nosso interlocutor, que fora preso em 1971 e fora liberto no mesmo ano, foi novamente detido em 1982, como ele mesmo destaca em seu depoimento, sendo uma testemunha da morte de seu primo, “o sujeito ia obrigado, não ia? A gente ia obrigado, não ia? Eu levei eles lá na da casa dele”. Esse testemunho ratifica a estadia de Messias Chaves em dois contextos distintos. É notória o sentimento de responsabilidade nessa situação em suas falas, “eu tenho culpa”.

Michael Pollak (1989, p. 5) destaca que esse “longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é uma resistência” (...) o autor relaciona esse silêncio aos sobreviventes dos campos de concentração, que ao sobreviverem ao holocausto na Segunda Guerra Mundial, retornaram aos seus países de origem, “contudo essa atitude é reforçada pelo sentimento de culpa, que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas. É sabida que a administração nazista conseguiu impor à comunidade judia uma parte importante de gestão administrativa de sua política anti-semita” (p. 5-6). Temos, nessa conjuntura, elementos semelhantes de pessoas que sobreviveram a exposição de condições desumanas, e foram conduzidas ao silêncio provocados pelos seus traumas de memória.

O açougueiro Pedro Araújo foi preso e torturado durante a execução da Operação Mesopotâmia, no entanto, a sua morte só ocorreu onze anos após a realização da mesma, em 1982. A família desconhece as razões que o levaram a ser assassinado, o que se tem conhecimento é que homens fardados com trajes militares foram até a sua residência no município de Campestre, localizado a aproximadamente 22 Km de Porto Franco, ele foi alvo de chutes e coronhadas de rifle.

O fato da morte de Pedro Araújo ter ocorrido tanto tempo após a prisão dos membros do grupo que se organizavam na região é uma justificativa para se crer que esta área continuou sendo monitorada mesmo após a Operação. “Ele morreu pela polícia também, foi a Polícia que matou. Só que não foi a polícia da ditadura não que matou, foi a Polícia Militar. Mataram ele junto do açougue dele”. Messias Chaves nos diz que havia sido levado contra a sua vontade no carro com os policiais que mataram o açougueiro, o que nos levar a concluir que ele foi detido pela repressão mais que uma vez, durante a ditadura.

Antônio Paulino e Euclides Franco também foram presos na Operação Mesopotâmia, e foram liberados em seguida por não terem sido identificadas neles maiores complicações; foram levados como testemunhas, segundo o relatório da Operação. (RELATÓRIO DA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA, 1971, p. 40)

Pelo caso de Messias Chaves, ao ser capturado em sua residência, no Cachimbeiro, em uma região camponesa, podemos compreender que o trabalho de inteligência dos militares mapeou não só a zona urbana, mas como estratégia, também mapeou o campo, pois era no sertão que os militantes desenvolviam as suas atividades de trabalho.

No começo de nossa conversa, antes de dar início à gravação, era notório um certo desconforto em passar as informações, mas posteriormente Messias Chaves foi ficando mais à vontade e a entrevista transcorreu muito bem. E já caminhando para o encerramento, ele reitera que, depois da CNV, é a primeira vez que dá uma entrevista, mesmo tendo sido procurado em outras ocasiões, afirmou desconhecer o assunto ou quaisquer pessoas que possam comentar sobre. Ele conclui sua participação dizendo que ao saber do meu interesse em conversar, falou à neta, Beatriz, “não é gente não do negócio da ditadura não, minha filha de Deus...?”. O medo, o trauma e a culpa são elementos que ainda estão presentes.

“Se tiver alguma coisa aí que me prejudique, tu tira, viu?” Este receio em ser envolvido em algo que possa lhe trazer algum dano, se fez presente ao longo do testemunho de Messias Chaves, o que nos levar a considerar a colocação de Pollak (1989, p. 6) quando este nos informa que:

Em face da lembrança traumática, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar a vítima. E algumas vítimas que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, prefere, elas também guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar uma consciência tranquila e uma propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?

3.3 O que resta da Operação Mesopotâmia: a memória oficializada e o rompimento do silêncio

Seguindo nos relatos sobre Epaminondas Gomes, entrei em contato com Edidácio Oliveira, que foi o autor do decreto que nomeia Epaminondas Gomes de Oliveira como patrono da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Franco-MA. Ao que nos atendeu prontamente, onde buscamos saber as razões que o levaram a fazer essa indicação. Como um dos temas que giram a nossa pesquisa é a ideia do esquecimento, até a indicação por meio de decreto legislativo, não havia nenhuma repartição ou logradouro públicos que se remetesse à memória de Epaminondas Gomes, o que aumentava ainda mais a sua invisibilidade por parte das novas gerações.

O vereador Edidácio Oliveira nos informou que utilizou como justificativa o fato de ter sido Epaminondas Gomes uma grande liderança da política local que lutou pela reinstituição de um governo democrático em nossos país, tendo sido a sua memória apagada da cidade. Ele entendia que fazer uma indicação com o seu nome seria homenagear um mártir da nossa cidade, que lutou e morreu em defesa dos ideais republicanos de liberdade e igualdade. Certamente, a indicação foi uma forma de homenagear a família, e preservar a memória de Epaminondas Gomes de Oliveira. Para o vereador, “muita gente morreu para que essa democracia existisse, e Seu Epaminondas foi um. Então, para mim, Seu Epaminondas é um herói, e eu sempre tive ele como um herói, então, em função disso eu coloquei no prédio da Câmara, o nome do prédio da Câmara, de Epaminondas, Epaminondas Oliveira.”

Figura 14: Decreto Legislativo nº 009/2014



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Franco-MA

O relato do Vereador Edidácio Oliveira sobre a criação do decreto de lei que homenageia Epaminondas Oliveira nos leva a pensar sobre a forma como que a memória do antigo líder político reverbera na sociedade local e nos dias atuais. Segundo Schmidt e Mahfoud (1993, p., 291) “analogamente, a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são conceitos da memória coletiva”. Esse é um elemento importante de se observado ao analisarmos a citada indicação.

Se para o vereador, Epaminondas Gomes era um líder democrático que dedicou a sua vida em luta pela defesa das garantias sociais. Por outro lado, o líder político tinha como sua principal atividade de militante, a luta por uma revolução de viés socialista, e no contexto da Ditadura Civil-Militar, esse era um elemento que não era aceito por algumas frações da sociedade. Isso justifica, para alguns grupos, que esses militantes sejam chamados ainda hoje de “terroristas”, ratificando o que Pollak (1989, p. 2) denominou de disputas da memória. Sobre esse tema, retornamos a Marcos Napolitano (2018, p. 10) que reforça a ideia de disputa da memória quando diz que “o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade

brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leitura diferenciadas do que deveriam ser o processo de modernização e de reformas sociais.”

Nesse sentido, sobre o decreto em questão, a indagação de apenas em 2014 surgir uma indicação para que Epaminondas Gomes fosse patrono de um logradouro público levou a uma certa inquietação durante a pesquisa, visto que o Edidácio Oliveira já vinha de outras legislaturas, sem nem cogitar tal proposta. Pensando a partir de Pollak (1989, p. 7), e seu trabalho sobre as minorias, entendemos que essa indicação dada a seu contexto histórico de conclusão da Comissão Nacional da Verdade, contribuía para que ocorresse um novo enquadramento de memória de Epaminondas, concernente aos novos tempos democráticos, onde todos os perseguidos pela ditadura passam a ser vistos como “democratas”. Pois, conforme Pollak (1989, p. 7):

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

Destacando o contexto histórico que o país vivia durante a instauração do golpe que colocou os militares no governo, para endossar a sua justificativa, diz o vereador: “Rafael, com a Revolução em 1964, quando o Exército assumiu o poder, o Exército passou a reprimir e a perseguir todos aqueles que falavam em democracia e que buscassem liberdade eram tratados como comunistas, nessa época, veio para cá, para Porto Franco um guerrilheiro, Dr. João Carlos Haas Sobrinho”. A relação com o médico guerrilheiro que vai para a cidade fugindo da repressão é indissociável das perseguições que aqui aconteceram, fortalece a ideia de que a Operação Mesopotâmia foi de fato o último levante de informações antes da eclosão da guerrilha do Araguaia.

Portanto, tendo em evidência estas informações acerca do assunto investigado e os seus confrontos no campo da memória coletiva, Maurice Halbwachs (1950, p. 25) nos diz que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”, neste caso, nos preocupamos em fortalecer as informações que já possuíamos sobre o assunto em questão.

As condições sociais em que se encontrava a região em que Porto Franco está localizada era um grande ermo em meados de década de 1960, por aqui os recursos das políticas públicas de Estado não chegavam, tinha-se educação e saúde deficientes, o que forçava os habitantes com mais posses a se deslocarem para as grandes cidades em busca de melhores recursos. Esses elementos de viés socioeconômicos contribuíram para que na região se levantassem vozes atuantes na reivindicação de melhores condições para o povo.

Nesse sentido, é possível observar na trajetória e organização do grupo de resistência que aqui se estabeleceu, que muitos estavam ligados às questões voltadas para os conflitos agrários, pois como posseiros de terras que em sua maioria estavam às margens do Rio Tocantins, enfrentavam os latifundiários da região que, se fazendo valer da influência política e da acessibilidade aos cartórios, realizavam com muita frequência e facilidades a prática da grilagem, falsificando documentos e se apropriando indevidamente das terras desses camponeses, como bem nos informou Epaminondas Neto.

Essa seria uma região propícia para que fosse feito um trabalho de conscientização da população camponesa, no sentido de lutar contra a Ditadura Cívico-Militar que estava no governo do país, foi com esse objetivo que os membros do PC do B se deslocaram pra a região. No caso de Porto Franco, reiteramos a chegada de João Carlos Haas Sobrinho, em 1967, que durante sua estadia, mesmo não se envolvendo nas questões políticas locais, aplicou seus conhecimentos de medicina em toda região.

Ao longo do processo de levantamento das informações presentes nesse trabalho, foi comum que nossos interlocutores, em algum momento da entrevista, dizerem que não se lembravam mais de algumas coisas ou então ficavam em silêncio, gestando o que iriam formular. Sobre isso Pollak (1992. 45), diz que:

Assim, as dificuldades e bloqueios que apareceram ao longo da entrevista não eram nunca casos de falta de memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e de transmitir sua história. No princípio dessas dificuldades encontra-se a tensão ligada a um estatuto social que a evolução política tornou ambíguo, e mesmo impraticável.

Podemos entender que esta “dificuldade em falar” contempla, em parte, o fato de que a conjuntura sócio-histórica pode não ser favorável. No entanto, este silêncio foi rompido gradativamente, quando os familiares de presos políticos buscaram a reparação indenizatória pelos danos causados pela prisão de seus parentes, mas encontrando o ápice com a Comissão Nacional da Verdade, que como uma política de Estado, procurou investigar, mas sem caráter punitivo ou revanchista, os crimes praticados pelo Estado durante a Ditadura Civil-Militar.

Após a redemocratização no Brasil, em 1985, e promulgação da Constituição de 1988, o fim da censura e da perseguição política motivou a formação de grupos na sociedade civil que buscaram trazer para a esfera pública os fatos ocorridos nos conhecidos “anos de chumbo”, esses grupos também foram importantes instrumentos de acolhimento e publicização dessas memórias traumáticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória coletiva porto-franquina sobre os períodos correspondentes à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) passa por uma escassez de documentos escritos e testemunhos para a compreensão daqueles anos de perseguição e arbitrariedades por parte do Estado brasileiro. A Operação Mesopotâmia, objeto de discussão deste trabalho, tem sido alvo de exploração recente, mas já apresenta certa evolução no campo da pesquisa, tal qual o trabalho de Daniel Josef Lerner intitulado “Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso” (2018), versando sobre aspectos jurídicos e periciais, que foi uma importante fonte de pesquisa para esse trabalho.

Em entrevista realizado com Lerner via *whatsapp*, em 9 de maio de 2013, a respeito da relevância do caso de Epaminondas Gomes de Oliveira para os estudos sobre a memória, trauma e esquecimento durante o período em que se estendeu a Ditadura Civil-Militar, assim como a importância para a consolidação da memória e da verdade sobre os crimes cometidos pelo Estado brasileiro, Lerner nos diz que:

o trabalho de investigação do Epaminondas Gomes de Oliveira, ele tem uma característica muito única, que é de ter sido o único caso de desaparecido político que foi identificado, a partir de investigação documental, exumado, identificado por perícia, restituído para a família e sepultado no seu lugar de origem. Então, qual é o valor singular que eu vejo nisso? É que você percorre todo o trajeto do direito à memória nesses casos de desaparecidos políticos, ou seja, você permite que família encerre essa história traumática. Você imagina o que é para uma família ter um ente desaparecido, e estando privada até mesmo de fazer um sepultamento da pessoa, isso cria traumas permanentes nas vidas dessas pessoas, então, o caso do Epaminondas, foi muito relevante por isso.

Quanto ao silenciamento e esquecimento, que são temas que norteiam a pergunta de investigação desse trabalho, eles denotam posicionamentos que vítimas e familiares de pessoas presas ou mortas pela Ditadura Civil-Militar apresentavam. Isto é, a dificuldade de falar provocada pelo trauma da morte e do luto, mas também o silêncio provocado pelo medo do retorno da repressão, barreiras que foram gradativamente rompidas durante os anos dos governos Lula-Dilma (2003-2016), quando o Estado estabeleceu grupos de estudos nos direitos humanos e na reparação política para vítimas da ditadura.

No entanto, ainda nos dias atuais e encabeçado pelo governo federal anterior, (2019-2022), que se apresentava como saudosista e defensor da Ditadura Civil-Militar, podemos concluir que o medo não acabou, ele está presente na memória dos que sofreram o flagelo da violência e da arbitrariedade causada pela repressão e violações do Estado de Direito. A

trajetória de Epaminondas Gomes de Oliveira, morto e desaparecido por quarenta e dois anos, reforçou esse silenciamento na memória coletiva, por muito tempo calada diante da prisão, tortura e morte deste líder político, e que mesmo após ser encontrado, sua trajetória permanece desconhecida por grande parte da população local.

Os estudos sobre memória que buscamos explorar ao longo de nossa pesquisa, nos fazendo valer de fontes documentais muitas vezes escassas, mas que foi possível contar com a contribuição de alguns interlocutores, que nos forneceram documentos importantes para a realização do que buscamos estudar, nos fundamentando dentro do campo metodológico da História Oral. Assim, ir até o nosso interlocutor e ouvir o seu testemunho foi atividade bastante importante, mas que demandou cuidado nos critérios da escuta, e empatia ao ter um depoimento compartilhado.

O movimento que se organizou em Porto Franco e que foi desmobilizado pela Operação Mesopotâmia denotou um grupo que se distinguia dos movimentos de resistência que se mobilizavam nos grandes centros urbanos, onde muitos grupos de esquerda se organizavam tendo como método de ação a via armada, influenciados pela experiência cubana e chinesa. Em Porto Franco, a tática da guerrilha não figurava como uma opção a ser considerada dentre os militantes, como foi exposto em nosso trabalho.

Como vimos ao longo deste trabalho, os militantes que se organizaram em Porto Franco não possuíam práticas de guerrilha rural, nem esta atividade era considerada pelo grupo. Embora tenham vivido na cidade e criado uma rede de relacionamentos com a sociedade local, membros do PC do B, como o já citado João Carlos Haas Sobrinho – também residiram aqui Mauricio Grabois e seu filhos André Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Elza Monerat, esta última foi a única que não morreu em combate no Araguaia –, aqui não se desenvolveu o perfil da via armada. Epaminondas Gomes, por exemplo, foi assassinado aos 68 anos, idade consideravelmente avançada para um guerrilheiro.

Por consideramos as condições de silenciamento e do esquecimento, observamos que os militantes que aqui foram presos, até a instalação da CNV-Comissão Nacional da Verdade, em 2012, eram desconhecidos por pessoas que não foram seus contemporâneos, e que familiares, como nos casos dos depoimentos que foram tomados durante a comissão, antes diziam que não se lembravam ou optaram pelo silêncio sobre este assunto. Por não está inserida dentro das operações de levantamento de informações que antecederam a Guerrilha do Araguaia (embora Porto Franco tenha sido uma das primeiras cidades nos quais os

militantes guerrilheiros se instalaram), a Operação Mesopotâmia permaneceu por muito tempo desconhecida nos debates acadêmicos.

Quanto a seu desconhecimento em âmbito nacional e oficial, nos remetemos a Alessandro Portelli (2006, p. 129) e sua análise sobre a cidade de Civitella Val di Chiana, em relação ao massacre que esta sofreu pelo exército nazista durante a Segunda Guerra Mundial, este autor nos diz que:

A memória da resistência, de fato, nunca coincidiu, de fato com o discurso do Estado. Se a resistência se tornou memória “oficial”, isso ocorreu muito mais tarde, e à custa de convertê-la em um ritual de movimentos e coroas de flores, uma cerimônia acomodada e inócua, da esfera política, da qual a gente do povo se sente cada vez mais afastada. (...) até mesmo as memórias da Resistência local são múltiplas e divididas.

Essa resistência esquecida, acompanhada das memórias divididas, forma uma estrutura que foi bastante presente durante o levantamento de informações sobre os militantes locais, indagações sobre o porquê de se levantarem contra o governo, ou de usar o espaço público para denunciar os maus tratos que a população sofria nas mãos dos latifundiários locais, como de costume. Isso fazia de Epaminondas Gomes de Oliveira o alvo preferencial, que dentre os trinta e dois militantes que foram presos, foi aquele que, sob exposição à tortura, teve sua morte assistida dentro das repartições do Estado, tendo sua vida eliminada por agentes públicos. O que causou em sua família um luto que durou quarenta e três anos, após ser localizada a sua ossada e entregue à família para sepultamento, pois a ditadura havia negado o corpo à sua família.

A Ditadura Civil-Militar deixou marcas profundas naqueles que sofreram com o encarceramento e a censura, o medo do retorno, o trauma e a culpa, ainda estão presente nos testemunhos de muitos militantes. Essas características estiveram bem presentes nos depoimentos de Messias Chaves, que sendo preso e torturado, sua mulher que estava gravida de gêmeos, teve um aborto espontâneo, perdendo a capacidade de engravidar. Dúvidas sobre o retorno dos períodos de repressão e privação de liberdade são constantes em seus depoimentos, após ter sido liberto da prisão, o camponês passou quatro décadas em silêncio, esperando o momento adequado para levar a público o que viveu. Ele apresentou suas memórias pela primeira vez em audiência à Comissão Nacional da Verdade, retornando após isso ao silenciamento.

O movimento de resistência que se concentrou em Porto Franco foi desmobilizado em 1971, logo após a realização das prisões na região, que culminou com a exposição em praça pública dos militantes que haviam sido presos pelas Forças Armadas.

No período em que o Exército realizou a operação que encarcerou os militantes em Porto Franco e região, os presos que foram levados, em sua maioria desenvolviam atividades voltadas para a agricultura e a pesca, e fixavam suas residências em áreas camponesas. A luta pela terra, a defesa pela reforma agrária, educação e saúde para a população local eram os temas que norteavam as discussões nas reuniões realizadas clandestinamente na casa de Zé da Mecelina, na Raposa, região que na época era consideravelmente afastada da cidade. Como a grilagem era prática recorrente naquele tempo, expulsando o camponês da terra, após as prisões, todos os militantes e suas famílias migraram para a cidade.

Fato que se repete na Guerrilha do Araguaia, quando as massas camponesas são expulsas de suas terras, e estas foram vendidas ou doadas aos latifundiários da região da guerrilha pelo Exército, como afirma o camponês José Moraes, conhecido como Zé da Onça, no já citado documentário “Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da História”, e confirmado pelo também camponês Eduardo dos Santos, em sua participação no documentário “Os camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro”, quando este diz que, “o que era nosso se acabou tudo lá, depois a terra eu não sei para onde foi. Eu tinha setenta alqueires de terra naquele tempo, na época o INCRA levou, só ficou quarenta, aí esses quarenta desapareceram, perdi tudo o que tinha”.

As questões agrárias e seus conflitos no Brasil não cessaram com o fim da ditadura civil-militar. Na atualidade, os conflitos no campo são bastantes frequentes, ocorrendo o que Martins (1985) nomeia de “a militarização da questão agrária”, tendo os povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e de outros grupos camponeses sido alvo da violência perpetrada pelo latifúndio contra estes grupos, no que é possível observar em muitas circunstância, o silêncio e/ou a omissão dos agentes competentes em relação a estas práticas delituosas.

No entanto, a perseguição na região não se encerra nesse período, como encontramos informações em nossa pesquisa, a repressão atuou na região até o início da década de 1980, visto que em 1982 tem-se o registro da morte do açougueiro Pedro Araújo, na cidade de Campestre do Maranhão. Sobre a culpa e trauma, Messias Chaves, em seu testemunho para este trabalho, diz que tem reponsabilidade, visto que se viu obrigado a ir com os Policiais Militares até a residência de seu primo, que foi executado ali mesmo. Este fato, demonstra que A Lei da Anistia de 1979, ainda não havia sido aplicada nos sertões do interior do Brasil.

A preservação da memória individual, e a busca pelas reparações históricas ficaram a cargo das próprias famílias que buscaram reaver a dignidade de seus entes, que haviam sido

usurpadas pela ditadura. A família da Epaminondas Gomes de Oliveira, desde o seu assassinato até a localização dos restos mortais e seu sepultamento, não descansou até que tudo isso pudesse ter sido resolvido. Destacamos nesse quesito a atuação de Epaminondas Neto, que dedicou grande parte de sua vida a lutar e de forma independente, pois o nome de seu avô não estava presente na lista da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em entrevista ao jornal português o Observador, em 2015, Neto diz que:

Quando o meu avô faleceu, eu tinha nove anos de idade. Não entendia porque o meu avô fora morto e nós não velámos nem sepultámos o nosso ente querido como todos os outros mortos. Os meus pais pediam que não falássemos no assunto com ninguém. Na escola éramos rotulados de netos de terrorista, de comunista, sofriamos todo o tipo de preconceitos e, com o passar do tempo, tomei a decisão de encontrar e buscar esclarecer esta história que tanto nos maltratava.⁴⁹

Para diminuir o sofrimento de sua família, Neto toma uma decisão que iria contra o que sua família esperava, entra para a Polícia Civil, onde irá trabalhar como investigador, sendo transferido para Porto Franco “comecei a buscar informações com pessoas mais antigas que haviam convivido com meu avô”, nos conta em entrevista, levantando documentos, testemunhos, chegou a ir a Portugal, onde esteve com Alipio de Freitas, correligionário de seu avô nas lutas camponesas e que estiveram presos no mesmo período no Pelotão de Investigações Criminais-PIC, em Brasília-DF.

Diante disso, e de todo os trabalhos dos familiares junto aos órgãos estatais que forneceram subsídios para que os militantes que lutaram contra a Ditadura Civil-Militar conseguissem reparações econômicas pelos danos que sofreram em razão de suas prisões e perseguições. Dentre os depoimentos que levantamos durante a pesquisa, não encontramos informações sobre os presos da Operação Mesopotâmia que tenham sido assistidos pelo processo de recuperação indenizatória. No entanto, como já apresentado na entrevista que fizemos com Messias Chaves, ele nos diz que seu processo está paralisado, não sendo ainda beneficiado com a indenização. Já a família de Epaminondas Gomes de Oliveira, recebeu a indenização, pela morte de seu familiar. Dona Avelina Rocha dividiu o dinheiro entre os seus filhos e netos, conforme nos informou Epaminondas Neto. Este nos informa que após a retificação do atestado de óbito de seu avô, comprovando a morte mediante tortura, poderiam entrar com outro processo indenizatório, mas que a família não tem esse interesse.

⁴⁹ CAETANO, Edgar. **Epaminondas. A tortura que durou 40 anos**. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/epaminondas-tortura-durou-44-anos/> Acesso em 20/04/2022.

Nos últimos anos, após a ebulição de uma extrema direita que chegou ao poder com as eleições presidenciais de 2018, os processos que estavam em andamento foram suspensos pelo governo eleito, visto que este é um dos nomes atuantes na luta contra os direitos sociais daqueles que lutaram contra a repressão, sendo também saudosista do autoritarismo militarista daquela época. Por fim, é necessário que o autoritarismo não se sobreponha sobre as instituições democráticas, que o medo não se debruce sobre a liberdade, e que a memória dos que lutaram contra a violência de Estado não venha a cair no esquecimento.

FONTES

Documento de retificação da causa morte. Averbação de Morte

Fonte: Arquivo de Epaminondas Gomes de Oliveira

Certidão de óbito retificado, atestando o tratamento de tortura como causa-morte de Epaminondas Gomes de Oliveira.

Fonte: Arquivo de Epaminondas de Oliveira Neto

Carta de Beatriz de Oliveira Ribeiro filha de Epaminondas, solicitando ao presidente Emílio Garrastazu Médici a remoção do féretro a Porto Franco (MA)

Fonte: LERNER, Daniel Josef. **Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro**: estudo de caso. 2018.

Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia. Documento 2 Operação Mesopotâmia

Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia_01.pdf

Acesso em 06/06/2020

Relatório Sobre a prisão de Claudias Gomes Pereira – Operação Mesopotâmia. Carta escrita pelo próprio autor, em 21 de julho de 2005.

Fonte: Acervo de João Carlos, filho do autor.

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Franco-MA

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALVES, Castro. **Espumas flutuantes e outros poemas** - 4. ed. - Rio de Janeiro : Ática, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & SANTOS, Myrian Sepúlveda. **“História, memória e esquecimento: implicações políticas”**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, pp. 95-111, 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CASO EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA 2/4. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxmqc-kenni&list=PL9n0m0ixl2jfsizabdbzncqh7rydmonul&index=2>

Audiência Pública em Porto Franco - Caso Epaminondas: Depoimento de familiares. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oplNVnUKfvY&list=PL9n0M0IxI2jfSIzabDbZNCQH7rydMoNuL&index=6>

BARBOSA, José Humberto Campos. **GUERRILHA DO ARAGUAIA: memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, 2015.

BOSI, Eclea . **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas**. *Ciênc. Cult.*, v. 39, n. 7, 1987, p. 631-7.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O acervo oral da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade UFBA: possibilidades e desafios**. Revista Brasileira de História Oral, v. 25, n. 2, p. 31-48, jul./dez. 2022

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra – a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia de Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois co-edição Anita Garibaldi, 2012.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta camponesa de Formoso e Trombas**. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CASTRO, Eduardo. **Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da História**. 25 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jJV8DrN8-uc&t=213s> Acesso em 08/07/2020.

CHACEL, Cristina. "**Seu amigo esteve aqui**": A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2012.

CHAVES, Messias. Entrevista Realizada no dia 11 de maio de 2022.

CLOVIS, Moura. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

Comissão Nacional da Verdade. Audiência Pública, mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050> Acesso em 08/07/2020.

Comissão Nacional da Verdade mostra laudo que identifica restos mortais de camponês. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-08/comissao-da-verdade-mostra-laudo-que-identifica-restos-mortais-de>

CNV ouve familiares de Zé da Marcelina, preso com Epaminondas Oliveira. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/345-cnv-ouve-familiares-de-ze-da-marcelina-presos-com-epaminondas-oliveira.html>

RAMOS, Victor. Coronel diz que corpos foram queimados. **Agência Folha**, São Paulo, 7 de março de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58900.shtml> Acesso em 08/07/2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. Marco Zero. São Paulo, 1989.

Depoimento de Joana Pereira Rocha conta quem foi Epaminondas Gomes de Oliveira. 21/10/2013 <https://www.youtube.com/watch?v=yrvIJo7Ht9A&t=147s> Acesso em 08/07/2020.

Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Vol. 1. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/Guerrilha-do-Araguaia-CNV-Parte-1.pdf> Acesso em 08/07/2020.

DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE. Rio de Janeiro, FGV, 2019.

DORES, Fabiola Garpas das. A memória como método de pesquisa. **Cadernos de Campo Revista de Ciências Sociais**. n. 4, 1999.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.361.

Epaminondas. A tortura que durou 40 anos. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/epaminondas-tortura-durou-44-anos/> Acesso em 25 de abril de 2023.

Família luta pela preservação da memória de Epaminondas Gomes de Oliveira. **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, 22 de outubro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/%20http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/365-familia-luta-pela-preservacao-da-memoria-de-epaminondas-no-maranhao>
Acesso em 08/07/2020.

FILHO, Cromwell de Oliveira. Entrevista Realizada no dia 20 de novembro de 2022.

FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. **Repressão e Resistência em Imperatriz –Ma.** E. Ética, 2016.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo.** Ed. Ética, 1998.

FERRAZ, Joana D'arc Fernandes. **A ditadura militar no Brasil: as disputas pela memória.** In: Usos do Passado. Anpuh, XIII Encontro Nacional de História. Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

FREIRE, Américo. Redemocratização e eleições de 1945. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>
acesso em 15/04/2022.

FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade. Anita Garibaldi, 2005

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**, Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915]/1974.

Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 4ª edição: 2005.

José Porfírio de Souza. Biografia: Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-porfirio-de-souza/>

JR. Amaury Ribeiro. **O baú do General Bandeira**, 1998. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050>

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia / Teresa Maria Frota Haguette. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumento, mídia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

GAGNEBIN, Jeane Marie. Memória, história e testemunho. In: **Memória e (res)sentimento: indagações obre uma questão sensível**. Organizadoras: Stella Brestiani e Márcia Naxara. 2º ed. –Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

GAGNEBIN, Jeane Marie. **Verdade e Memória do passado**. Pro. História, São Paulo (17) nov. 1998.

KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. O que resta da ditadura : a exceção brasileira / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, 2010. - (Estado de Sítio)

LACAPRA, Dominick. Traumatopismos: **Do trauma ao sublime pela via do testemunho?**. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima. História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 29-70.

LERNER, Daniel Josef. **Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro**: estudo de caso. 2018. [353] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LERNER, Daniel Josef. Entrevista Realizada no dia 8 de maio de 2023

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo, SP: Paz e Terra. 2022

Lista dos 377 agentes do Estado apontados como responsáveis por crimes durante a Ditadura Militar. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/>

LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MARANHÃO. **Governo do Estado Escola Digna**: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular./ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017.

MARINHO, Vaner. Entrevista Realizada no dia 10 de fevereiro de 2023.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editara Contexto, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom ; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. – 2º. Ed., 8º Reimpressão. –São Paulo: Contexto, 2007.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “Civil-Militar” controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Revistas Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196

Memorial Epaminondas Gomes de Oliveira. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/epaminondas-gomes-de-oliveira/> acesso em 05/07/2020.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Geração Editorial, 2008.

Morre Alípio de Freitas, uma vida dedicada à emancipação do povo. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2017/06/13/morre-alipio-de-freitas-uma-vida-dedicada-a-emancipacao-do-povo/>

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NETO, Epaminondas de Oliveira. Entrevista Realizada em 20 de setembro de 2020.

NETO, Epaminondas de Oliveira. Entrevista Realizada em 11 de maio 2021.

NETO, Epaminondas de Oliveira. Entrevista Realizada em 15 de janeiro de 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOSSA, Leonencio. Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Edidácio. Entrevista Realizada em 10 de janeiro de 2013.

Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia. Documento 2 Operação Mesopotâmia Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia_01.pdf

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000300002&lng=pt&nrm=iso

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de Tarumã Florido: Um retrato de Porto Franco.** Ed. Ética, 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v 2, n 3, 1989.

POLLAK, Michael. **A gestão do indizível.** In: WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall. UFRGS. v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.** In: Usos & Abusos da História Oral. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais:** do "indivisível" ao "dizível" Ciência e cultura (São Paulo), n.39, mar 1987.

REIS, Daniel Aarão. **A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista.** Org: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964.. Rio de Janeiro : ZAHAR, 2014.

Relatório da CNV-Comissão Nacional da Verdade, Vol. I. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo13/Capitulo%2013.pdf> Acesso em 08/09/2020.

RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura: resistência e integração.** Org: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964.. Rio de Janeiro : ZAHAR, 2014.

Roteiro de leituras para o estudo do golpe civil-militar de 1964. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/201711/Golpe%20civilmilitar%20de%201964.pdf> Acesso em 08/09/2020.

SANTOS, Étore. **Um verão por terminar.** Brasília: Grafor, 2002.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **“A História como Trauma” in Catástrofe e Representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência.** Psicol. USP, São Paulo , v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771993000100013&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, Vivian. **A memória traumática da tortura:** contribuições do debate acadêmico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz **Brasil : uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling — 1a - ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

TELES, Janaina de Almeida. **Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil.** In: O que resta da ditadura : a exceção brasileira / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, 2010. - (Estado de Sítio)

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos Cárceres da Ditadura: as lutas e testemunhos dos presos políticos no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 519 f.

SITES DA INTERNET

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CASO EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA 2/4. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxmqc-kcnni&list=pl9n0m0ixl2jfsizabdbzncqh7rydmonul&index=2> Acesso em 05/02/2022

Audiência Pública em Porto Franco - Caso Epaminondas: Depoimento de familiares. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oplNVnUKfvY&list=PL9n0M0IXl2jFSIzabDbZNCQH7rydMoNuL&index=6> Acesso em 05/02/22

Comissão Nacional da Verdade. Audiência Pública, mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050> Acesso em 08/07/2020.

CNV ouviu familiares de Zé da Marcelina, preso com Epaminondas Oliveira. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/345-cnv-ouve-familiares-de-ze-da-marcelina-presos-com-epaminondas-oliveira.html> acesso em 10/02/2023

RAMOS, Victor. Coronel diz que corpos foram queimados. **Agência Folha**, São Paulo, 7 de março de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58900.shtml> Acesso em 08/07/2020.

Depoimento de Joana Pereira Rocha conta quem foi Epaminondas Gomes de Oliveira. 21/10/2013 <https://www.youtube.com/watch?v=yrVIJo7Ht9A&t=147s> Acesso em 08/07/2020.

Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Vol. 1. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/Guerrilha-do-Araguaia-CNV-Parte-1.pdf> Acesso em 08/07/2020.

Epaminondas. A tortura que durou 40 anos. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/epaminondas-tortura-durou-44-anos/> Acesso em 20/04/2023

Família luta pela preservação da memória de Epaminondas Gomes de Oliveira. **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, 22 de outubro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/%20http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/365-familia-luta-pela-preservacao-da-memoria-de-epaminondas-no-maranhao> Acesso em 08/07/2020.

José Porfírio de Souza. Biografia: Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-porfirio-de-souza/> Acesso em 10/02/2022

JR. Amaury Ribeiro. **O baú do General Bandeira**, 1998. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050> Acesso em 05/01/2023

Lista dos 377 agentes do Estado apontados como responsáveis por crimes durante a Ditadura Militar. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/> Acesso em 10/02/2022

Morre Alípio de Freitas, uma vida dedicada à emancipação do povo. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2017/06/13/morre-alipio-de-freitas-uma-vida-dedicada-a-emancipacao-do-povo/> Acesso em 10/04/2023

Memorial Epaminondas Gomes de Oliveira. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/epaminondas-gomes-de-oliveira/> acesso em 05/07/2020.

Relatório da CNV-Comissão Nacional da Verdade, Vol. I. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo13/Capitulo%2013.pdf> Acesso em 08/09/2020

Roteiro de leituras para o estudo do golpe civil-militar de 1964. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/201711/Golpe%20civilmilitar%20de%201964.pdf> Acesso em 08/09/2020.

Testemunhas confirmam que Epaminondas foi torturado. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/367-testemunhas-confirmam-que-epaminondas-foi-torturado.html> Acesso em 10/08/2021

Violação aos direitos dos povos indígenas. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html#:~:text=fa%C3%A7a%20o%20download%20do%20cap%C3%ADtulo,considera%C3%A7%C3%A3o%20todos%20os%20povos%20afetados.> Acesso em 21/04/2023

DOCUMENTÁRIOS

CASTRO, Eduardo. **Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da História.** 25 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jJV8DrN8-uc&t=213s> Acesso em 08/07/2020.

VANDRÉ, Fernandes. **Camponeses do Araguaia: A guerrilha vista por dentro.** Fundação Maurício Grabois e Oka Comunicações, 2010.